

RESOLUÇÃO 02, DE 23 DE JUNHO DE 2023

Dispõe sobre a atualização do Projeto Pedagógico do Curso (PPC) de Licenciatura em Educação Física – Câmpus de Tocantinópolis.

O Egrégio Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão (CONSEPE) da Universidade Federal do Norte do Tocantins (UFNT), reunido em sessão ordinária, no dia 23 de junho de 2023, no uso de suas atribuições legais e estatutárias,

RESOLVE:

Art.1º - Aprovar a atualização do Projeto Pedagógico do Curso (PPC) de Licenciatura em Educação Física – Câmpus de Tocantinópolis, em observância à Resolução Consepe/UFT nº 20, de 24 de setembro de 2014, conforme dados do Processo nº 23101.005033/2023-16, e anexo desta Resolução.

Art. 2º - Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

AIRTON
SIEBEN:68
540787091

Assinado de forma
digital por AIRTON
SIEBEN:685407870
91
Dados: 2023.07.04
17:08:52 -03'00'

AIRTON SIEBEN

Reitor *Pro TEMPORE*



UNIVERSIDADE FEDERAL DO NORTE DO TOCANTINS

**PROJETO PEDAGÓGICO DO CURSO (PPC) DE LICENCIATURA
EM EDUCAÇÃO FÍSICA – CÂMPUS DE TOCANTINÓPOLIS
(ATUALIZAÇÃO 2023)**

Anexo único da Resolução n° 02/2023 – Consepe
Aprovada pelo Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão em 23 de junho de 2023

Araguaína/TO
2023



UNIVERSIDADE FEDERAL DO NORTE DO TOCANTINS

Anexo único da Resolução n° 02/2023 – Consepe

**PROJETO PEDAGÓGICO DO CURSO (PPC) DE LICENCIATURA EM EDUCAÇÃO
FÍSICA – CÂMPUS TOCANTINÓPOLIS (ATUALIZAÇÃO 2023)**

Araguaína/TO
2023



UNIVERSIDADE FEDERAL DO TOCANTINS

**PROJETO PEDAGÓGICO DO CURSO (PPC) DE LICENCIATURA EM
EDUCAÇÃO FÍSICA - CÂMPUS DE TOCANTINÓPOLIS
(ATUALIZAÇÃO 2023)**

Tocantinópolis/TO
2023

SUMÁRIO

1	IDENTIFICAÇÃO DO CURSO	5
2	CONTEXTO INSTITUCIONAL	7
2.1	Histórico da Universidade Federal do Tocantins (UFT)	9
2.2	A UFT no contexto regional e local	11
2.3	Missão, visão e valores institucionais	12
2.4	Estrutura institucional	12
3	ORGANIZAÇÃO DIDÁTICO-PEDAGÓGICA	15
3.1	Contexto geral do curso	15
3.2	Políticas institucionais no âmbito do curso	17
3.3	Objetivos do Curso	21
3.3.1	Objetivo geral	21
3.3.2	Objetivos específicos	21
3.4	Perfil profissional do egresso	23
3.5	Estrutura curricular	24
3.6	Ementário	31
3.7	Conteúdos curriculares	83
3.7.1	Matriz formativa.....	84
3.7.2	Flexibilização curricular	84
3.7.3	Objetos de conhecimento	85
3.7.4	Ações Curriculares de Extensão (ACE)	85
3.7.5	Dimensões curriculares.....	89
3.8	Equivalências e aproveitamentos curriculares	98
3.9	Migração curricular	101
3.10	Metodologia	101
3.10.1	Inovação Pedagógica.....	105
3.10.2	Gestão de Metodologias e Tecnologias Educacionais.....	105
3.10.3	Ambiente, Materiais e Ferramentas Assistivas	106
3.10.4	Tecnologias Sociais	106
3.10.5	Formação e Capacitação Permanente.....	106
3.10.6	Avaliação do Processo Ensino-Aprendizagem.....	107
3.10.7	Atividades de Ensino-Aprendizagem	108
3.11	Estágio curricular supervisionado	108

3.12	Atividades complementares.....	112
3.13	Trabalhos de Conclusão de Curso (TCC)	113
3.14	Internacionalização.....	113
3.14.1	Políticas de apoio aos discentes	113
3.14.2	Políticas de pesquisa	114
3.14.3	Políticas de extensão	115
3.14.4	Políticas de inclusão e acessibilidade	116
3.15	Gestão do curso e os processos de avaliação interna e externa	117
3.16	Acompanhamento e avaliação dos processos de ensino-aprendizagem....	118
3.17	Atividades práticas de ensino.....	120
3.17.1	Atividades práticas de ensino para áreas da saúde.....	120
3.17.2	Atividades práticas de ensino para licenciaturas.....	120
3.18	Integração com as redes públicas de ensino	121
3.19	Integração do Curso com o Sistema Único de Saúde (SUS).....	121
4	CORPO DOCENTE OU TUTORIAL.....	123
4.1	Núcleo Docente Estruturante (NDE).....	123
4.2	Corpo docente.....	123
4.3	Titulação, formação e experiência do corpo docente do curso.....	124
5	INFRAESTRUTURA	125
5.1	Infraestrutura do câmpus	128
5.1.1	Sala de direção do câmpus.....	128
5.1.2	Espaço de trabalho do coordenador e para docentes.....	128
5.1.3	Sala de aula	129
5.1.4	Instalações administrativas	129
5.1.5	Estacionamento	129
5.1.6	Acessibilidade	130
5.1.7	Equipamentos de informática, tecnológicos e audiovisuais	130
5.1.8	Biblioteca	130
5.1.9	Bibliografia básica e Complementar por Unidade Curricular (UC)	131
5.1.10	Periódicos especializados.....	131
5.1.11	Relatório de adequação da bibliografia básica e complementar	132
5.1.12	Anfiteatros/auditórios	132
5.1.13	Comitê de Ética em Pesquisa (CEP)	132
5.1.14	Área de lazer e circulação.....	133

5.2	Infraestrutura do curso.....	133
5.2.1	Laboratório de Quadra e Campo.....	133
5.2.2	Laboratório de Dança e Expressão Corporal	134
5.2.3	Laboratório de Anatomia Humana	134
5.2.4	Laboratório de Fisiologia Humana e do Exercício.....	134
5.2.5	Laboratório de Lutas	134
5.2.6	Laboratório de Estudos do Movimento Humano (LEMHU)	134
5.2.7	Laboratório de Aprendizagem, Comportamento e Controle Motor.....	135
5.2.8	Laboratório de observação do Lazer e da Recreação	135
5.2.9	Coordenação de curso.....	136
	REFERÊNCIAS	137
	ANEXO A – REGIMENTO DO CURSO DE EDUCAÇÃO FÍSICA	140
	ANEXO B – MANUAL DE ESTÁGIO	147
	ANEXO C – REGULAMENTO DA ELABORAÇÃO DO TRABALHO DE CONCLUSÃO DO CURSO – TCC	159
	ANEXO D – TERMO DE COMPROMISSO DE ORIENTAÇÃO DO TCC	170
	ANEXO E – TERMO DE COMPROMISSO E RESPONSABILIDADE.....	171
	ANEXO F – FORMULÁRIO DE ACOMPANHAMENTO DE ORIENTAÇÃO DO TCC....	172
	ANEXO G – FICHA DE AVALIAÇÃO PARA OS MEMBROS DA BANCA DE DEFESA DE TCC II	173
	ANEXO H – MANUAL DE BIOSSEGURANÇA	174
	ANEXO I – QUADRO DE ATIVIDADES COMPLEMENTARES	191
	ANEXO J – INSTRUÇÃO NORMATIVA UFT – NÚCLEO DOCENTE ESTRUTURANTE....	193

1 IDENTIFICAÇÃO DO CURSO

Mantenedora	Ministério da Educação (MEC).
IES	Fundação Universidade Federal do Tocantins (UFT).
Credenciamento Inicial IES	Lei n.º 10.032, de 23 de outubro de 2000, publicada no Diário Oficial da União, de 24 de outubro de 2000. Criação da UFT. Portaria n.º 658, de 17 de março de 2004, homologou o Estatuto da instituição.
CNPJ	05.149.726/0001-04
Administração Superior	Luiz Eduardo Bovolato - Reitor Marcelo Leineker - Vice-Reitor Carlos Alberto Moreira de Araújo Júnior- Pró-reitoria de Administração e Finanças Eduardo José Cezari Pró-reitor de Graduação Rafael Sanzio Pimenta - Pró-reitor de Pesquisa, Pós-graduação e inovação Maria Santana F. dos Santos Milhomem - Pró-Reitora de Extensão, Cultura e Assuntos Comunitários Kherlley Caxias Batista Barbosa - Pró-reitor de Assuntos Estudantis Eduardo Andrea Lemus Erasmo - Pró-reitor de Avaliação e Planejamento Vânia Maria de Araújo Passos - Pró-reitoria de Gestão de Pessoas
Câmpus	Tocantinópolis
Direção do câmpus	Marco Aurélio Gomes de Oliveira
Nome do curso	Licenciatura em Educação Física
Diplomação	Licenciado em Educação Física
Endereço de funcionamento do curso	Av. Nossa Senhora de Fátima, n. 1588, Centro, Tocantinópolis/TO
E-mail do curso	educfiscatoc@uft.edu.br
Coordenador do curso	Sanderson Soares da Silva
Núcleo Docente Estruturante	Presidente do NDE: Alesandra Araújo de Souza Membros: Adriano Filipe Barreto Grangeiro; Adriano Lopes de Souza; Alesandra Araújo de Souza; Carliene Freitas da Silva Bernardes; Leandro Ferraz; Sanderson Soares da Silva
Código e-Mec	1316021
Autorização	Resolução n.º 19, de 13 dezembro de 2013 – CONSUNI.
Formas de ingresso	Processo Seletivo Nota do Enem – PSENER Processo Seletivo – Vestibular Processo Seletivo – Extravestibular

Área CNPq	Ciências da Saúde
Modalidade	Educação Presencial
Tempo previsto para integralização (mínimo)	8 semestres
Tempo previsto para integralização (máximo)	12 semestres
Carga horária	3.210h
Turnos de Funcionamento	Noturno
N.º de Vagas Anuais	40
Estágio Supervisionado Obrigatório	Obrigatório
Trabalho de Conclusão de Curso	Obrigatório e corresponde às disciplinas Pesquisa em Educação Física I e II
Conceito ENADE	3 (2021)
Conceito preliminar do Curso	3 (2021)

2 CONTEXTO INSTITUCIONAL

A UFT tem buscado, desde sua criação, se destacar no cenário nacional considerando a diversidade e a biodiversidade representativas da Amazônia Legal. Inovadora desde sua origem, busca, nesta fase de amadurecimento, projetar-se para o mundo e definir sua identidade formativa, reordenando suas práticas para o momento em que vivemos, de ampla transformação, desenvolvimento e ressignificação dos referenciais de produção de conhecimento, de modernidade, de sociedade, de conectividade e de aprendizagem. A excelência acadêmica desenvolvida por meio de uma educação inovadora passa pelo desafio de utilizar diferentes metodologias de ensino, bem como tipos de ensinar e aprender situadas em abordagens pedagógicas orientadas para uma formação ético-política, com formas mais flexíveis, abertas e contextualizadas aos aspectos culturais, geracionais e de acessibilidade.

Desse modo, a UFT é instituída com a missão de produzir conhecimentos para formar cidadãos e profissionais qualificados e comprometidos com o desenvolvimento sustentável da Amazônia Legal e de se tornar um diferencial na educação e no desenvolvimento de pesquisas e projetos inseridos no contexto socioeconômico e cultural do estado do Tocantins, articulados à formação integral do ser humano, via realização de uma gestão democrática, moderna e transparente e de uma educação inovadora, inclusiva e de qualidade.

Desde o início, a UFT tem se preocupado com a qualidade do ensino, da pesquisa e da extensão; com a promoção de uma política de extensão pautada pela ação comunitária e pela assistência ao estudante; e com a integração ao sistema nacional e internacional de ensino, pesquisa e extensão, de modo a viabilizar o fortalecimento institucional, bem como o próprio processo de democratização da sociedade.

A educação na UFT é desenvolvida por meio de cursos de graduação (licenciatura, bacharelado e tecnólogo) e de pós-graduação lato sensu e stricto sensu, que buscam formar profissionais com sólida formação teórica e compromisso social. Sendo assim, temos os seguintes objetivos para as práticas acadêmicas institucionais:

1. Estimular a produção de conhecimento, a criação cultural e o desenvolvimento do espírito científico e reflexivo;
2. Formar profissionais nas diferentes áreas do conhecimento, aptos à inserção em setores profissionais, à participação no desenvolvimento da sociedade brasileira e colaborar para a sua formação contínua;
3. Incentivar o trabalho de pesquisa e investigação científica, visando ao

- desenvolvimento da ciência, da tecnologia e da criação e difusão da cultura, propiciando o entendimento do ser humano e do meio em que vive;
4. Promover a divulgação de conhecimentos culturais, científicos e técnicos que constituem o patrimônio da humanidade comunicando esse saber através do ensino, de publicações ou de outras formas de comunicação;
 5. Promover o acompanhamento do desenvolvimento acadêmico da instituição;
 6. Proporcionar os elementos constitutivos das práticas de ensino, pesquisa e extensão, considerando como meta o aprendizado;
 7. Estimular o conhecimento dos problemas do mundo presente, em particular os nacionais e regionais; prestar serviços especializados à comunidade e estabelecer com esta uma relação de reciprocidade;
 8. Promover a extensão aberta à participação da população, visando à difusão das conquistas e benefícios resultantes da criação cultural, da pesquisa científica e tecnológica geradas na Instituição;
 9. Modernizar as práticas pedagógicas a partir de metodologias ativas, ensino híbrido, educação 4.0 e adoção de tecnologias educacionais digitais;
 10. Ampliar a interface entre educação, comunicação e tecnologias digitais para a construção e divulgação do conhecimento;
 11. Integração do ensino, extensão e pesquisa concentrando as atividades cada vez mais na solução de problemas atuais e reais.

Frente ao exposto, cumpre destacar o avanço da UFT nos processos de planejamento, avaliação e gestão, bem como das políticas acadêmico-administrativas, que em grande medida constituem o resultado da vigência do Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais (REUNI).

A UFT, assim como outras Instituições Federais de Ensino Superior (IFES), ingressou com a aprovação da Emenda Constitucional n.º 95, de 15 de dezembro de 2016, que alterou o Ato das Disposições Constitucionais Transitórias para instituir o Novo Regime Fiscal e estabeleceu outras providências em uma fase, marcada pela redução de recursos e por uma maior ênfase gerencial. Nesse sentido, um dos principais desafios à gestão superior volta-se para a adoção de um conjunto de ações com foco na manutenção da estrutura existente, no aprimoramento dos fluxos administrativos internos, na melhoria do atendimento ao público e no fortalecimento das políticas de ensino, pesquisa e extensão, notadamente aquelas direcionadas aos cursos de graduação. Aspecto que faz com que as avaliações externas e internas desempenhem um papel ainda mais relevante, no sentido

de evidenciar os entraves e aprimorar as políticas e ações de planejamento e gestão institucionais, com base na apropriação do conhecimento, no debate crítico e na construção coletiva.

2.1 Histórico da Universidade Federal do Tocantins (UFT)

A Universidade Federal do Tocantins (UFT), instituída pela Lei n.º 10.032, de 23 de outubro de 2000 (BRASIL, 2000), vinculada ao Ministério da Educação (MEC), é uma entidade pública destinada à promoção do ensino, pesquisa e extensão, dotada de autonomia didático-científica, administrativa e de gestão financeira e patrimonial, em consonância com a legislação vigente.

Embora tenha sido criada em 2000, a UFT iniciou suas atividades somente a partir de maio de 2003, com a posse dos primeiros professores efetivos e a transferência dos cursos de graduação regulares da Universidade do Tocantins (Unitins), mantida pelo Estado do Tocantins. Em abril de 2001, foi nomeada a primeira Comissão Especial de Implantação da Universidade Federal do Tocantins pelo então Ministro da Educação, Paulo Renato, por meio da Portaria de n.º 717, de 18 de abril de 2001. Essa comissão, entre outros, teve o objetivo de elaborar o Estatuto e um projeto de estruturação com as providências necessárias para a implantação da nova universidade. Como presidente dessa comissão foi designado o professor doutor Eurípedes Vieira Falcão, ex-reitor da Universidade Federal do Rio Grande do Sul.

Depois de dissolvida a primeira comissão designada com a finalidade de implantar a UFT, em abril de 2002, uma nova etapa foi iniciada. Para essa nova fase, foi assinado, em julho de 2002, o Decreto de n.º 4.279, de 21 de junho de 2002 (BRASIL, 2002), atribuindo à Universidade de Brasília (UnB) competências para tomar as providências necessárias à implantação da UFT. Para tanto, foi designado o professor doutor Lauro Morhy, na época reitor da UnB, para o cargo de reitor pró-têmpore da UFT.

Em julho do mesmo ano, foi firmado o Acordo de Cooperação n.º 1/02, de 17 de julho de 2002, entre a União, o Estado do Tocantins, a Unitins e a UFT, com interveniência da UnB, objetivando viabilizar a implantação definitiva da Universidade Federal do Tocantins. Com essas ações, iniciou-se uma série de providências jurídicas e administrativas, além dos procedimentos estratégicos que estabeleciam funções e responsabilidades a cada um dos órgãos representados.

Com a posse dos professores, foi desencadeado o processo de realização da primeira eleição dos diretores de câmpus da Universidade. Já finalizado o prazo dos

trabalhos da comissão comandada pela UnB, foi indicada uma nova comissão de implantação pelo Ministro Cristovam Buarque. Na ocasião, foi convidado para reitor pró-têmpore o professor Dr. Sergio Paulo Moreyra, professor titular aposentado da Universidade Federal de Goiás (UFG) e assessor do MEC. Entre os membros dessa comissão, foi designado, por meio da Portaria n.º 2, de 19 de agosto de 2003, o professor mestre Zezuca Pereira da Silva, também professor titular aposentado da UFG, para o cargo de coordenador do Gabinete da UFT.

Essa comissão elaborou e organizou as minutas do Estatuto, Regimento Geral e o processo de transferência dos cursos da Unitins, que foram submetidos ao MEC e ao Conselho Nacional de Educação (CNE). Foram criadas as comissões de Graduação, de Pesquisa e Pós-graduação, de Extensão, Cultura e Assuntos Comunitários e de Administração e Finanças. Essa comissão ainda preparou e coordenou a realização da consulta acadêmica para a eleição direta do Reitor e do Vice-Reitor da UFT, que ocorreu no dia 20 de agosto de 2003, na qual foi eleito o professor Alan Barbiero.

No ano de 2004, por meio da Portaria n.º 658, de 17 de março de 2004, o Ministro da Educação, Tarso Genro, homologou o Estatuto da Fundação, aprovado pelo CNE, o que tornou possível a criação e instalação dos Órgãos Colegiados Superiores: Conselho Universitário (Consuni) e o Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão (Consepe). Com a instalação desses órgãos foi possível consolidar as ações inerentes à eleição para Reitor e Vice-reitor da UFT, conforme as diretrizes estabelecidas pela Lei n.º 9.192, de 21 de dezembro de 1995 (BRASIL, 1995), que regulamenta o processo de escolha de dirigentes das instituições federais de ensino superior, por meio da análise da lista tríplice.

Com a homologação do Estatuto da Fundação Universidade Federal do Tocantins, também foi realizada a convalidação dos cursos de graduação e os atos legais praticados até aquele momento pela Unitins. Por meio desse processo, a UFT incorporou todos os cursos de graduação e também o curso de Mestrado em Ciências do Ambiente, que já eram ofertados pela Unitins, bem como, fez a absorção de mais de oito mil alunos, além de materiais diversos como equipamentos e estrutura física dos câmpus já existentes e dos prédios que estavam em construção. Em 20 anos de história e transformações, a UFT contou com expressivas expansões tanto física, passando de 41.096,60m² em 2003, para 137.457,21m² em 2020, quanto em número de alunos, aumentando de 7.981 para 17.634 em 2020.

Durante os anos de 2019 e 2020 houve o desmembramento da UFT e a consequente criação de uma nova universidade do Estado, a Universidade Federal do Norte do Tocantins (UFNT) que abrangeu os dois câmpus mais ao norte, Araguaína e Tocantinópolis,

juntamente com toda a estrutura física, acadêmica e de pessoal dessas unidades.

A história desta Instituição, assim como todo o seu processo de criação e implantação, representa uma grande conquista ao povo tocantinense. É, portanto, um sonho que vai, aos poucos, se consolidando numa instituição social voltada para a produção e a difusão de conhecimentos, para a formação de cidadãos e profissionais qualificados, comprometidos com o desenvolvimento social, político, cultural e econômico da Nação.

2.2 A UFT no contexto regional e local

A UFT está distribuída em sete cidades do Estado do Tocantins, com sua sede (reitoria e câmpus) localizada na região central, em Palmas; além dos câmpus de Miracema, Porto Nacional, também localizados na região central, os câmpus de Gurupi e Arraias, na região sul e os câmpus de Araguaína e Tocantinópolis ao norte do Estado. O Tocantins é o mais novo estado da federação brasileira, criado com a promulgação da Constituição Federal, em 5 de outubro de 1988, e ocupa área de 277.423,630 km². Está situado no sudoeste da região norte do país e tem como limites o Maranhão a nordeste, o Piauí a leste, a Bahia a Sudeste, Goiás a sul, Mato Grosso a sudoeste e o Pará a noroeste. Embora pertença formalmente à região norte, o Estado do Tocantins encontra-se na zona de transição geográfica entre o Cerrado e a Floresta Amazônica, o que lhe atribui uma riqueza de biodiversidade única.

A população do Tocantins é de aproximadamente 1.607.363 habitantes (população estimada pelo IBGE para o ano de 2021), distribuídos em 139 municípios, com densidade demográfica de 4,98 habitantes por km² (2010), possuindo ainda uma imensa área não entropizada. Existe uma população estimada de 11.692 indígenas distribuídos entre sete grupos, que ocupam área de 2.374.630 ha. O Tocantins ocupa a 14^a posição no ranking brasileiro em relação ao Índice de Desenvolvimento Humano Municipal (IDHM), e terceiro em relação à região norte, com um valor de 0,699 (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE, 2010).

As principais atividades econômicas do Estado do Tocantins baseiam-se na produção agrícola, com destaque para a produção de arroz (100.114 ha), milho (204.621 ha), soja (728.150 ha), mandioca (8.668 ha) e cana-de-açúcar (33.459 ha) (IBGE, 2017). A pecuária também é significativa, com 8.480.724 bovinos, 266.454 mil suínos, 214.374 mil equinos e 111.981 mil ovinos (IBGE, 2019). Outras atividades significativas são as

indústrias de processamento de alimentos, móveis e madeiras e, ainda, a construção civil. O Estado possui ainda jazidas de estanho, calcário, dolomita, gipsita e ouro.

2.3 Missão, visão e valores institucionais

Missão

Formar cidadãos comprometidos com o desenvolvimento sustentável da Amazônia Legal por meio da educação inovadora, inclusiva e de qualidade.

Visão

Consolidar-se, até 2025, como uma Universidade pública inclusiva, inovadora e de qualidade, no contexto da Amazônia Legal.

Valores

Respeito à vida e à diversidade.

Transparência.

Comprometimento com a qualidade e com as comunidades.

Inovação.

Desenvolvimento sustentável.

Equidade e justiça social.

Formação ético-política.

2.4 Estrutura institucional

Segundo o Estatuto da UFT, a estrutura organizacional da UFT é composta por:

1. **Conselho Universitário – CONSUNI:** órgão deliberativo da UFT destinado a traçar a política universitária. É um órgão de deliberação superior e de recurso. Integra esse conselho o Reitor, Pró- Reitores, Diretores de campi e representante de alunos, professores e funcionários; seu Regimento Interno está previsto na Resolução CONSUNI n.º 3/2004.
2. **Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão – CONSEPE:** órgão deliberativo da UFT em matéria didático- científica. Seus membros são: Reitor, Pró- Reitores, Coordenadores de Curso e representante de alunos, professores e funcionários; seu Regimento Interno está previsto na Resolução – CONSEPE n.º 1/2004.

3. **Reitoria:** órgão executivo de administração, coordenação, fiscalização e superintendência das atividades universitárias. Está assim estruturada: Gabinete do Reitor, Pró- Reitorias, Assessoria Jurídica, Assessoria de Assuntos Internacionais e Assessoria de Comunicação Social.
4. **Pró-Reitorias:** No Estatuto da UFT estão definidas as atribuições do Pró-Reitor de Graduação (Art. 20); Pró-Reitor de Pesquisa e Pós-Graduação (Art. 21); Pró-Reitor de Extensão e Assuntos Comunitários (Art. 22); Pró- Reitor de Administração e Finanças (Art. 23). As Pró- Reitorias estruturar-se-ão em Diretorias, Divisões Técnicas e em outros órgãos necessários para o cumprimento de suas atribuições (Art. 24).
5. **Conselho do Diretor:** é o órgão dos campi com funções deliberativas e consultivas em matéria administrativa (Art. 26). De acordo com o Art. 25 do Estatuto da UFT, o Conselho Diretor é formado pelo Diretor do Câmpus, seu presidente; pelos Coordenadores de Curso; por um representante do corpo docente; por um representante do corpo discente de cada curso; por um representante dos servidores técnico-administrativos.
6. **Diretor de Câmpus:** docente eleito pela comunidade universitária do câmpus para exercer as funções previstas no Art. 30 do Estatuto da UFT. É eleito pela comunidade universitária, com mandato de 4 (quatro) anos, dentre os nomes de docentes integrantes da carreira do Magistério Superior de cada câmpus.
7. **Colegiados de Cursos:** órgão composto por docentes, técnicos e discentes do curso. Suas atribuições estão previstas no Art. 37 do estatuto da UFT.
8. **Coordenação de Curso:** é o órgão destinado a elaborar e programar a política de ensino e acompanhar sua execução (Art. 36). Suas atribuições estão previstas no Art. 38 do estatuto da UFT.

Considerando a estrutura multicampi, foram criadas sete unidades universitárias denominadas de campi universitários ou câmpus. Os Campi e os respectivos cursos são os seguintes:

Quadro 1 - Câmpus universitários

Câmpus Universitário de Arraias	Oferece os cursos de graduação em Matemática (licenciatura), Pedagogia (licenciatura), Turismo Patrimonial e Socioambiental (tecnologia), Educação do Campo - Habilitação em Artes e Música (Licenciatura) e Direito (bacharelado).
Câmpus Universitário de Gurupi	Oferece os cursos de graduação em Agronomia (bacharelado), Engenharia de Bioprocessos e Biotecnologia (bacharelado), Engenharia Florestal (bacharelado) e Química Ambiental (bacharelado).
Câmpus Universitário de Miracema	Oferece os cursos de graduação em Pedagogia (licenciatura), Educação Física (licenciatura), Serviço Social (bacharelado) e Psicologia (bacharelado).
Câmpus Universitário de Palmas	Oferece os cursos de graduação em Administração (bacharelado), Teatro (licenciatura), Arquitetura e Urbanismo (bacharelado), Ciência da Computação (bacharelado), Ciências Contábeis (bacharelado), Ciências Econômicas (bacharelado), Jornalismo (bacharelado), Direito (bacharelado), Enfermagem (bacharelado), Engenharia Ambiental (bacharelado), Engenharia Civil (bacharelado), Engenharia de Alimentos (bacharelado), Engenharia Elétrica (bacharelado), Filosofia (licenciatura), Medicina (bacharelado), Nutrição (bacharelado), Pedagogia (Licenciatura), Música - EAD (Licenciatura), Física - EAD (Licenciatura), Administração Pública - EAD (bacharelado), Matemática - EAD (licenciatura), Química - EAD (licenciatura), Biologia - EAD (licenciatura) e Computação - EAD (licenciatura).
Câmpus Universitário de Porto Nacional	Oferece os cursos de graduação em História (licenciatura), Geografia (licenciatura), Geografia (bacharelado), Ciências Biológicas (licenciatura), Ciências Biológicas (bacharelado), Letras - Língua Inglesa e Literaturas (licenciatura), Letras - Língua Portuguesa e Literaturas (licenciatura), Letras - Libras (licenciatura), Ciências Sociais (bacharelado) e Relações Internacionais (bacharelado).
Câmpus Universitário de Araguaína	Oferece os cursos de graduação em Biologia (Licenciatura), CST em Gestão de Cooperativas (Tecnológico), CST em Gestão de Turismo (Tecnológico), Zootecnia (Bacharelado), Física (Licenciatura), Geografia (Licenciatura), História (Licenciatura), Letras (Licenciatura), Matemática (Licenciatura), Medicina (Bacharelado), Medicina Veterinária (Bacharelado), Química (Licenciatura) e Tecnologia em Logística (Tecnológico).
Câmpus Universitário de Tocantinópolis	Oferece os cursos de graduação em Ciências Sociais (Licenciatura), Educação do Campo (Licenciatura), Educação Física (Licenciatura), Pedagogia (Licenciatura) e Direito (bacharelado).

Fonte: o colegiado.

Nesse contexto, os dados apresentados são da tutora da Universidade Federal do Tocantins - UFT que está em processo de transição com a Universidade Federal do Norte do Tocantins - UFNT. O curso de Educação Física está vinculado ao Centro de Educação, Humanidades e Saúde de Tocantinópolis (CEHS), da UFNT que foi criada pela Lei n.º 13.856 de 8 de julho de 2019 (BRASIL, 2019), por desmembramento dos campi de Araguaína e Tocantinópolis da Universidade Federal do Tocantins (UFT) que passaram a integrar a UFNT.

3 ORGANIZAÇÃO DIDÁTICO-PEDAGÓGICA

3.1 Contexto geral do curso

Nas últimas décadas temos visto um novo modelo de vida onde as pessoas passam muito tempo em frente ao computador e a televisão, a produção de novos alimentos industrializados e compostos alimentares feitos em laboratórios associados à correria da vida diária favoreceu a criação de novos hábitos alimentares consequentemente, provocando uma vivência sedentária que marca as relações cotidianas de crianças e adultos na sociedade capitalista.

Neste cenário, as pesquisas a respeito da qualidade de vida das pessoas ganharam destaque na contemporaneidade e nesse sentido, uma compreensão que se propaga está relacionada à contribuição das atividades físicas e das práticas esportivas para a melhoria da qualidade de vida da população no que se refere ao bem-estar físico, social e emocional. Os estudos na área mostram que a prática regular de exercícios físicos traz benefícios que se destinam à melhoria da força e do tônus muscular e da flexibilidade, fortalecimento dos ossos e das articulações, ajudando a diminuir a obesidade e os riscos de doenças cardiovasculares, bem como pode ajudar no desenvolvimento das habilidades psicomotoras e cognitivas. É comprovado também que a prática de atividade física deve ser uma atitude a ser adotado por todas as idades.

Apesar da atividade física, pelos seus efeitos sobre a saúde do ser humano e formação do cidadão, prestar significativas contribuições para o bem-estar de todos que a praticam e primam por um estilo de vida saudável e qualidade de vida, tais questões remetem aos objetos de estudo da área de Educação Física nas mais diversas perspectivas, como a biológica, psicológica, social e cultural (DOS SANTOS; SIMÕES, 2012).

De acordo com as Diretrizes Curriculares para o curso de Educação Física (BRASIL, 2018), a formação do graduado em Educação Física terá ingresso único, destinado tanto ao bacharelado quanto à licenciatura, e desdobrar-se-á em duas etapas, conforme descrição a seguir: I - Etapa Comum e II- Etapa Específica. “§ 1º No início do 4º (quarto) semestre, a Instituição de Educação Superior deverá realizar uma consulta oficial, por escrito, a todos os graduandos a respeito da escolha da formação que pretendem seguir na Etapa Específica - bacharelado ou licenciatura - com vistas à obtenção do respectivo diploma, ou, ao final do 4º (quarto) semestre, definir sua escolha mediante critérios pré-

estabelecidos;”

Percebe-se, assim, que a formação do profissional da área de Educação Física é muito mais ampla e complexa do que comumente se imagina.

No caso do curso proposto, o foco é a Educação Física com formação apenas em Licenciatura, cuja prática pedagógica estará voltada para as atividades físicas e desportivas representadas pelos movimentos corporais como: jogos, danças, lutas, ginásticas, esportes, brincadeiras, com sentido educativo, preventivo e de reabilitação. Tem como meta a formação de um profissional, cujos valores éticos, morais e políticos estão comprometidos com a articulação entre educação e saúde, fundadas nos aspectos da competência pedagógica e científica da Educação Física em prol da melhoria das condições de saúde da população, tal como está proposto na Resolução CNE/CES 6/2018, em seu Art. 9º:

Área de conhecimento e de intervenção acadêmico-profissional que tem como objeto de estudo e de aplicação o movimento humano, com foco nas diferentes modalidades do exercício físico, da ginástica, do jogo, do esporte, da luta/arte marcial, da dança, nas perspectivas da prevenção de problemas de agravo da saúde, promoção, proteção e reabilitação da saúde, da formação cultural, da educação e da reeducação motora, do rendimento físico-esportivo, do lazer, da gestão de empreendimentos relacionados às atividades físicas, recreativas e esportivas, além de outros campos que oportunizem ou venham a oportunizar a prática de atividades físicas, recreativas e esportivas.

Ratifica-se então que o saber que se exige do profissional de Educação Física para a promoção da saúde não se limita ao conhecimento dos aspectos físico-corporais, mas se inscreve num contexto sociocultural, exigindo uma formação multidisciplinar.

Diante do exposto, a reflexão do Câmpus de Tocantinópolis sobre a possibilidade da criação de novos cursos, atentando para a demanda social, as condições de oferta em termos de infraestrutura física e de recursos humanos necessários; e, como um desejo da comunidade Tocantinopolina por um curso que viesse ao encontro das necessidades da cidade, tendo como objetivo a qualidade de vida da população através de atividades físicas, surgiu o curso de Licenciatura em Educação Física no processo de expansão do Câmpus Universitário de Tocantinópolis.

O Câmpus de Tocantinópolis apresenta um histórico de discussões voltadas à área da educação, uma vez que nele existe o curso de Licenciatura em Pedagogia, Ciências Sociais e Educação do Campo. Assim, verificando a demanda local por formação docente na área de Educação Física, uma comissão foi designada para a estruturação e elaboração do Projeto Político Pedagógico deste curso de Licenciatura no ano de 2014, composta pelos membros: Profa. Klívia de Cássia Silva Nunes (Curso de Ciências Sociais); Prof. Marco

Aurélio Gomes de Oliveira (Curso de Pedagogia); Klisma de Sousa Martins (Acadêmico de Ciências Sociais) e Marcélio Martins Campos (Secretário Acadêmico).

Após aprovação do Projeto Político Pedagógico do curso de Licenciatura em Educação Física (Resolução CONSEPE n. 20 de 24/09/2014) e de sua autorização no Ministério da Educação (Portaria 19 de 13/12/2013), o curso iniciou suas atividades em 2015 com a abertura de Concurso Público para compor o quadro de professores efetivos do curso, bem como a disponibilização de vagas no SISU/ME para a composição da primeira turma de discentes. Em 2018 iniciou seu processo de Reconhecimento de Curso no e-mec e após atendimento ao Protocolo de Compromisso firmado com MEC aguarda avaliação in loco para finalização do processo.

Atualmente, o curso de Licenciatura em Educação Física atende, aproximadamente, 215 alunos dentro de um contexto de constantes desafios, sendo um deles a incipiente constituição da infraestrutura do curso, como os laboratórios, biblioteca e materiais didáticos-pedagógicos.

3.2 Políticas institucionais no âmbito do curso

As Políticas institucionais no âmbito do curso são definidas a partir de suas peculiaridades e em consonância com o PDI 2021-2025 da UFT e as legislações que regulamentam os cursos de graduação do ensino superior.

O Núcleo Docente Estruturante (NDE) mantém ativo e está voltado às necessidades de adequação do Projeto Político Pedagógico e manutenção da qualidade do curso.

De forma a acompanhar o vínculo com o egresso, o Curso promove ações para implementação da Política Institucional de acompanhamento do egresso estabelecida por meio da Resolução Consepe nº 30 de 11 de agosto de 2021.

Para planejamento das ações de atualização e capacitação continuada dos docentes o curso conta com o Plano de Desenvolvimento de Pessoas (PDP) e o Plano de Qualificação Docente (PQFD) que juntos tem a finalidade de melhorias da qualificação dos docentes.

Destaca-se ainda a atuação dos estudantes na representação do Centro Acadêmico no apoio das atividades dos cursos como por exemplo, organização de semanas acadêmicas, minicursos, recepção dos calouros, apoio na divulgação de editais, entre outras ações.

A política de cotas para alunos quilombolas e indígenas da UFT, que corresponde a

5% do total de vagas oferecidas, reflete ao curso uma perspectiva multicultural, voltada para questões de identidade, cultura e territorialidade.

A Política de Assistência Estudantil da UFT constitui-se num conjunto de ações voltadas para a promoção do acesso, da permanência e do êxito dos estudantes sob os aspectos de inclusão social, da produção do conhecimento, da melhoria do desempenho escolar e da qualidade de vida. A Assistência Estudantil tem por finalidade promover a inclusão universitária, na perspectiva da igualdade de direitos e da equidade no atendimento das demandas dos discentes, proporcionando o acesso dos estudantes à Universidade, a redução da evasão e a continuidade dos estudos a todos os alunos de graduação, incluindo igualmente os grupos em condições de vulnerabilidade socioeconômica, que historicamente estiveram à margem do direito ao Ensino Superior público. Na UFT, a elaboração de programas e projetos, e a gestão de ações de assistência estudantil é feita pela Pró-Reitoria de Assistência Estudantil (Proest), por meio da Diretoria de Programas de Assistência Estudantil (DPE), em articulação com as demais pró-reitorias. Contudo, atualmente o campus de Tocantinópolis não possui, ainda, o atendimento psicológico ao estudante, mas com vistas a sanar esses problemas alguns programas de apoio social continuam vigentes.

O estudante ao ingressar no curso de Educação Física tem um breve processo de nivelamento considerando as necessidades da área da saúde. Tal nivelamento é observado na disciplina de Bases Biológicas e Fisiológicas da Educação Física, a qual tem o objetivo de iniciar o aluno nas disciplinas da área de Biologia, pois, de acordo com as observações do Colegiado são aquelas com maior necessidade de nivelamento.

Para acompanhamento da evasão, retenção e quantidade de formados, o Colegiado de Educação Física começou a realizar o monitoramento dos dados relacionados a essas formas de evasão por meio de um painel de *Business Intelligence* coordenado pela professora Dr^a Alesandra Araújo de Souza.

Outra iniciativa, que está se tornando uma política institucional, é o Programa de Apoio à Parentalidade na Universidade (PAPU), que está sendo implementado em todos os Centros da UFNT/UFT. No CEHS está sob coordenação da professora Dr^a Carliene Freitas da Silva Bernardes, docente deste curso. O Programa tem como objetivo geral oferecer infraestrutura e implementar ações que promovam a permanência de estudantes mães e pais durante a formação universitária, tais como: banheiro família com sanitários infantis e fraldários, copa e espaço amamentação, brinquedoteca, parquinho e atividades lúdico-pedagógicas para acolhimento infantil; além do Auxílio Creche (PNAES) e orientações psico-pedagógicas às estudantes mães e aos pais.

Ressalta-se que o curso possui alguns grupos de pesquisa devidamente registrados no diretório de grupos de pesquisa do CNPq, conforme apresentado no quadro abaixo, e suas respectivas linhas de pesquisa:

Quadro 2 - Linhas de pesquisa

Nome do grupo	Líder ou membro do grupo	Linhas de Pesquisa
Grupo de Estudos sobre envelhecimento humano	Líder: Adriano Filipe Barreto Grangeiro	Estudos Interdisciplinares em Envelhecimento humano; Gestão, tecnologia e inovação em Gerontologia; Educação de Jovens, adultos e idosos; Educação em Direitos Humanos; Educação ambiental, Aprendizagem ao longo da vida e envelhecimento humano; Saúde, Cultura, Sociedade, Gênero, Diversidade e envelhecimento humano; Neurociências e envelhecimento humano; Políticas públicas e práticas de promoção do envelhecimento ativo e saudável; Aspectos biopsicossociais de atividade física para adultos e idosos; Saúde coletiva, estilo de vida e envelhecimento; Transtornos mentais, sono, funcionalidade, fragilidade, sarcopenia e envelhecimento; Educação e práticas intergeracionais, longevidade e qualidade de vida.
GESS – Grupo de Estudos Sociais e Saúde	Líder: Leandro Ferraz	Linha 1: Arte circense na educação Linha 2: Corpo, corporeidade e saúde Linha 3: Estudos sociais do movimento humano ^[1] _[2] Linha 4: Saúde Pública
GPEAFD - Grupo de pesquisa em epidemiologia da atividade física e doenças crônicas	Líder: Joana Marcela Sales de Lucena	Linha 1: Exercício físico e diabetes mellitus; Linha 2: Epidemiologia da atividade física e dos comportamentos sedentários.
NIMEF – Núcleo de Investigação Multidisciplinar em Educação Física	Líderes: Rubens Vinicius Letieri e Mayrton José Abrantes Farias Membros: Adriano Lopes de Souza; Bruno Fernandes Antunez.	Biodinâmica do movimento humano; Estudos sociais e pedagógicos da Ed. Física, do Esporte e do Lazer
Laboratório de Estudos Interdisciplinares sobre Sono e Saúde na Primeira Infância	Líder: Alesandra Araújo de Souza	Algoritmos de Sono Infantil; Relação Natureza e Sono; Epidemiologia do Sono, Atividade Física e Comportamento Sedentário; Educação em Saúde do Sono
Núcleo de Estudos de Gênero, Educação e Trabalho - NEGET	Líder Profa. Dra. Carliene Freitas da Silva Bernardes e Profa. Dra. Camila Simões Rosa.	Construções de gênero e sexualidade humana interseccionada às relações culturais e étnico-raciais; Construções de gênero, processos de trabalho e suas políticas, públicas e privadas; Construções de gênero, processos educacionais e suas políticas, da Educação Básica à Educação Superior.

Fonte: O colegiado.

Na ocasião de sua implementação, conforme dados de 2012 disponibilizados pela Diretoria Regional de Ensino de Tocantinópolis, constatou-se que nos 11 municípios que compunham esta regional, existiam 12 professores formados na área e 17 professores sem a habilitação necessária atuando nas 34 escolas da regional. Vimos então que a maioria dos professores possuíam outras formações, o que prejudicava a realização de um trabalho que atendia a perspectiva de uma verdadeira educação física.

Em pesquisa realizada na consulta pública do E-mec foi observado que dos 948 cursos de licenciatura em Educação Física no país, apenas 24 são no estado do Tocantins, sendo a maioria na modalidade à distância.

Vale ressaltar que a única Instituição pública a ofertar a modalidade presencial de Licenciatura em Educação Física na região do Bico do Papagaio¹ é a Universidade Federal do Tocantins (UFT), Câmpus de Tocantinópolis, o que representa o atendimento a uma categoria de estudantes que economicamente encontra-se impossibilitada de optar por tais cursos já existentes.

Justifica-se ainda a relevância de tal curso em virtude da abrangência do campo de atuação do profissional de Educação Física, a saber:

- A docência na Educação Infantil, no Ensino Fundamental (ciclos I e II), no Ensino Médio, assim como em Educação Profissional;
- A produção e difusão do conhecimento científico e tecnológico do campo educacional;

Desta forma, o Curso de Educação Física da UFT/Tocantinópolis tem como proposta primar pela qualificação do futuro profissional, buscando na interdisciplinaridade e na tríade pesquisa, ensino e extensão, a articulação de ações e desenvolvimento do conhecimento científico, para proporcionar uma formação pautada na visão cultural abrangente e solidamente estruturada.

Para uma maior compreensão da proposta do curso de Educação Física, faz-se necessário conhecer o campo de atuação do Licenciado e os objetivos propostos nas Diretrizes Curriculares Nacionais.

¹ O Território Bico Do Papagaio - TO abrange uma área de 15.852,60 Km² e é composto por 25 municípios: Aguiarnópolis, Ananás, Angico, Araguatins, Augustinópolis, Buriti do Tocantins, Cachoeirinha, Carrasco Bonito, Darcinópolis, Esperantina, Itaguatins, Luzinópolis, Maurilândia do Tocantins, Palmeiras do Tocantins, Praia Norte, Santa Terezinha do Tocantins, São Bento do Tocantins, São Miguel do Tocantins, São Sebastião do Tocantins, Tocantinópolis, Axixá do Tocantins, Nazaré, Riachinho, Sampaio e Sítio Novo do Tocantins. Disponível em: <https://portalamazonia.com/estados/tocantins/conheca-bico-do-papagaio-regiao-turistica-do-tocantins-que-faz-fronteira-com-maranhao-e-para>. Acesso em: 11 abr. 2023.

3.3 Objetivos do Curso

Os objetivos do curso de Educação Física vêm atender a Resolução nº 06, de 18 de dezembro de 2018, que institui as Diretrizes Curriculares Nacionais dos Cursos de Graduação em Educação Física (BRASIL, 2018), bem como a Resolução nº 02, de 20 de dezembro de 2019, que define as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Formação Inicial de Professores para a Educação Básica e institui a Base Nacional Comum para a Formação Inicial de Professores da Educação Básica - BNC-Formação (BRASIL, 2019). Assim, o presente curso tem como objetivos:

3.3.1 Objetivo geral

Formar licenciados em Educação Física, com característica humanista, técnica, crítica, reflexiva e ética para atuar na Educação Básica, de forma autônoma e fundamentada no rigor científico, na reflexão filosófica e na conduta ética do magistério, ou seja, na docência do componente curricular Educação Física.

3.3.2 Objetivos específicos

- Formar profissionais capazes de contextualizar, problematizar e sistematizar conhecimentos teóricos e práticos sobre a motricidade ou movimento humano, a cultura do movimento corporal, nas diferentes formas e modalidades do exercício físico, do jogo, do esporte, da ginástica, da luta e da dança, no âmbito da Educação Básica;
- Promover ao licenciando o desenvolvimento das competências gerais previstas na BNCC-Educação Básica, das competências específicas e das habilidades correspondentes a elas indicadas pela BNC-Formação, bem como as aprendizagens essenciais quanto aos aspectos intelectual, físico, cultural, social e emocional, dada a necessária articulação entre conhecimentos, habilidades, sensibilidade e atitudes requeridas para o futuro exercício profissional;
- Fomentar a articulação entre teoria e prática para a formação docente, fundamentada nos conhecimentos científicos e didáticos, contemplando a indissociabilidade entre o ensino, a pesquisa e a extensão e a garantia do desenvolvimento integral dos estudantes;

- Desenvolver práticas pedagógicas pautadas em abordagens interdisciplinares, com centralidade no processo de ensino e aprendizagem, nas experiências de intervenção e articulação da formação inicial e continuada;
 - Articular os conhecimentos da Educação Física com os eixos/setores da saúde, do esporte, da cultura, do lazer e saberes da formação de professores;
 - Integrar os docentes da instituição formadora aos professores das redes de ensino, promovendo uma ponte orgânica entre a Universidade e a Educação Básica.
 - Estimular a autonomia do(a) graduando(a) para o contínuo aperfeiçoamento, mediante diversas formas de aprendizado, tanto na área de formação quanto na sua prática docente, assumindo responsabilidades e compromissos com a educação e a formação continuada;
 - Fomentar a investigação acadêmica, tendo em vista a formação do professor pesquisador capaz de analisar e transformar a realidade, no contexto educacional, de modo a atender as necessidades e problemáticas da Educação Física na Educação Básica;
 - Formar licenciados com capacidade de desenvolver práticas docentes em Educação Física, relacionando suas aulas com temas como a preservação do meio ambiente, as questões étnico-raciais, a inclusão de pessoas com deficiência e as relações de gênero.
 - Formar licenciados aptos a planejar, supervisionar e gerenciar os recursos humanos, as instalações, equipamentos, materiais técnicos, informações e procedimentos didáticos a partir das necessidades advindas do âmbito escolar da Educação Básica.

A Área de Educação Física tem passado por importantes debates ao longo das últimas décadas, que trouxeram para o centro das reflexões a compreensão do movimento humano em sua relação com a totalidade social e cultural. Neste sentido, estes debates problematizaram o caráter subserviente da Educação Física ao longo do século XX e as concepções presentes, de fundamento higienista, militarista, competitivista etc., contrapondo-lhes uma concepção baseada na compreensão crítica do movimento humano, em suas diferentes dimensões (física, esportiva, recreativa, de lazer, de trabalho etc.) e em sua relação com o contexto sociocultural mais amplo (BRACHT, 1992). Estes debates questionam o caráter predominantemente instrumental da formação em Educação Física, marcada pela moldagem de corpos atléticos e esportivos e pela estetização corporal, que equacionam corpo, ciência e mercado.

Esta concepção foi incorporada ao texto legal, ao estabelecer as diretrizes curriculares para os cursos na área da Educação Física. A Resolução nº 06, de 18 de

dezembro de 2018, que institui as Diretrizes Curriculares Nacionais dos Cursos de Graduação em Educação Física (BRASIL, 2018), estabelece, no Art. 3º, que a Educação Física é uma área de conhecimento e de intervenção acadêmico-profissional que tem como objeto de estudo e de aplicação a motricidade ou movimento humano, a cultura do movimento corporal, com foco nas diferentes formas e modalidades do exercício físico, da ginástica, do jogo, do esporte, das lutas e da dança, visando atender às necessidades sociais no campo da saúde, da educação e da formação, da cultura, do alto rendimento esportivo e do lazer (BRASIL, 2018).

3.4 Perfil profissional do egresso

O Curso de Licenciatura em Educação Física do Câmpus de Tocantinópolis objetiva formar o professor para atuar na Educação Básica (Educação Infantil, Ensino Fundamental e Médio), qualificando-o para compreender, analisar e refletir criticamente sobre as diferentes expressões do movimento humano, do esporte educacional e das práticas de saúde e de lazer social que interagem com a escola, com a cultura e com a sociedade, além de promover atividades relacionadas a estes âmbitos em instituições escolares, tomando por base os conhecimentos científicos da Área de Educação Física. O egresso do Curso de Licenciatura em Educação Física do Câmpus de Tocantinópolis, estará habilitado para atuar na Educação Básica, com formação geral, humanística e crítica acerca do homem, da sociedade e da instituição escolar, bem como dos conhecimentos específicos da Área de Educação Física e nos conhecimentos didático-pedagógicos que lhe permitem inserir-se de forma crítica e responsável nas atividades de ensino escolar da área de formação.

O perfil profissiográfico está de acordo com a Resolução nº 06, de 18 de dezembro de 2018, cujo Art. 4º prevê que o curso de graduação em Educação Física deverá articular a formação inicial e continuada, tendo como premissa a autonomia do(a) graduando(a) para o contínuo aperfeiçoamento, mediante diversas formas de aprendizado; além disso, também está em conformidade com a Resolução nº 02, de 20 de dezembro de 2019 (BRASIL, 2019), cujo Art. 5 prevê que a formação dos professores e demais profissionais da Educação tem como fundamentos:

I - a sólida formação básica, com conhecimento dos fundamentos científicos e sociais de suas competências de trabalho;

II - a associação entre as teorias e as práticas pedagógicas; e

III - o aproveitamento da formação e das experiências anteriores, desenvolvidas em instituições de ensino, em outras atividades docentes ou na área da Educação.

3.5 Estrutura curricular

A proposta curricular do Curso é composta por um conjunto de disciplinas na área de formação geral (em núcleo comum) e específica, para compreensão do espaço escolar e das práticas pedagógicas. Além disso, introduz disciplinas optativas, que poderão ser cursadas dentre um rol oferecido no próprio curso ou cursos de áreas afins, desde que haja equivalência de conteúdo e carga horária. Assim sendo, esta organização curricular favorece a formação de linhas e de grupos de pesquisa que tenham interface com a formação de professores, integrando pesquisadores de áreas distintas em sua formação de origem.

O Curso de Educação Física seguirá as orientações das *Diretrizes Curriculares Nacionais dos Cursos de Graduação em Educação Física*, Resolução nº 6 de 18 de dezembro de 2018 MEC/CNE/CES (BRASIL, 2018), bem como, no que tange a Licenciatura, a Resolução nº 2 de 20 de dezembro de 2019 que *Define as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Formação Inicial de Professores para a Educação Básica e institui a Base Nacional Comum para a Formação Inicial de Professores da Educação Básica – BNC-Formação* (BRASIL, 2019).

Atividades semipresenciais

O curso de graduação em Educação Física estabelece em sua respectiva estrutura curricular a possibilidade do oferecimento de atividades na modalidade semipresencial, contando com o suporte de recursos didáticos organizados em distintos suportes tecnológicos e da ciência da informação que utilizem novas mídias de comunicação, baseadas na Portaria nº 2.117, de 6 de dezembro de 2019, respeitando o limite de 40% (quarenta por cento) da carga horária total do curso (BRASIL, 2019). A opção do curso para a utilização das atividades semipresenciais correlatas às disciplinas ofertadas no respectivo semestre, como por exemplo, a partir da utilização da Plataforma Moodle, o que, por sua vez, está em consonância com a Resolução do Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão (CONSEPE) nº 15/2011, que dispõe sobre a regulamentação nas modalidades semipresencial e tutorial da Universidade Federal do Tocantins.

Dessa maneira, cumpre-nos elucidar que as metodologias de Ensino e de Aprendizagem serão direcionadas com métodos e práticas pedagógicas que incorporem o uso integrado de Tecnologias de Informação e Comunicação - TIC. Através das novas tecnologias e do estudo social de cada turma acadêmica serão ofertadas possibilidades didáticas que visem a autonomia dos estudantes, o senso crítico, a proatividade e a busca pela emancipação dos mesmos na produção do conhecimento, além de contribuir para um lugar de estudo produtivo e prazeroso. Sendo assim, poderão ser utilizadas Metodologias Ativas de Aprendizagem, tais como: Gamificação; Sala de aula invertida; Rotações por estações de aprendizagens; Aprendizagem entre pares; Aprendizagem baseada em problemas; Aprendizagem baseada em projetos; Cultura *Maker*, *Storytelling*.

As atividades semipresenciais estarão presentes em todas as disciplinas do curso e serão utilizadas ou não de acordo com a análise do docente da disciplina. Tais atividades somam uma carga horária de 1284 horas, correspondente a 40% da carga horária total do curso.

Ressalta-se que tais atividades semipresenciais podem ser ofertadas em todas as disciplinas do curso, sem quaisquer prejuízos à carga horária prática das mesmas, cujos planos de ensino construídos pelos respectivos professores deverão descrever as atividades realizadas, ficando, portanto, a critério de cada professor ofertar ou não as atividades semipresenciais (BRASIL, 2019).

Estrutura curricular

A proposta pedagógica deste curso tem sua estrutura curricular organizada segundo as *Diretrizes Curriculares* de 2018 MEC/CNE/CES (BRASIL, 2018), bem como, no que tange a Licenciatura, a Resolução nº 2 de 20 de dezembro de 2019 que define as *Diretrizes Curriculares Nacionais para a Formação Inicial de Professores para a Educação Básica e institui a Base Nacional Comum para a Formação Inicial de Professores da Educação Básica (BNC-Formação)* (BRASIL, 2019).

Vale ressaltar que o currículo do PPC de Educação Física atende também o Decreto nº 5.626/2005 (BRASIL, 2005), com a inserção da disciplina de Linguagem Brasileira de Sinais - LIBRAS na estrutura curricular, como disciplina obrigatória. Além disso, está contemplado no PPC a Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana (Resolução CNE/CP nº 01/2004 (BRASIL, 2004) e Parecer CNE/CP nº 03/2004 (BRASIL, 2004a)) e Leis nº 11.645/08 (BRASIL, 2008) e nº 10.639/2003 (BRASIL, 2003), que tratam da obrigatoriedade da inclusão das temáticas da

História e Cultura Afro-Brasileira e Indígena nos *Cursos de Graduação em Educação Física*, Resolução nº 6 de 18 de Dezembro e Cultura Afro-Brasileira e Indígena e da Educação das Relações Étnico-Raciais nos currículos da Educação Básica e Educação Superior (BRASIL, 2004b). Assim, em respeito a este tema foi destinada a disciplina História e Cultura Afro-Brasileira e Indígena não só para atender as prerrogativas das leis citadas, mas por se entender a importância desta temática na formação do profissional da Educação Física preparados o emprego de um dispositivo legal, para conhecer a história da diversidade cultural e sua dívida histórica com esta parcela da população brasileira.

Quanto a abordagem da Política Nacional de Educação Ambiental, a partir da Lei nº 9.795/1999 (BRASIL, 1999) e Decreto nº 4.281 de 25/06/2002 (BRASIL, 2002b), foi destinada à disciplina de Educação Física e Meio Ambiente, por compreender que o futuro professor/a de educação física deve estar integrado com as questões ambientais, visto que, o curso está situado na região do Bico do Papagaio, que apresenta um ecossistema de transição entre a Floresta Amazônica e o Cerrado, delimitada pelos rios Tocantins e Araguaia, e, que a questão ambiental se faz necessária na formação deste profissional de forma a colaborar transformação da realidade socioeconômica e cultural da região.

Desta forma, a organização curricular do Projeto foi elaborada com base na oferta por créditos, sendo que a maioria das disciplinas é constituída por 4 (quatro) créditos, com exceção de estágios, algumas disciplinas da dimensão pedagógica, conforme pode ser observado no Quadro 2.

A integralização da totalidade da carga horária deverá ser feita em no mínimo oito semestres ou quatro anos e no máximo de 12 (doze) semestres ou seis anos, perfazendo um total de carga horária de 3.210 horas. Assim, o Curso de Licenciatura em Educação Física será desenvolvido em oito semestres, com organização disciplinar disposta em até seis dias letivos (segunda a sexta-feira turno noturno e sábado – turno matutino) com a possibilidade de cinco a seis disciplinas semestrais. Segue o quadro com a distribuição dos componentes curriculares obrigatórios e optativos e suas respectivas cargas teóricas, práticas, de prática como componente curricular e carga horária total na estrutura curricular do curso de Licenciatura em Educação Física.

Quadro 3 - Estrutura curricular

E T A P A C O M U M	1º P E R Í O D O	Disciplinas	C r é d i t o s	C H T e ó r i c a	C H P r á t i c a	C H P C C	C H E x t e n s ã o	C H T o t a l	Pré- requisitos
		1. Anatomia Humana	6	45	45	0	0	90	
		2. Leitura e Produção de Texto	4	45	15	0	0	60	
		3. Fundamentos Históricos e Filosóficos da Educação Física	4	60	0	0	0	60	
		4. Psicologia da Educação	4	30	0	30	0	60	
		5. História e cultura afro-brasileira e indígena	4	60	0	0	0	60	
		6. Programa I: práticas corporais	3	0	0	0	45	45	
		Subtotal	25	240	60	30	45	375	
E T A P A C O M U M	2º P E R Í O D O	Disciplinas	C r é d i t o s	C H T e ó r i c a	C H P r á t i c a	C H P C C	C H E x t e n s ã o	C H T o t a l	Pré- requisitos
		1. Fundamentos socioantropológicos da Educação Física	4	60	0	0	0	60	
		2. Metodologia do trabalho científico	4	45	15	0	0	60	
		3. Educação e Meio Ambiente	4	60	0	0	0	60	
		4. Didática	4	30	0	30	0	60	
		5. Ética aplicada à Educação e à Educação Física	4	60	0	0	0	60	
		6. Programa II: iniciação esportiva	3	0	0	0	45	45	
		Subtotal	23	255	15	30	45	345	
E T A	3º P E R	Disciplinas	C r é d i t	C H T e ó r i	C H P r á t i	C H P C C	C H E x t e	C H T o t	Pré- requisitos

P A C O M U M	Í O D O		o s	c a	c a		n s ã o	a l	
		1. Bases Biológicas e Fisiológicas da Educação Física	4	30	30	0	0	60	Anatomia Humana
		2. Comportamento motor	4	45	15	0	0	60	
		3. Fundamentos do Atletismo	4	15	15	30	0	60	
		4. Fundamentos dos Jogos, da Recreação e do Lazer	4	15	15	30	0	60	
		5. Primeiros Socorros	4	30	30	0	0	60	Anatomia Humana
		6. Cinesiologia e Biomecânica do Movimento Humano	4	45	15	0	0	60	Anatomia Humana
		Subtotal	24	180	120	60	0	360	
E T A P A C O M U M	4º P E R Í O D O	Disciplinas	C r é d i t o s	C H T e ó r i c a	C H P r á t i c a	C H P C C	C H E x t e n s ã o	C H T o t a l	Pré- requisitos
		1. Educação Física e Saúde	4	30	30	0	0	60	
		2. Fisiologia do Exercício	4	45	15	0	0	60	Bases Biológicas e Fisiológicas da Educação Física
		3. Bioestatística aplicada à Educação Física	4	45	15	0	0	60	
		4. Cineantropometria	4	45	15	0	0	60	Cinesiologia e Biomecânica do Movimento Humano
		5. Fundamentos da Ginástica	4	15	15	30	0	60	
		6. Educação, Educação Física e Infância	4	60	0	0	0	60	
		Subtotal	24	240	90	30	0	360	
E T A P A	5º P E R Í O D O	Disciplinas	C r é d i t o s	C H T e ó r i c a	C H P r á t i c a	C H P C C	C H E x t e n s ã o	C H T o t a l	Pré- requisitos

E S P E C Í F I C A	O D O								
		1. Esportes Coletivos e suas bases pedagógicas I	6	15	30	45	0	90	
		2. Didática Aplicada à Educação Física	4	30	0	30	0	60	Didática
		3. Educação Física na Educação Básica	4	30	30	0	0	60	
		4. Dança Escolar e suas bases pedagógicas	4	15	15	30	0	60	
		5. Estágio Supervisionado I	8	15	75	0	30*	120	Didática; Educação, Educação Física e Infância
		Subtotal	26	105	150	105	30	390	
E T A P A E S P E C Í F I C A	6º P E R Í O D O	Disciplinas	Créditos	CH Teórica	CH Prática	CH PCC	CH Extensão	CH Total	Pré-requisitos
		1. Esportes Coletivos e suas bases pedagógicas II	4	15	15	30	0	60	Esportes Coletivos e suas bases pedagógicas I
		2. Educação Física Adaptada e inclusiva	4	15	15	30	0	60	
		3. Política e Organização da Educação Básica	4	60	0	0	0	60	
		4. Pesquisa em Educação Física I	3	45	0	0	0	45	
		5. Estágio Supervisionado II	8	15	75	0	30*	120	Estágio Supervisionado I
		Subtotal	23	150	105	60	30	345	
E T A P A E S P	7º P E R Í O D O	Disciplinas	Créditos	CH Teórica	CH Prática	CH PCC	CH Extensão	CH Total	Pré-requisitos
		1. Linguagem Brasileira de Sinais - LIBRAS	4	15	15	30	0	60	

E C Í F I C A		2. Lutas e suas bases pedagógicas	4	15	15	30	0	60	
		3. Optativa I	4	30	30	0	0	60	Metodologia do trabalho científico
		4. Atividades Aquáticas e suas bases pedagógicas	4	15	15	30	0	60	
		5. Estágio Supervisionado III	14	30	90	0	90*	210	Estágio Supervisionado II
		Subtotal	30	105	165	90	90	450	
E T A P A E S P E C Í F I C A	8º P E R Í O D O	Disciplinas	Créditos	CH Teórica	CH Prática	CH PCC	CH Extensão	CH Total	Pré-requisitos
		1. Optativa II	4	30	30	0	0	60	
		2. Optativa III	4	45	15	0	0	60	
		3. Pesquisa em Educação Física II	3	0	45	0	0	45	Pesquisa em Educação Física I
		4. Estágio Supervisionado IV	14	30	90	0	90*	210	Estágio Supervisionado III
		Subtotal	25	105	180	0	90	375	
ITENS			Créditos	CH Teórica	CH Prática	CH PCC	CH Extensão	CH Total	
Estágio Curricular Supervisionado			44	90	330	-	240	660	
Prática como Componente Curricular (PCCs)			27	-	-	405	-	405	
Extensão como Componente Curricular (sem estágio)			6	-	-	-	90	90	
Carga Horária Disciplinas (sem estágio e PCCs)			123	1290	555	-	-	1845	
Atividades Complementares			14	-	-	-	-	210	
Total Geral do Curso (com Atividades complementares)			214	1380	885	405	330	3210	

Fonte: O colegiado.

Legenda: CH = Carga horária. PCCs = Práticas como componente curricular. PCC = Prática como componente curricular.

Observações: *As cargas horárias correspondentes a extensão, enquanto componente curricular, que compõem parte dos Estágios Supervisionados, serão cumpridas nos Projetos Integradores I, II, III e IV.

3.6 Ementário

Primeiro período

Anatomia Humana				
Período	Créditos	Etapa	Natureza	Pré-requisito
1	4	Comum	Obrigatória	-
Carga horária (horas)				
Teórica	Prática	Estágio	PCC	Total
45	45	-	-	90
Ementa				
<p>Estudo sobre anatomia humana em nível macroscópico descrevendo os aspectos morfofuncionais dos sistemas esquelético, articular, muscular, respiratório, circulatório, digestório, nervoso, endócrino, sensorial, tegumentar, urinário, genital masculino e feminino procurando-se relacionar com aplicação deste conhecimento em Educação Física.</p>				
Bibliografia básica				
<p>DANGELO, J. G.; FATTINI, Carlos Américo. Anatomia humana básica. São Paulo: Atheneu, 2008. NETTER, FRANK H. Atlas de anatomia humana. 5. ed. Paraná: Saraiva, 2011. SOBOTTA, JOHANNES. Atlas de anatomia humana. 3 vols. 23ª. ed. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2013.</p>				
Bibliografia complementar				
<p>HARTWIG, W. C. Fundamentos em anatomia. Porto Alegre: Artmed, 2008. MARQUES, E. C. M. Anatomia e fisiologia humana. 2. ed. São Paulo: Martinari, 2015. PLATZER, W.; LEONHARDT, H.; KHALE, W. Atlas da anatomia humana: aparelho de movimento. 3. ed. São Paulo: Atheneu, 2000. SCHÜNKE, M.; SCHULTE, E.; SCHUMACHER, U. Prometheus: atlas de anatomia - anatomia geral e aparelho locomotor. Rio de Janeiro: Guanabara-Koogan, 2006. TORTORA, G. J. Corpo Humano: fundamentos de anatomia e fisiologia. 8. ed. Porto Alegre: Artmed, 2012. MACHADO, Â. B. M. Neuroanatomia funcional. 2. ed. São Paulo: Atheneu, 2007. BEHNKE, R. S. Anatomia do movimento. 3. ed. Porto Alegre: Artmed, 2014.</p>				

Leitura e Produção de Texto				
Período	Créditos	Etapa	Natureza	Pré-requisito
1	4	Comum	Obrigatória	-

Carga horária (horas)				
Teórica	Prática	Estágio	PCC	Total
45	15	-	-	60
Ementa				
<p>Abordagens teóricas sobre leitura e produção textual. Técnicas de leitura de produção textual, de levantamento bibliográfico e documentação. Tipos de redação científica: fichamentos, resumos e resenhas. A escrita científica e o plágio acadêmico. Como preparar e realizar apresentações orais. Normalização de trabalhos acadêmicos segundo a Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT).</p>				
Bibliografia básica				
<p>KOCH, I. V.; ELIAS, V. M. Ler e compreender os sentidos do texto. São Paulo: Contexto, 2006.</p> <p>KOLLER, S. H.; COUTO, M. C. P de P.; HOHENDORFF, J. V. (Org.). Manual de produção científica. Porto Alegre: Penso, 2014.</p> <p>MEDEIROS, J. B. Redação científica: a prática de fichamentos, resumos e resenhas. 12. ed. São Paulo: Atlas, 2014.</p>				
Bibliografia complementar				
<p>ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS. ABNT NBR 14724: 2011 informação e documentação - Trabalhos acadêmicos - Apresentação. Rio de Janeiro: ABNT, 2011.</p> <p>FARACO, C. A.; TEZZA, C. Oficina de texto. 11. ed. Petrópolis: Vozes, 2011.</p> <p>FARACO, C. A.; TEZZA, C. Prática de texto para estudantes universitários. Petrópolis: Vozes, 2016.</p> <p>KOCH, I. V.; ELIAS, V. M. Ler e escrever: estratégias de produção textual. São Paulo: Contexto, 2009.</p> <p>REIZ, P. Manual de técnicas de redação científica. 4. ed. São Paulo: Hyria Editora, 2017.</p>				

Fundamentos Históricos e Filosóficos da Educação Física				
Período	Créditos	Etapa	Natureza	Pré-requisito
1	4	Comum	Obrigatória	-
Carga horária (horas)				
Teórica	Prática	Estágio	PCC	Total
60	-	-	-	60
Ementa				
<p>Análise histórica e filosófica da Educação Física em diversas épocas e sociedades. Abordagem histórico-filosófica do corpo e das práticas corporais. Análise historiográfica do pensamento na Educação Física no Brasil. Estudo das abordagens da Educação Física e a reflexão das suas correntes filosófico-pedagógicas.</p>				
Bibliografia básica				
<p>BARBOSA, C. L. A. Educação física e filosofia. Petrópolis, RJ: Vozes, 2005.</p>				

FREIRE, J. B. **Educação como prática corporal**. São Paulo: Scipione, 2003.

MUNOZ, P. G. **Introdução à educação física**: conceito, limites e possibilidades. 2002.

CASTELLANI FILHO, Lino. **A educação física no Brasil**: a história que não se conta. 5. ed. Campinas: Papyrus, 2003.

GHIRALDELLI JUNIOR, P. **Educação física progressista**: a pedagogia crítico-social dos conteúdos e a educação física brasileira. 8. ed. São Paulo: Loyola, 2003.

SAVIANI, D. **História das ideias pedagógicas no Brasil**. Campinas: Autores Associados, 2007.

Bibliografia complementar

ARANHA, M. L. A. **Filosofia da educação**. São Paulo: Moderna, 2000.

CHAUÍ, M. **Convite à filosofia**. São Paulo: Ática, 2009.

LARA, T. A. **Caminhos da razão no ocidente**: a filosofia ocidental do renascimento aos nossos dias. 4. ed. Petrópolis: Vozes, 1995. 2. v.

MAGEE, B. **História da filosofia**. São Paulo: Loyola, 1998.

MUNOZ P. G. As Tendências pedagógicas em educação física e sua relação com as concepções idealistas e materialistas da história. **Motrivivência**, n. 4, 1993.

GHIRALDELLI JUNIOR, P. **História da educação**. 2. ed. São Paulo: Cortez, 2001

GRIFI, G. **História da educação física e do esporte**. Porto Alegre: D.C. Luzzatto, 1989.

MANACORDA, M. A. **História da educação**: da antiguidade aos nossos dias. 11. ed. São Paulo: Cortez, 2004.

RIBEIRO, Maria Luisa Santos. **História da educação brasileira**: a organização escolar. 16. ed. Campinas/SP: Autores Associados, 2000.

ROMANELLI, O. de O. **História da educação no Brasil**. 25. ed. Rio de Janeiro: Vozes, 2001.

Psicologia da Educação

Período	Créditos	Etapa	Natureza	Pré-requisito
1	4	Comum	Obrigatória	-
Carga horária (horas)				
Teórica	Prática	Estágio	PCC	Total
30	-	-	30	60
Ementa				
Os fundamentos teóricos e práticos da Psicologia da educação. A Psicologia e o processo de ensino e aprendizagem no contexto da educação brasileira. Relacionamento entre as teorias da Aprendizagem e Desenvolvimento e sua prática educativa institucional. Relacionamento interpessoal na escola e na comunidade.				
Bibliografia básica				
COLL, C.; MARCHESI, A.; PALACIOS, J. (org.). Desenvolvimento psicológico e educação : psicologia da educação escolar. 2. ed. Porto Alegre: Penso, 2004.				
GOULART, Í. B. Psicologia da educação : fundamentos teóricos, aplicações à prática pedagógica. 21.				

ed. Petrópolis: Vozes, 2015.

SHAFFER, D. R.; KIPP, K. **Psicologia do desenvolvimento**: infância e adolescência. 2. ed. Tradução Marta Reys Gil Passos. São Paulo: Cengage Learning, 2012.

Bibliografia complementar

AZZI, R. G.; GIANFALDONI, M. H. T. A. **Psicologia e educação**. São Paulo: Casa do Psicólogo.

BOCK, A. M. B.; FURTADO, O.; TEIXEIRA, M. L. T. **Psicologias**: uma introdução ao estudo de psicologia. 14. ed. Saraiva, 2009.

MONEREO, C. **Psicologia da educação**. Porto Alegre: Penso, 2016.

SANTROCK, J. W. **Psicologia educacional**. 3. ed. Tradução de Denise durante, Mônica Rosemberg, Taís Silva Monteiro Ganeo. São Paulo: McGraw-Hill, 2009.

YAEGASHI, S.F.R.; BENEVIDES-PEREIRA, A.M.T. **Psicologia e Educação**: conexão entre saberes. 1 ed. São Paulo: Casa do Psicólogo, 2013.

História e Cultura Afro-brasileira e Indígena

Período	Créditos	Etapa	Natureza	Pré-requisito
1	4	Comum	Obrigatória	-
Carga horária (horas)				
Teórica	Prática	Estágio	PCC	Total
60	-	-	-	60

Ementa

A história afro-brasileira e a compreensão dos processos de diversidade étnico-racial e étnico-social na formação política, econômica e cultural do Brasil. Estudo sobre o conceito de cultura de Afro-Brasileiro e indígena e aspectos da cultura negra e indígena no Brasil. Diversidade religiosa: aspectos históricos da construção da religião dos povos negros e indígenas no Brasil. Construção da identidade negra e indígena no Brasil e na região, a partir das relações sociais de conceitos e suas bases teóricas tais como: racismo, discriminação, intolerância, preconceito, estereótipos, raça, etnia, cultura, classe social, diversidade e diferenças. Mito da democracia racial e implantação de políticas afirmativas relacionadas às relações interétnicas.

Bibliografia básica

BRASIL. Congresso. Senado. **Lei nº 11.645, de 10 março de 2008**. Inclui no currículo oficial da rede de ensino a obrigatoriedade da temática "História e Cultura Afro-Brasileira e Indígena." Brasília, 2008. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2007-2010/2008/Lei/L11645.htm>. Acesso em: 7 de set. 2018.

CARNEIRO, M. L. T. **O racismo na história do Brasil**: mito e realidade. 5. ed. São Paulo: Ática, 1997.

COSTA E SILVA, A. **Um rio chamado Atlântico**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2003.

Bibliografia complementar

CARDOSO, C.M. **Tolerância e seus limites**: um olhar latino-americano sobre diversidade e desigualdade. São Paulo: Unesp. 2003

CAVALLEIRO, E. **Racismo e anti-racismo na educação**: repensando nossa escola. São Paulo: Selo

Negro, 2001.

FONSECA, M. N. S. **Brasil afro-brasileiro**. Belo Horizonte: Autêntica, 2000.

LARAIA, R. B. **Cultura um conceito Antropológico**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2001.

MATTOS, I. G. **Estética afirmativa: corpo negro e educação física**. Salvador: EDUNEB, 2009.

Programa I: Práticas corporais				
Período	Créditos	Etapa	Natureza	Pré-requisito
1	3	Comum	Obrigatória	-
Carga horária (horas)				
Teórica	Prática	Estágio	Extensão	Total
-	-	-	45	45
Ementa				
<p>Atuação em programa de extensão voltado para articulação entre a diversidade de Práticas Corporais (Jogos, Lutas, Danças, Ginástica, Esporte), incluindo suas bases teórico-metodológicas. Ações integradas com os aspectos socioculturais inerentes ao acervo de práticas historicamente construídas, objetivando a atuação do aluno da graduação junto à comunidade externa. As ações previstas visam a creditação da extensão, sendo registrado na Pró-Reitoria de Extensão e coordenado por docentes da instituição.</p>				
Bibliografia básica				
<p>BRASIL. Ministério da Educação. Resolução nº 7, de 18 de dezembro de 2018. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 2018.</p> <p>FREIRE, J. B. Educação como prática corporal. São Paulo: Scipione, 2003.</p> <p>UNIVERSIDADE FEDERAL DO TOCANTINS. Resolução n.º 14, de 08 de dezembro de 2020. Regulamenta as ações de Extensão como componente curricular nos PPCs da UFT e dá outras providências. Palmas, TO: UFT, 2020.</p>				
Bibliografia complementar				
<p>AYOUB, E. Ginástica geral e Educação Física escolar. 2. ed. Campinas/SP: Ed. Unicamp, 2007.</p> <p>BROUGÈRE. G. Jogo e educação. Porto Alegre: Artes Médicas, 1998.</p> <p>FREIRE, J.B. Educação de corpo inteiro: teoria e prática da educação física. São Paulo: Editora Scipione, 1996.</p> <p>GONZÁLEZ, F.J.; DARIDO, S.C.; OLIVEIRA, A.A.B. Lutas, capoeira e práticas corporais de aventura. 2014.</p> <p>LEAL, P. Respiração e expressividade: práticas corporais fundamentadas em Graham e Laban. São Paulo: Annablume Editora, 2006.</p>				

Segundo período

Fundamentos Socioantropológicos da Educação Física				
Período	Créditos	Etapa	Natureza	Pré-requisito
2	4	Comum	Obrigatória	-
Carga horária (horas)				
Teórica	Prática	Estágio	PCC	Total
60	-	-	-	60
Ementa				
<p>Introdução ao pensamento antropológico e sociológico e suas principais correntes teóricas. Estudo da Educação Física como prática social e cultural. O conceito de corpo, cultura e sociedade. As dimensões socioantropológicas da Educação Física, Esporte, Lazer e Saúde.</p>				
Bibliografia básica				
<p>MAUSS, M. Sociologia e Antropologia. São Paulo: Editora Cosac Naify, 2003. MELO, L. G. Antropologia cultural. 10ª ed. Rio de Janeiro: Vozes, 2003. TOMAZI, N. D. Iniciação à Sociologia. São Paulo: Saraiva, 2000.</p>				
Bibliografia complementar				
<p>BOURDIEU, P. O poder simbólico. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1998. BRACHT, V. Sociologia crítica do esporte: uma introdução. Vitória: UFES, 1997. LAPLANTINE, F. Aprender antropologia. São Paulo: Brasiliense, 2007. MICHALISZYN, M.S. Fundamentos socioantropológicos da educação. 2. ed. Curitiba: Editora Ibpex, 2009. RIBEIRO, G. L. A antropologia brasileira entre políticas neoliberais e a globalização. Brasília: Universidade de Brasília. Departamento de Ciências Sociais, 2004.</p>				

Metodologia do Trabalho Científico				
Período	Créditos	Etapa	Natureza	Pré-requisito
2	4	Comum	Obrigatória	-
Carga horária (horas)				
Teórica	Prática	Estágio	PCC	Total
45	15	-	-	60
Ementa				
<p>A Ciência e os tipos de conhecimento. Os métodos científicos. As etapas básicas da pesquisa científica e as técnicas mais utilizadas na pesquisa em Educação e Educação Física. A elaboração do projeto de pesquisa e a normalização de trabalhos acadêmicos segundo a Associação Brasileira de Normas Técnicas - ABNT.</p>				

Bibliografia básica

LAKATOS, E. M.; MARCONI, M. A. **Fundamentos de metodologia científica**. 8. ed. São Paulo: Atlas, 2017.

ROSSETO JÚNIOR, A. J.; MATTOS, M. G.; RABINOVICH, B. S. **Metodologia da pesquisa em educação física**: construindo sua monografia, artigos e projetos. 4. ed. São Paulo: Ed. Phorte, 2017.

THOMAS, J. R.; NELSON, J. K.; SILVERMAN, S. J. **Métodos de pesquisa em atividade física**. 6. ed. São Paulo: Artmed, 2012.

Bibliografia complementar

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS. **ABNT NBR 15287**: 2011 informação e documentação – Projeto de pesquisa - Apresentação. Rio de Janeiro: ABNT, 2011.

BELL, J. **Projeto de pesquisa**: guia para pesquisadores iniciantes em educação, saúde e ciências sociais. 4. ed. Tradução Magda França Lopes. Porto Alegre: Artmed, 2007.

FEITOSA, R. A.; ARAÚJO, R. P. A. **Pesquisa em Educação**: olhares múltiplos. São Paulo: Paco Editorial, 2015.

MATTOS, M. G.; ROSSETO JÚNIOR, A. J.; RABINOVICH, B. S. **Teoria e prática da metodologia da pesquisa em Educação Física**. 3. ed. São Paulo: Ed. Phorte, 2008.

SEVERINO, A. J. **Metodologia do trabalho científico**. 24. ed. São Paulo: Cortez, 2016.

Educação e Meio Ambiente

Período	Créditos	Etapa	Natureza	Pré-requisito
2	4	Comum	Obrigatória	-
Carga horária (horas)				
Teórica	Prática	Estágio	PCC	Total
60	-	-	-	60
Ementa				
<p>As diferentes concepções de Educação Ambiental e sua contextualização histórica. A relação do desenvolvimento sustentável como fator de sensibilização do indivíduo e da sociedade. Investigação dos processos ecológicos na biodiversidade da Amazônia. Estudo da educação ambiental, noções de ecologia, o conhecimento dos recursos naturais e suas relações com a Educação Física nas diferentes práticas esportivas e de lazer na natureza.</p>				
Bibliografia básica				
<p>GONÇALVES, C. W. P. Os (des)caminhos do meio ambiente. 7. ed. São Paulo: Contexto, 2000.</p> <p>PONTUSCHKA, N. N.; KRASILCHIK, M.; RIBEIRO, H. Pesquisa Ambiental: construção de um processo participativo de educação e mudança. São Paulo: Edusp, 2006.</p> <p>REIGOTA, M. A. S. Meio ambiente e representação social. 6. ed. São Paulo: Cortez, 2004.</p>				
Bibliografia complementar				
<p>GUIMARÃES, M. A dimensão ambiental na educação. Campinas: Papyrus, 1995.</p>				

LOUREIRO, C. F. B. Educar, participar e transformar em educação ambiental. **Revista brasileira de educação ambiental**, Brasília, v. 0, n. 0, p. 13-20, 2004.

____. **Trajectoria e fundamentos da educação ambiental**. São Paulo: Cortez, 2004.

REIGOTA, M. A. S. **O que é educação ambiental**. 5. ed. São Paulo: Brasiliense, 2012. 1 v.

SATO, M. **Educação ambiental**. São Carlos: Rima, 2002.

Didática				
Período	Créditos	Etapa	Natureza	Pré-requisito
2	4	Comum	Obrigatória	-
Carga horária (horas)				
Teórica	Prática	Estágio	PCC	Total
30	-	-	30	60
Ementa				
<p>Conceitos, objetos e delineamentos histórico-filosóficos da Didática. Fundamentos da Educação. Compreensão sobre as Tendências Pedagógicas da Educação. A didática na formação do Educador. A relação professor e aluno. Aspectos teóricos e metodológicos em diferentes contextos de atuação. Princípios didáticos do planejamento no processo de ensino e aprendizagem: objetivos, conteúdos, metodologia e avaliação.</p>				
Bibliografia básica				
<p>CORDEIRO, J. Didática. São Paulo: Contexto, 2010. LIBÂNEO, J. C. Didática. 2. ed. São Paulo: Cortez, 2013. VEIGA, I. P. A. (Org.). Didática: o ensino e suas relações. 7. ed. São Paulo: Papirus, 2003.</p>				
Bibliografia complementar				
<p>ALVES, R. Educação dos sentidos e mais. São Paulo: Verus, 2005. COMENIUS, J. A. Didática magna. São Paulo: Martins fontes, 2002. FRANCO, M. A. S.; PIMENTA, S. G. (Orgs.). Didática: embates contemporâneos. 3. ed. São Paulo: Ed. Loyola, 2014. FREIRE, Paulo. Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa. São Paulo: Paz e Terra, 1999. MARTINS, Pura Lúcia Oliver. A didática e as contradições da prática. 2. ed. Campinas: Papirus Editora, 2003.</p>				

Ética Aplicada à Educação Física				
Período	Créditos	Etapa	Natureza	Pré-requisito
2	4	Comum	Obrigatória	-

Carga horária (horas)				
Teórica	Prática	Estágio	PCC	Total
60	-	-	-	60
Ementa				
<p>Concepções de ética e moral desenvolvidas ao longo da história da humanidade e a sua aplicabilidade no cotidiano. Identidade, alteridade e diversidade cultural. Reflexões sobre a prática docente a partir do Código de Ética do Profissional de Educação Física. Conhecimentos sobre a prevenção do uso de meios ilícitos e danosos à saúde no respectivo contexto de atuação.</p>				
Bibliografia básica				
<p>BARBOSA, C. L. A. Ética na Educação Física. Vozes, 2013. MAQUIAVEL. O príncipe. Tradução de Pietro Nasseti. São Paulo: Martim Claret, 2005. VARGAS, A. Ética, ensaios sobre Educação Física saúde social e esporte. São Paulo: Lecs, 2007.</p>				
Bibliografia complementar				
<p>CHAUÍ, M. Convite à Filosofia. São Paulo: Ática, 1996. ROUSSEAU, J. J. Discurso sobre a origem e os fundamentos da desigualdade entre os homens. Tradução de Alex Marins. São Paulo: Martins Claret, 2005. SUNG, J. M; SILVA, C. J. Conversando sobre ética e sociedade. Petrópolis/RJ: Vozes, 2006. TOJAL, J. B. A. G.; BARBOSA, A. P. A ética e a bioética na preparação e na intervenção do profissional de Educação Física. Belo Horizonte: Casa da Educação Física, 2006. TOJAL, J. B. A. G. Ética profissional na Educação Física. Rio de Janeiro: Shape, 2004.</p>				

Programa II: Iniciação Esportiva				
Período	Créditos	Etapa	Natureza	Pré-requisito
2	3	Comum	Obrigatória	-
Carga horária (horas)				
Teórica	Prática	Estágio	Extensão	Total
-	-	-	45	45
Ementa				
<p>O programa terá por finalidade promover a iniciação às práticas desportivas com ênfase na dimensão social do esporte-educação e esporte-lazer, objetivando a atuação do aluno da graduação junto à comunidade externa. As ações previstas visam a creditação da extensão, sendo registrado na Pró-Reitoria de Extensão e coordenado por docentes da instituição.</p>				
Bibliografia básica				
<p>BRASIL. Ministério da Educação. Resolução nº 7, de 18 de dezembro de 2018. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 2018.</p>				

<p>FREIRE, J. B. Educação como prática corporal. São Paulo: Scipione, 2003.</p> <p>UNIVERSIDADE FEDERAL DO TOCANTINS. Resolução n.º 14, de 08 de dezembro de 2020. Regulamenta as ações de Extensão como componente curricular nos PPCs da UFT e dá outras providências. Palmas, TO: UFT, 2020.</p>
Bibliografia complementar
<p>ASSIS DE OLIVEIRA, S. Reinventando o Esporte: possibilidades da prática pedagógica. Campinas, SP: Autores Associados, chancela editorial CBCE, 2001.</p> <p>GOMES, A. C. Treinamento desportivo: estruturação e periodização. 2. ed. Artmed, 2009.</p> <p>GRECO, P.J.; BENDA, R.N. Iniciação esportiva universal: da aprendizagem motora ao treinamento técnico. 1ª reimpressão. Belo Horizonte: UFMG, 2007.</p> <p>KUNZ, E. Transformação didático-pedagógica do esporte. Ijuí: UNIJUÍ, 1994.</p> <p>REVERDITO, R. S.; SCAGLIA, A. J. Pedagogia do esporte: jogos coletivos de invasão. São Paulo: Phorte, 2009.</p>

Terceiro período

Bases Biológicas e Fisiológicas da Educação Física				
Período	Créditos	Etapa	Natureza	Pré-requisito
3	4	Comum	Obrigatória	Anatomia Humana
Carga horária (horas)				
Teórica	Prática	Estágio	PCC	Total
30	30	-	-	60
Ementa				
<p>Conhecimentos biológicos, bioquímicos e genéticos do ser humano. Ação de agentes físicos, químicos e biológicos sobre a célula. Princípios básicos do funcionamento dos órgãos e sistemas do corpo humano, bem como as inter-relações funcionais existentes entre eles aplicados a Educação Física.</p>				
Bibliografia básica				
<p>DE ROBERTIS, E. M. F.; HIB, J. Bases da biologia celular e molecular. 4. ed. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2006.</p> <p>WEINECK, J. Biologia do esporte. 7. ed. São Paulo: Manole, 2005.</p> <p>SILVERTHORN, D. U. Fisiologia humana. 5ª. ed. Porto Alegre: Artmed, 2010.</p>				
Bibliografia complementar				
<p>COSTANZO, L. S. Fisiologia. 6ª. ed. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2015.</p> <p>GUYTON, A. C.; HALL, J. E. Tratado de fisiologia médica. 13ª. ed. Elsevier, 2017.</p> <p>JUNQUEIRA, L. C. U.; CARNEIRO, J. Biologia celular e molecular. 9. ed. Rio de Janeiro: Guanabara</p>				

Koogan, 2013.

MAUGHAN, R. J.; GLEESON, M. **As bases bioquímicas do desempenho nos esportes**. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2007.

TORTORA, G. J. **Corpo Humano: fundamentos de anatomia e fisiologia**. 8. ed. Porto Alegre: Artmed, 2012.

Comportamento motor				
Período	Créditos	Etapa	Natureza	Pré-requisito
3	4	Comum	Obrigatória	-
Carga horária (horas)				
Teórica	Prática	Estágio	PCC	Total
45	15	-	-	60
Ementa				
<p>Conceitos de crescimento, desenvolvimento e maturação. Teorias de desenvolvimento humano: aspectos motores, cognitivos, afetivos e sociais. Estágios de crescimento e desenvolvimento físico e motor. Processamento de informação. Teorias de Controle e Aprendizagem Motora. Fatores de aprendizagem motora. Tipos de feedback: negativo, positivo e aumentado. Teorias do esquema de Schmidt e Gentil. Variabilidade da prática para aquisição de habilidades motoras. O Comportamento e o Controle Motor aplicados à Educação Física.</p>				
Bibliografia básica				
<p>MAGILL, R. A. Aprendizagem motora: conceitos e aplicações. 5. ed. São Paulo: Edgard Blusher, 2002.</p> <p>SHUMWAY-COOK, A.; WOOLLACOTT, M.H. Controle motor: teoria e aplicações práticas. 3.ed. Barueri: Manole, 2010.</p> <p>TANI, G. Comportamento motor: aprendizagem e desenvolvimento. Rio de Janeiro: Guanabara-Koogan, 2005.</p>				
Bibliografia complementar				
<p>GUEDES, M. G. S. Aprendizagem motora: problemas e contextos. Lisboa: Edições FMH, 2001.</p> <p>HAYWOOD, K. M.; GETCHELL, N. Desenvolvimento Motor ao Longo da Vida. 3 ed. Porto Alegre: Artmed, 2010.</p> <p>OLIVEIRA, Z. M. R.; SMOLKA, A. L. B. A Criança e seu desenvolvimento: perspectivas para se discutir a educação infantil. 4. ed. São Paulo: Cortez, 2000.</p> <p>PAPALIA, D. E.; OLDS, S. W.; FELDMAN, R. D. Desenvolvimento humano. 8. ed. Porto Alegre: Artmed, 2006.</p> <p>SCHMIDT, R. A.; WRISBERG, C. A. Aprendizagem e performance motora: uma abordagem da aprendizagem baseada no problema. 2. ed. Porto Alegre: ARTMED, 2001.</p>				

Fundamentos do Atletismo				
Período	Créditos	Etapa	Natureza	Pré-requisito

3	4	Comum	Obrigatória	-
Carga horária (horas)				
Teórica	Prática	Estágio	PCC	Total
15	15	-	30	60
Ementa				
Contextualização histórica do atletismo. Características e classificações das provas. Conhecimentos técnicos e táticos. Fundamentos metodológicos do ensino-aprendizagem do atletismo nos contextos de atuação em Educação Física. Regras e organização de competições.				
Bibliografia básica				
GOMES, A. C. Treinamento desportivo : estruturação e periodização. 2. ed. Artmed, 2009. MATHIESSEM, S. Q. Atletismo : teoria e prática. 2. ed. Grupo Gen e Editora Guanabara Koogan, 2017. OLIVEIRA, M. C. M. Atletismo escolar . Rio de Janeiro: Sprint, 2006.				
Bibliografia complementar				
MACHADO, A.F. Corrida : manual prático de treinamento. Editora Phorte, 2013. MACHADO, A. F.; ZAAR, A.; REIS, V. M. Corrida : a construção do atleta. Editora ícone, 2011. MARIANO, C. Educação física : o atletismo no currículo escolar. 2. ed. Editora Wak, , 2012. MATTHIESEN, S. Q. Atletismo se aprende na escola . Jundiaí: Fontoura, 2004. OLIVEIRA, M. C. M. Atletismo escolar . Rio de Janeiro: Ed. Sprint, 2006.				

Fundamentos dos Jogos, da Recreação e do Lazer				
Período	Créditos	Etapa	Natureza	Pré-requisito
3	4	Comum	Obrigatória	-
Carga horária (horas)				
Teórica	Prática	Estágio	PCC	Total
15	15	-	30	60
Ementa				
Definições, classificações e significações dos jogos. Os jogos, brinquedos e brincadeiras no processo de formação do indivíduo. Delineamentos teóricos e conceituais da recreação e do lazer no campo da Educação Física e seus diferentes ambientes de atuação profissional. Lazer e sociedade. Classificações dos jogos e das atividades recreativas. Os princípios socioeducativos da recreação e do lazer para diferentes faixas-etárias. Políticas públicas de lazer regionais.				
Bibliografia básica				
HUIZINGA, J. Homo ludens : o jogo como elemento da cultura. 5. ed. São Paulo: Perspectiva, 2007. KISHIMOTO, T. M. Jogo, brinquedo, brincadeira e a educação . São Paulo: Cortez, 1997.				

MARCELLINO, N. C. Estudos do lazer : uma introdução. 4. ed. Campinas, SP: Autores Associados, 2006.
Bibliografia complementar
BROUGÈRE. G. Jogo e educação . Porto Alegre: Artes Médicas, 1998. FREIRE, J. B. Jogo : entre o riso e o choro. Campinas/SP: Autores Associados, 2002. MARCELLINO, N. C. Lazer e educação . Campinas: Papirus, 1987. BERNET, J. T. Animação Sociocultural : teorias, programas e âmbitos. Lisboa: Instituto Piaget, 2004. PIMENTEL, G. G. A. Teorias do Lazer . Maringá: Editora da UEM, 2010.

Primeiros socorros				
Período	Créditos	Etapa	Natureza	Pré-requisito
3	4	Comum	Obrigatória	Anatomia Humana
Carga horária (horas)				
Teórica	Prática	Estágio	PCC	Total
30	30	-	-	60
Ementa				
Princípios dos primeiros socorros e seus aspectos legais. Métodos básicos de assistência em urgência e emergência. Identificação e cuidados com lesões nas modalidades esportivas. Métodos e prevenção de lesões vinculadas à prática das atividades físicas.				
Bibliografia básica				
DU GAS, B. W. Enfermagem prática . 4. ed. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2000. LOVISOLO, H. Atividade física, educação e saúde . Rio de Janeiro: Sprint, 2000. SANTOS, E. F. dos. Manual de primeiros socorros da Educação Física aos esportes : o papel do educador físico no atendimento de socorro. Rio de Janeiro: Interciência, 2014.				
Bibliografia complementar				
ALVAREZ, F. S.; CANETTI, M. D.; RIBEIRO JÚNIOR, C. Manual de socorro de emergência . São Paulo: Atheneu, 2005. FLEGEL, M. J. Primeiros socorros no esporte . São Paulo: Manole, 2002. GONÇALVES, A. Coletiva e saúde : urgência em Educação Física. Campinas/SP: Papirus, 1997. ROUQUAYROL, M. Z. Epidemiologia e saúde . 4. ed. Rio de Janeiro: Medsi, 1993. SANTANA, V. H.; TAVARES, M. da C. F.; SANTANA, V. E. Nadar com segurança : prevenção de afogamentos, técnicas de sobrevivência, adaptação ao meio líquido e resgate e salvamento aquático. Barueri: Manole, 2003.				

Período	Créditos	Etapa	Natureza	Pré-requisito
3	4	Comum	Obrigatória	Anatomia Humana
Carga horária (horas)				
Teórica	Prática	Estágio	PCC	Total
45	15	-	-	60
Ementa				
<p>Compreensão e domínio dos mecanismos de controle e coordenação neuromuscular do movimento humano. Leis da física aplicadas e princípios fisiológicos do aparelho locomotor humano. Cinética e Cinemática linear e angular do movimento humano. Aspectos cinesiológicos da postura, marcha normal, salto e corridas. Análise dos movimentos em cadeia cinética aberta e fechada, investigação da amplitude articular, muscular e os respectivos graus de normalidade. Introdução à Biomecânica interna e externa em todas as áreas de manifestação da atividade física e esportiva, reabilitação e saúde.</p>				
Bibliografia básica				
<p>HALL, S. Biomecânica básica. 7. edição. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2016.</p> <p>HAMILL, J.; KNUTZEN, K. M.; DERRICK, T. R. Bases biomecânicas do movimento humano. São Paulo: Manole, 2016.</p> <p>OATIS, C. A. Cinesiologia: a mecânica e a patomecânica do movimento humano. São Paulo: Editora Manole, 2014.</p>				
Bibliografia complementar				
<p>ENOKA, R. M. Bases neuromecânicas de cinesiologia. São Paulo: Manole, 2000.</p> <p>KAPANDJI, A. I. O que é biomecânica. São Paulo: Manole, 2013.</p> <p>LIMA, C. S.; PINTO, R. S. Cinesiologia e musculação. São Paulo: Artmed, 2011.</p> <p>MCGINNIS, P. M. Biomecânica do esporte e do exercício. Porto Alegre: Artmed, 2015.</p> <p>THOMPSON, C. W.; FLOYD, R. T. Manual de cinesiologia estrutural. São Paulo: Manole, 2011.</p>				

Quarto período

Educação Física e Saúde				
Período	Créditos	Etapa	Natureza	Pré-requisito
4	4	Comum	Obrigatória	-
Carga horária (horas)				
Teórica	Prática	Estágio	PCC	Total
30	30	-	-	60
Ementa				

Fundamentos da Saúde Coletiva e Pública com ênfase na Educação Física. Determinantes sociais da saúde e da doença. Introdução aos fundamentos de higiene individual e coletiva. Epidemiologia da atividade física e saúde. Atenção Primária à Saúde: ações, programas e estratégias. Atenção Primária à Saúde e a atividade física como coadjuvante terapêutica nas doenças crônicas não transmissíveis. Atividades físicas e práticas corporais na promoção da saúde e prevenção de doenças durante todo o ciclo da vida. Programas de Promoção da Atividade Física com ênfase na Saúde da Escola. Hábitos nocivos à saúde e saneamento de locais para prática da Educação Física.

Bibliografia básica

ROUQUAYROL, M.Z. GURGEL, M. **Epidemiologia e saúde**. 4. ed. Rio de Janeiro: Medbook, 2013.
 NAHAS, M.V. **Atividade Física, saúde e Qualidade de Vida**. Londrina, PR: Midiograf, 2010.
 PEREIRA, M.G. **Epidemiologia teoria e prática**. Rio de Janeiro. Editora Guanabara.1995.

Bibliografia complementar

BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Atenção Primária à Saúde. Departamento de Promoção da Saúde. **Guia de Atividade Física para a População Brasileira** [recurso eletrônico] – Brasília: Ministério da Saúde, 2021.

BRASIL. Ministério da Saúde. **Política nacional de práticas integrativas e complementares no SUS - PNPIC-SUS**: atitude de ampliação de acesso. Brasília: Ministério da Saúde, 2006. (Série B. Textos Básicos de Saúde)

BRASIL. Ministério da Saúde. **Saúde na escola**. Brasília: Ministério da Saúde, 2009. (Cadernos de Atenção Básica, n. 24) (Série A. Normas e Manuais Técnicos)

BRASIL. Ministério da Saúde. **Saúde da criança**: crescimento e desenvolvimento. Brasília: Ministério da Saúde, 2012. (Cadernos de Atenção Básica, n. 33).

BRASIL. Ministério da Saúde. **Envelhecimento e saúde da pessoa idosa**. Brasília: Ministério da Saúde, 2006. (Cadernos de Atenção Básica, n. 19) (Série A. Normas e Manuais Técnicos).

Fisiologia do Exercício

Período	Créditos	Etapa	Natureza	Pré-requisito
4	4	Comum	Obrigatória	Bases Biológicas e Fisiológicas da Educação Física
Carga horária (horas)				
Teórica	Prática	Estágio	PCC	Total
45	15	-	-	60
Ementa				
<p>Funcionamento e interação dos sistemas cardiovascular, respiratório, endócrino, muscular, neurológico e imunológico durante e após o exercício físico. Influência de sessões de exercício físico e treinamento sobre esses sistemas orgânicos. Aplicação de testes para avaliação das capacidades físicas. Desenvolvimento de capacidade crítico-científica para aplicação dos conceitos e fundamentos da fisiologia do exercício na educação física.</p>				
Bibliografia básica				

<p>KATCH, V. L.; KATCH, F. I.; MCARDLE, W. D. Fisiologia do exercício: Energia, nutrição e desempenho humano. 6. ed. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2016.</p> <p>KRAEMER, W. J.; FLECK, S. J.; DESCHENES, M. R. Fisiologia do exercício: teoria e prática. 2. ed. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2016.</p> <p>POWERS, S. K.; HOWLEY, E. T. Fisiologia do exercício: teoria e aplicação ao condicionamento físico e ao desempenho. 6. ed. São Paulo: Manole, 2014.</p>
Bibliografia complementar
<p>KATCH, V. L.; KATCH, F. I.; MCARDLE, W. D. Guia de estudo para o aluno dos fundamentos de fisiologia do exercício. 2. ed. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2002.</p> <p>NEGRÃO, C. E.; BARRETO, A. C. P. Cardiologia do exercício: do atleta ao cardiopata. 3. ed. São Paulo: Manole, 2010.</p> <p>ROBERGS, R. A.; ROBERTS, S. O. Fundamentos de fisiologia do exercício: para aptidão, desempenho e saúde. São Paulo: Phorte Editora, 2002.</p> <p>WEINECK, J. Biologia do esporte. 7. ed. Manole, 2005.</p> <p>WILMORE, J. H.; COSTILL, D. L. Fisiologia do esporte e do exercício. São Paulo: Manole, 2001.</p>

Bioestatística aplicada à Educação Física				
Período	Créditos	Etapa	Natureza	Pré-requisito
4	4	Comum	Obrigatória	-
Carga horária (horas)				
Teórica	Prática	Estágio	PCC	Total
45	15	-	-	60
Ementa				
<p>Conceitos básicos sobre tipos de variáveis. Estatística Descritiva. Medidas de dispersão e tendência central. Estatística Inferencial, estimação e Teste de Hipótese. Estatística paramétrica e não-paramétrica. Descrição de dados amostrais: tabelas, gráficos, medidas de posição e variabilidade. Compreensão de dados estatísticos aplicados à pesquisa educacional e às ciências da saúde.</p>				
Bibliografia básica				
<p>BECKER, J. L. Estatística básica: transformando dados em informação. Porto Alegre: Bookman, 2015.</p> <p>CALLEGARI-JACQUES, S. M. Bioestatística: princípios e aplicações. Porto Alegre: Artmed, 2011.</p> <p>GLANTZ, S. A. Princípios de bioestatística. 7. ed. Porto Alegre: AMGH, 2013.</p>				
Bibliografia complementar				
<p>BALDI, B.; MOORE, D. S. A. Prática da estatística nas ciências da vida. 2. ed. Rio de Janeiro: LTC, 2014.</p> <p>DANCEY, C.; REIDY, J.; ROWE, R. Estatística sem matemática para as ciências da saúde. Porto Alegre: Penso, 2017.</p> <p>FIELD, A. Descobrimo a estatística usando o SPSS. 2. ed. Porto Alegre: Artmed, 2009.</p>				

MARTINS, G. A.; DONAIRE, D. **Princípios de estatística**. 4. ed. São Paulo: Grupo GEN, 2012.
 THOMAS, J. R.; NELSON, J. K.; SILVERMAN, S. J. **Métodos de pesquisa em atividade física**. 6. ed. Porto Alegre: Artmed, 2012.

Cineantropometria				
Período	Créditos	Etapa	Natureza	Pré-requisito
4	4	Comum	Obrigatória	Cinesiologia e Biomecânica do Movimento Humano
Carga horária (horas)				
Teórica	Prática	Estágio	PCC	Total
45	15	-	-	60
Ementa				
<p>Conceitos básicos, definições e técnicas. Princípios administrativos de uma avaliação. Pontos de referência cineantropométricos. Medidas corporais. Composição, forma Corporal. Avaliação da aptidão física relacionada à saúde e ao desempenho humano. Técnicas de aplicação, coleta, avaliação e interpretação de dados dos testes cineantropométricos. Organização de programas de medidas e avaliação na Educação Física.</p>				
Bibliografia básica				
<p>AMERICAN COLLEGE OF SPORTS MEDICINE. Manual do ACSM para avaliação da aptidão física relacionada à saúde, 3. ed. Guanabara Koogan, 2011.</p> <p>HEYWARD, V. H. Avaliação física e prescrição de exercício: técnicas avançadas. Porto Alegre: Artmed, 2013.</p> <p>TRITSCHLER K. Medida e avaliação em Educação Física e esportes. 5. ed. São Paulo: Manole. 2003.</p>				
Bibliografia complementar				
<p>GUEDES, D. P.; GUEDES, J. E. R. P. Manual prático para avaliação em Educação Física. São Paulo: Manole. 2004.</p> <p>LOPES, A. L.; RIBEIRO, G. S. Antropometria aplicada à saúde e ao desempenho esportivo: uma abordagem a partir da metodologia ISAK. Editora Rubio, 2014.</p> <p>PETROSKI, E. L. Antropometria: Técnicas e Padronizações. 5ª edição: Editora Fontoura, 2011.</p> <p>PITANGA, F. J. G. Testes, medidas e avaliação: em Educação Física e esportes. 5. ed. São Paulo: Phorte, 2012.</p> <p>QUEIROGA, M. R. Testes e medidas para avaliação da aptidão física: relacionada a saúde em adultos. São Paulo: Guanabara, 2005.</p>				

Fundamentos da Ginástica				
Período	Créditos	Etapa	Natureza	Pré-requisito

4	4	Comum	Obrigatória	-
Carga horária (horas)				
Teórica	Prática	Estágio	PCC	Total
15	15	-	30	60
Ementa				
<p>Aspectos históricos da ginástica. Métodos ginásticos tradicionais e contemporâneos. As ginásticas desportivas e não desportivas. Fundamentos básicos da ginástica: posturas corporais, equilíbrios, saltos, giros, rotações e acrobacias. Fundamentos técnicos. Aparelhos oficiais e auxiliares. Estruturação de exercícios. A segurança na ginástica. Noções de arbitragem.</p>				
Bibliografia básica				
<p>AYOUB, E. Ginástica geral e Educação Física escolar. 2. ed. Campinas/SP: Ed. Unicamp, 2007. NUNOMURA, M.; NISTA-PICCOLO, V.L. Compreendendo a ginástica artística. São Paulo: Phorte, 2005. SOUZA, E. P. M.; ISHIBASHI, E. T. Possibilidades da ginástica rítmica. São Paulo: Ed. Phorte, 2015.</p>				
Bibliografia complementar				
<p>AGOSTINI, B. R.; NOVIKOVA, L. A. Ginástica Rítmica: do contexto educacional à iniciação ao alto rendimento. Jundiaí, SP: Fontoura, 2015. ARAÚJO, C.; LEBRE, E. Manual de ginástica rítmica. Porto, Portugal: Porto Editora, 2006. ARAÚJO, C. Segurança em ginástica: as ajudas manuais. Porto: Porto Editora, 2005. BROCHADO, F. A; BROCHADO, M. M. V. Fundamentos de ginástica artística e de trampolins. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2005. LAFFRANCHI, B. Treinamento desportivo aplicado a ginástica rítmica. Londrina: Unopar, 2001.</p>				

Educação, Educação Física e Infância				
Período	Créditos	Etapa	Natureza	Pré-requisito
4	4	Comum	Obrigatória	-
Carga horária (horas)				
Teórica	Prática	Estágio	PCC	Total
60	-	-	-	60
Ementa				
<p>Conceitos de crescimento, desenvolvimento e maturação. Teorias de desenvolvimento humano: aspectos motores, cognitivos, afetivos e sociais. Estágios de crescimento e desenvolvimento físico e motor. Análise das relações entre Educação, Educação Física e a Infância, como eixo de reflexão para a intervenção profissional com crianças da primeira infância, no âmbito da Educação Infantil, promovendo o desenvolvimento integral das mesmas. Compreensão dos aspectos do desenvolvimento infantil por meio de práticas corporais historicamente construídas pela sociedade (jogos e brincadeiras, dança, ginástica, lutas, entre outras).</p>				

Bibliografia básica
GALLARDO, Jorge Sergio Pérez. Prática de ensino em Educação Física: a criança em movimento. São Paulo: FTD, 2011.
MATTOS, Mauro G. e NEIRA, Marcos G. Educação Física Infantil: construindo o movimento na escola. 7ª.ed. São Paulo: Phorte Editora, 2008.
OLIVEIRA, Z. M. R.; SMOLKA, A. L. B. et. al. (orgs.). A Criança e seu desenvolvimento: perspectivas para se discutir a educação infantil. 4.ed. São Paulo: Cortez, 2000.
Bibliografia complementar
DARIDO, S. C.; SOUZA JR, O. Para ensinar Educação Física: possibilidades de intervenção na escola. Campinas: Papirus, 2007.
FREIRE, J.B. Educação de corpo inteiro: teoria e prática da educação física. São Paulo: Editora Scipione, 1996.
GALLAHUE, D.L.; OZMUN, J.C. Compreendendo o desenvolvimento motor: bebês, crianças, adolescentes e adultos. São Paulo: Phorte, 2005.
MOREIRA, W. W. Corpo em Movimento na Educação Infantil. São Paulo: Cortez, 2012.
PAPALIA, D. E.; OLDS, S.W.; FELDMAN, R. D. Desenvolvimento Humano. 8 ed. Porto Alegre: Artmed, 2006.

Quinto período

Esportes Coletivos e suas bases pedagógicas I				
Período	Créditos	Etapa	Natureza	Pré-requisito
5	6	Específica	Obrigatória	-
Carga horária (horas)				
Teórica	Prática	Estágio	PCC	Total
15	30	-	45	90
Ementa				
<p>O fenômeno esportivo na contemporaneidade como expressão da cultura corporal e suas interfaces com as temáticas: mídia, violência e gênero. A natureza dos Jogos Esportivos Coletivos e suas implicações para a iniciação esportiva. Procedimentos pedagógicos para o ensino, aprendizagem e vivência dos jogos esportivos coletivos no contexto escolar.</p>				
Bibliografia básica				
<p>ASSIS DE OLIVEIRA, Sávio. Reinventando o Esporte: possibilidades da prática pedagógica. Campinas, SP: Autores Associados, chancela editorial CBCE, 2001.</p> <p>HELAL, R. O que é sociologia do esporte. São Paulo: Brasiliense, 1990.</p> <p>REVERDITO, R. S.; SCAGLIA, A. J. Pedagogia do esporte: jogos coletivos de invasão. São Paulo: Phorte, 2009.</p>				

Bibliografia complementar
<p>GOMES-TUBINO, M. J. Dimensões sociais do esporte. 2. ed. São Paulo: Cortez, 2002.</p> <p>GRECO, P.J.; BENDA, R.N. Iniciação esportiva universal: da aprendizagem motora ao treinamento técnico. 1ª reimpressão. Belo Horizonte: UFMG, 2007.</p> <p>KUNZ, E. Transformação didático-pedagógica do esporte. Ijuí: UNIJUÍ, 1994.</p> <p>MOREIRA, W. W. NISTA-PICCOLO, V. L. (Orgs.). Educação física e esporte no século XXI. Campinas: Papirus, 2016.</p> <p>PAES, Roberto Rodrigues. Educação Física Escolar: o Esporte como conteúdo pedagógico do ensino fundamental. Canoas: ULBRA, 2001.</p>

Didática aplicada à Educação Física				
Período	Créditos	Etapa	Natureza	Pré-requisito
5	4	Específica	Obrigatória	-
Carga horária (horas)				
Teórica	Prática	Estágio	PCC	Total
30	-	-	30	60
Ementa				
<p>Estudo das abordagens pedagógicas de ensino da Educação Física no âmbito do Ensino Básico. Princípios didáticos e metodológicos aplicados na organização do trabalho pedagógico da Educação Física escolar. O professor de Educação Física frente às novas exigências e desafios educacionais contemporâneos.</p>				
Bibliografia básica				
<p>BARBOSA, C. L. A. Educação Física e didática: um diálogo possível e necessário. Petrópolis, RJ: Vozes, 2010.</p> <p>DARIDO S. C. Educação Física na escola: questões e reflexões. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2007.</p> <p>KUNZ, E. Didática da educação física. 2. ed. Ijuí: Unijuí, 2013.</p>				
Bibliografia complementar				
<p>COLETIVO DE AUTORES. Metodologia do ensino da Educação Física. São Paulo: Cortez, 1992.</p> <p>CORTELLA, M. S. Educação, escola e docência: novos tempos, novas atitudes. São Paulo: Cortez, 2014.</p> <p>DAOLIO, J. Educação Física e o conceito de cultura. 2. ed. Campinas: Autores Associados, 2007.</p> <p>DARIDO, S. C.; RANGEL, I. C. A. (coord). Educação física na escola: implicações para a prática pedagógica. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2005.</p> <p>GALLARDO, J. S. P. Didática da educação física: a criança em movimento, jogo, prazer e transformação. São Paulo: FTD, 1998.</p>				

Educação Física na Educação Básica				
Período	Créditos	Etapa	Natureza	Pré-requisito
5	4	Específica	Obrigatória	-
Carga horária (horas)				
Teórica	Prática	Estágio	PCC	Total
30	30	-	-	60
Ementa				
<p>Reflexão sobre a intervenção profissional da Educação Física na escola com crianças da segunda infância, adolescentes, jovens e adultos. A Educação Física Escolar como promotora do desenvolvimento integral dos escolares. Discussão, reflexão e vivências de metodologias de ensino, conteúdos e processos avaliativos com ênfase nas possibilidades de movimento nas instituições de ensino.</p>				
Bibliografia básica				
<p>DARIDO, S. C.; SOUZA JÚNIOR, O. M. Para ensinar Educação Física: possibilidades de intervenção na escola. Campinas-SP: Papyrus, 2007</p> <p>COLETIVO DE AUTORES. Metodologia do ensino da Educação Física. São Paulo: Cortez, 1992.</p> <p>FREIRE, J. B. Educação do corpo inteiro: teoria e prática da educação física. São Paulo: Scipione, 1997.</p>				
Bibliografia complementar				
<p>CAPARROZ, F. E. (org.) Educação física escolar: política, educação e intervenção. Vitória: Proteoria, 2001.</p> <p>DARIDO S. C. Educação Física na escola: questões e reflexões. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2007.</p> <p>DARIDO, S. C.; RANGEL, I. C. A. (coord). Educação física na escola: implicações para a prática pedagógica. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2005.</p> <p>NEIRA, M. G.; NUNES, M. L. F. (2006). Pedagogia da cultura corporal: crítica e alternativas. São Paulo: Phorte Editora.</p> <p>ZABALA A. A prática educativa: como ensinar. Porto Alegre: Artes Médicas Sul, 1998.</p>				

Dança Escolar e suas Bases Pedagógicas				
Período	Créditos	Etapa	Natureza	Pré-requisito
5	4	Específica	Obrigatória	-
Carga horária (horas)				
Teórica	Prática	Estágio	PCC	Total
15	15	-	30	60
Ementa				

A dança nas histórias e culturas do Brasil e do mundo. Estudo do movimento pela expressão corporal. A consciência corporal na exploração de movimentação do corpo no espaço. A dança educativa. As danças populares tradicionais locais e regionais. A dança como prática corporal na escola. O ensino da dança na escola. A dança nas abordagens pedagógicas da Educação Física. Elaboração coreográfica. Gênero, Saúde, Mídias e dança na Educação Física escolar.

Bibliografia básica

FRANKLIN, Eric. **Condicionamento físico para a dança**. São Paulo, Manole, 2013.

LEAL, P. **Respiração e expressividade**: práticas corporais fundamentadas em Graham e Laban. São Paulo: Annablume Editora, 2006.

MARQUES, I. **Dançando na escola**. São Paulo: Cortez, 2005.

Bibliografia complementar

CARREIRA, A; HAAS, A. **Ritmo e dança**. 2. ed. Editora da Ulbra, 2006.

CONE, T. P.; CONE, S. L. **Ensinando dança para crianças**. 3. ed. São Paulo: Manole, 2015.

LABAN, Rudolf Von; ULLMANN Lisa. **Domínio do movimento**. 3. ed. São Paulo, SP: Summus, 1978.

MONTEIRO, G. A.; ARTAXO, I. **Ritmo e movimento**. São Paulo: Phorte, 2007.

VERDERI, E. B. L. P. **Dança na escola uma proposta pedagógica**. São Paulo: Phorte, 2015.

Estágio Supervisionado I

Período	Créditos	Etapa	Natureza	Pré-requisito
5	8	Específica	Obrigatória	Didática; Educação, Educação Física e Infância
Carga horária (horas)				
Teórica	Prática	Estágio	Extensão	Total
15	75	90	30	120
Ementa				
<p>O Estágio como práxis docente na Educação Infantil. Conhecimento das especificidades das instituições de Educação Infantil, seus modos de organização, gestão e rotinas. Conhecimento e compreensão do campo de atuação teórico-prático da Educação Física com a Educação Infantil, com ênfase no processo de ambientação no campo de estágio. Desenvolvimento de competências (planejamento, organização, aplicação do conhecimento e avaliação). Observação, coparticipação e regência em unidades de Educação Infantil conveniadas. Relatos das vivências e trocas de experiências no cotidiano da pré-escola com possibilidades de diálogo com os eixos integradores da extensão. Articulação com os projetos integradores I.</p>				
Bibliografia básica				
<p>BARREIRO, I. M. F. Prática de ensino e estágio supervisionado na formação de professores. São Paulo: Averacamp, 2006.</p>				

PICONEZ, S. C. B. A prática de ensino e o estágio supervisionado . 14. ed. Campinas: Papirus, 2007. PIMENTA, S. G.; LIMA, M. S. L. Estágio e docência . 3. ed. São Paulo: Cortez, 2008.
Bibliografia complementar
ABRAMOWICZ, A.; WAJSKOP, G. Educação infantil : creches, atividades para crianças de zero a seis anos. São Paulo: Moderna, 1999. DARIDO, S. C.; RANGEL, I. C. A. Educação Física na escola : implicações para a prática pedagógica. 3. ed. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2005. DEHEINZELIN, M.; CAVALCANTI, L. Z. V. Professor da pré-escola . São Paulo: Globo, 1991. FREIRE, J. B.; SCAGLIA, A. J. Educação como prática corporal . São Paulo: Editora Scipione, 2003. MOREIRA, W. W. Corpo em movimento na educação infantil . São Paulo: Cortez, 2012.

Projetos Integradores I				
Período	Créditos	Etapa	Natureza	Pré-requisito
5	2	Específica	Obrigatória	-
Carga horária (horas)				
Teórica	Prática	Estágio	Extensão	Total
			30	30
Ementa				
<p>Os Projetos Integradores I estarão atrelados a disciplina de Estágio Supervisionado I relativo a etapa da educação infantil, estruturando-se através de ações interdisciplinares, tendo o lazer como seu eixo temático central. A ênfase se dá na vivência, análise e intervenção a partir de uma interação dialógica entre a sua ação docente no campo profissional com a realidade contextual em que os sujeitos estão inseridos, devendo envolver tanto a comunidade escolar, quanto a comunidade externa. Trata-se, portanto, da promoção de eventos, cursos, oficinas e prestação de serviços, visando responder às expectativas e necessidades da comunidade externa no tocante às práticas de lazer. As ações previstas visam a creditação da extensão, sendo registrado na Pró-Reitoria de Extensão e coordenado por docentes da instituição.</p>				
Bibliografia básica				
<p>BARREIRO, I. M. F. Prática de ensino e estágio supervisionado na formação de professores. São Paulo: Averacamp, 2006. PICONEZ, S. C. B. A prática de ensino e o estágio supervisionado. 14. ed. Campinas: Papirus, 2007. PIMENTA, S. G.; LIMA, M. S. L. Estágio e docência. 3. ed. São Paulo: Cortez, 2008.</p>				
Bibliografia complementar				
<p>ABRAMOWICZ, A.; WAJSKOP, G. Educação infantil: creches, atividades para crianças de zero a seis anos. São Paulo: Moderna, 1999. DARIDO, S. C.; RANGEL, I. C. A. Educação Física na escola: implicações para a prática pedagógica. 3. ed. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2005. DEHEINZELIN, M.; CAVALCANTI, L. Z. V. Professor da pré-escola. São Paulo: Globo, 1991.</p>				

FREIRE, J. B.; SCAGLIA, A. J. **Educação como prática corporal**. São Paulo: Editora Scipione, 2003.
 MOREIRA, W. W. **Corpo em movimento na educação infantil**. São Paulo: Cortez, 2012.

Sexto período

Esportes Coletivos e suas bases pedagógicas II				
Período	Créditos	Etapa	Natureza	Pré-requisito
6	4	Específica	Obrigatória	-
Carga horária (horas)				
Teórica	Prática	Estágio	PCC	Total
15	15	-	30	60
Ementa				
<p>As classificações, relações, diferenciações e modalidades dos Jogos Esportivos Coletivos. Processo de iniciação e aprendizagem de aspectos técnicos e táticos. Compreensão e estudo das diferentes manifestações, regras e organização de eventos de jogos esportivos coletivos em âmbito escolar.</p>				
Bibliografia básica				
<p>ALMEIDA, A. G. de; DECHECHI, C. J. Handebol: conceitos e aplicações. Editora Manole, 2012. BIZZOCHI, C. E. O voleibol de alto nível: da iniciação à competição. São Paulo: Fazendo Arte, 2000. COUTINHO, N. F. Basquetebol na escola: da iniciação ao treinamento. Rio de Janeiro: Sprint, 2001.</p>				
Bibliografia complementar				
<p>FREIRE, J. B. Pedagogia do futebol. Campinas: Autores Associados, 2003. GOMES, A. C. Treinamento desportivo: estruturação e periodização. 2. ed. Artmed, 2009. KRÖGER, C.; ROUTH, K. Escola da bola: um ABC para iniciantes nos jogos esportivos. São Paulo/SP: Phorte, 2002. REVERDITO, R. S.; SCAGLIA, A. J. Pedagogia do esporte: jogos coletivos de invasão. São Paulo: Phorte, 2009. VOSER, R. C.; GIUSTI, J. G. O. Futsal e a escola: uma perspectiva pedagógica. Porto Alegre: Artmed, 2002.</p>				

Educação Física Adaptada e inclusiva				
Período	Créditos	Etapa	Natureza	Pré-requisito
6	4	Específica	Obrigatória	-
Carga horária (horas)				
Teórica	Prática	Estágio	PCC	Total

15	15	-	30	60
Ementa				
<p>Estudo do desenvolvimento histórico e filosófico da inclusão social e sua relação com a educação inclusiva. Estudo dos conceitos e nomenclaturas sobre deficiências e inclusão social. Estudo das novas perspectivas/propostas de intervenção em pessoas com deficiência em específico sobre questões relativas à escola. Construir a interdisciplinaridade entre a Educação Física e as áreas da Educação e Saúde.</p>				
Bibliografia básica				
<p>ARAUJO, P. F. Desporto adaptado no Brasil. Phorte, 2011.</p> <p>ARAUJO, P. F.; SILVA, R. F.; SEABRA JÚNIOR, L. Educação física adaptada no Brasil: da história à inclusão educacional. Phorte, 2008.</p> <p>GORGATTI, M. G.; COSTA, R. F. (Org.). Atividade física adaptada. Barueri, SP: Manole, 2013.</p>				
Bibliografia complementar				
<p>DUARTE, E.; LIMA, S. M. T. Atividade física para pessoas com necessidades especiais: experiências e intervenções pedagógicas. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2003.</p> <p>GORLA, J. I. (Org.). Educação Física adaptada: o passo a passo da avaliação. 2. ed. Phorte, 2013.</p> <p>MELLO, M. T.; WINCKLER, C. Esporte paralímpico. Atheneu, 2012.</p> <p>TEIXEIRA, L. Atividade física adaptada e saúde: da teoria a prática. São Paulo: Phorte, 2008.</p> <p>WINNICK, J. P.; SHORT, F. X. Testes de aptidão física para jovens com necessidades especiais. 3. ed. São Paulo: Manole, 2001.</p>				

Política e Organização da Educação Básica				
Período	Créditos	Etapa	Natureza	Pré-requisito
6	4	Específica	Obrigatória	-
Carga horária (horas)				
Teórica	Prática	Estágio	PCC	Total
60	-	-	-	60
Ementa				
<p>Problematização do conceito de Política e sua relação com a Educação. Contextualização histórica das principais reformas educacionais implementadas a partir da década de 1990. A Lei de Diretrizes e Bases (Lei nº 9.394/96). Análise das propostas de Plano Nacional de Educação e da Base Nacional Comum Curricular. Conhecimento sobre a organização político-administrativa do sistema educacional brasileiro, seus fundamentos legais e desafios contemporâneos.</p>				
Bibliografia básica				
<p>CORTELLA, M. S. A escola e o conhecimento: fundamentos epistemológicos e políticos. São Paulo, Cortez: Instituto Paulo Freire, 2006.</p> <p>LIBÂNEO, J. C.; OLIVEIRA, J. F. de; TOSCHI, M. S. Educação escolar: políticas, estrutura e</p>				

<p>organização. São Paulo: Cortez, 2007.</p> <p>LIBÂNEO, J. C. Organização e gestão da escola: teoria e prática. 5 ed. Goiânia: Alternativa, 2004.</p>
Bibliografia complementar
<p>CORTELLA, M. S. Educação, escola e docência: novos tempos, novas atitudes. São Paulo: Cortez, 2014.</p> <p>HADDAD, S. Banco mundial, OMC e FMI: o impacto nas políticas educacionais. São Paulo: Cortez, 2008.</p> <p>OLIVEIRA, D. A.; FERREIRA, E. B. Crise da escola e políticas educativas. Belo Horizonte: Autêntica, 2009.</p> <p>SAVIANI, D. A nova lei da educação: trajetória, limites e perspectivas. 12. ed. Campinas: Autores Associados, 2011</p> <p>SAVIANI, D. Da nova LDB ao FUNDEB: por uma outra política educacional. 2. ed. Campinas: Autores Associados, 2008.</p>

Pesquisa em Educação Física I				
Período	Créditos	Etapa	Natureza	Pré-requisito
7	3	Específica	Obrigatória	-
Carga horária (horas)				
Teórica	Prática	Estágio	PCC	Total
45	-	-	-	45
Ementa				
<p>Construção de um projeto de pesquisa em Educação Física pautado no Manual de TCC aprovado pelo Curso de Licenciatura em Educação Física, utilizando conhecimentos teóricos, metodológicos e éticos, sob orientação docente. Procedimentos éticos em Pesquisa com seres humanos e submissão ao Comitê de Ética. Defesa do Projeto de Pesquisa.</p>				
Bibliografia básica				
<p>GIL, A. C. Como elaborar projetos de pesquisa. 5. ed. Editora Atlas, 2010.</p> <p>MARCONI, M. A.; LAKATOS, E. M. Fundamentos da metodologia científica. 8. ed. Editora Atlas, 2017.</p> <p>THOMAS, J. R.; NELSON, J. K.; SILVERMAN, S. J. Métodos de pesquisa em atividade física. 6. ed. Porto Alegre: Artmed, 2012.</p>				
Bibliografia complementar				
<p>ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS. ABNT NBR 15287: 2011 informação e documentação, projeto de pesquisa, apresentação. Rio de Janeiro: ABNT, 2011.</p> <p>BETTI, M. Educação física escolar: ensino e pesquisa ação. 2. ed. São Paulo: UNIJUI, 2013.</p> <p>CRESWELL, J. W. Investigação qualitativa e projeto de pesquisa: escolhendo entre cinco abordagens. 3. ed. Porto Alegre: Penso, 2014.</p> <p>MATTOS, M. G; RABINOVICH, S. B. Metodologia da pesquisa em Educação Física. Editora Phorte,</p>				

2008.

MOLINA NETO, V.; TRIVIÑOS, A. N. S. **Pesquisa qualitativa em Educação Física: alternativas metodológicas**. 4. ed. Porto Alegre: Sulina, 2017.

Estágio Supervisionado II				
Período	Créditos	Etapa	Natureza	Pré-requisito
6	8	Específica	Obrigatória	Estágio Supervisionado I
Carga horária (horas)				
Teórica	Prática	Estágio	Extensão	Total
15	75	90	30	120
Ementa				
<p>O Estágio como práxis docente em instituições escolares do Ensino Fundamental (1º ao 5º ano). Conhecimento e compreensão do campo de atuação teórico-prático da Educação Física escolar nos anos iniciais, com ênfase no processo problematização das vivências no estágio. Desenvolvimento de competências (planejamento, organização, aplicação do conhecimento e avaliação). Metodologias de Ensino em Educação Física. Observação, Coparticipação e Regência em unidades escolares conveniadas. Relatos das vivências e trocas de experiências no cotidiano escolar com possibilidades de diálogo com os eixos integradores da extensão. Articulação com os projetos integradores II.</p>				
Bibliografia básica				
<p>BIANCHI, A. C. M. Manual de orientação: estágio supervisionado. São Paulo: Cenage Learning, 2009. PICONEZ, S. C. B. A prática de ensino e o estágio supervisionado. 14. ed. Campinas: Papyrus, 2007. PIMENTA, S. G.; LIMA, M. S. L. Estágio e docência. 3. ed. São Paulo: Cortez, 2008.</p>				
Bibliografia complementar				
<p>BARREIRO, I. M. F. Prática de ensino e estágio supervisionado na formação de professores. São Paulo: Averacamp, 2006. CORTELLA, M. S. Educação, escola e docência: novos tempos, novas atitudes. São Paulo: Cortez, 2014. DARIDO, S. C.; RANGEL, I. C. A. Educação Física na escola: implicações para a prática pedagógica. 3. ed. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2005. GALLARDO, J. S. P. Educação Física escolar: do berçário ao ensino médio. Rio de Janeiro/RJ: Lucena, 2003. MATTOS, M. G.; NEIRA, M. G. Educação Física na adolescência: construindo conhecimento na escola. São Paulo: Phorte Editora, 2000.</p>				

Projetos Integradores II				
Período	Créditos	Etapa	Natureza	Pré-requisito

6	2	Específica	Obrigatória	-
Carga horária (horas)				
Teórica	Prática	Estágio	Extensão	Total
-	-	-	30	30
Ementa				
<p>Os Projetos Integradores II estarão atrelados à disciplina de Estágio Supervisionado II relativo à etapa do Ensino Fundamental I, estruturando-se através de ações interdisciplinares, tendo o esporte como seu eixo temático central. A ênfase se dá na vivência, análise e intervenção a partir de uma interação dialógica entre a sua ação docente no campo profissional com a realidade contextual em que os sujeitos estão inseridos, devendo envolver tanto a comunidade escolar, quanto a comunidade externa. Trata-se, portanto, da promoção de eventos, cursos, oficinas e prestação de serviços, visando responder às expectativas e necessidades da comunidade externa no tocante às práticas esportivas. As ações previstas visam a creditação da extensão, sendo registrado na Pró-Reitoria de Extensão e coordenado por docentes da instituição.</p>				
Bibliografia básica				
<p>BIANCHI, A. C. M. Manual de orientação: estágio supervisionado. São Paulo: Cenage Learning, 2009. PICONEZ, S. C. B. A prática de ensino e o estágio supervisionado. 14. ed. Campinas: Papyrus, 2007. PIMENTA, S. G.; LIMA, M. S. L. Estágio e docência. 3. ed. São Paulo: Cortez, 2008.</p>				
Bibliografia complementar				
<p>BARREIRO, I. M. F. Prática de ensino e estágio supervisionado na formação de professores. São Paulo: Averacamp, 2006. CORTELLA, M. S. Educação, escola e docência: novos tempos, novas atitudes. São Paulo: Cortez, 2014. DARIDO, S. C.; RANGEL, I. C. A. Educação Física na escola: implicações para a prática pedagógica. 3. ed. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2005. GALLARDO, J. S. P. Educação Física escolar: do berçário ao ensino médio. Rio de Janeiro/RJ: Lucena, 2003. MATTOS, M. G.; NEIRA, M. G. Educação Física na adolescência: construindo conhecimento na escola. São Paulo: Phorte Editora, 2000.</p>				

Sétimo período

Linguagem Brasileira de Sinais - LIBRAS				
Período	Créditos	Etapa	Natureza	Pré-requisito
7	4	Específica	Obrigatória	-
Carga horária (horas)				
Teórica	Prática	Estágio	PCC	Total
15	15	-	30	60

Ementa
<p>Aspectos educacionais e socioantropológicos do povo surdo. Principais abordagens educacionais e as diferentes visões sobre os surdos e a surdez. Bilinguismo na perspectiva dos surdos, aquisição e desenvolvimento da linguagem para as pessoas surdas. A Língua Brasileira de Sinais - Libras e suas características fonológicas e morfológica. Inclusão educacional e educação bilíngue. Noções básicas de conversação em Libras.</p>
Bibliografia básica
<p>ARANTES, V. A.; SOUZA, R. M.; SILVESTRE, N. Educação de surdos. Coleção pontos e contrapontos. São Paulo: Summus, 2007.</p> <p>FERNANDES, E. Surdez e bilingüismo. Porto Alegre: Mediação, 2005.</p> <p>SKILIAR, C. A surdez: um olhar sobre as diferenças. 3. ed. Porto Alegre: Mediação, 2005.</p>
Bibliografia complementar
<p>GOES, M. C. R. Linguagem, surdez e educação. Campinas: Autores Associados, 1996.</p> <p>MITTLER, P. Educação inclusiva: contextos sociais. Porto Alegre: Artmed, 2003.</p> <p>QUADROS, R. M. O tradutor e intérprete de língua brasileira de sinais. BRASÍLIA: SEESP/MEC, 2004.</p> <p>SÁ, N. R. L. Cultura, poder e educação de surdos. Manaus: Editora da Universidade Federal do Amazonas, 2002.</p> <p>SALLES, H. M. M. L.; FAULSTICH, E.; CARVALHO, O. L.; RAMOS, A. A. L. Ensino de língua portuguesa para surdos: caminhos para a prática pedagógica. Brasília: MEC/SEESP, 2002. 2 v.</p>

Lutas e suas bases pedagógicas				
Período	Créditos	Etapa	Natureza	Pré-requisito
7	4	Específica	Obrigatória	-
Carga horária (horas)				
Teórica	Prática	Estágio	PCC	Total
15	15	-	30	60
Ementa				
<p>As lutas enquanto fenômenos culturais, históricos, sociais e pedagógicos. Estudos sobre os diferentes tipos de lutas e suas classificações. Métodos para o ensino-aprendizagem do conteúdo lutas na Educação Física escolar. As lutas na contemporaneidade e suas interfaces com as temáticas: mídia, violência e gênero. Lutas na escola e a questão da esportivização.</p>				
Bibliografia básica				
<p>BREDA, M.; ALCIDES, J. S., PAES, R. R.; GALATTI, L. R. Pedagogia do esporte aplicada as lutas. São Paulo: Phorte Editora, 2010.</p> <p>DEL'VECCHIO, F. B.; FRANCHINI, E. Lutas, artes marciais e esportes de combate: possibilidades, experiências e abordagens no currículo de educação física. In: SOUZA S. J. Segredos do Judô:</p>				

ensinamentos dos mestres das artes marciais. São Paulo: CULTRIX, 2005.

RUFINO, L. G. B.; DARIDO, S. C. **O ensino das lutas na escola**: possibilidades para a Educação Física. Penso Editora, 2015.

Bibliografia complementar

DARIDO, S. C.; RANGEL, I. C. A. **Educação física na escola**: implicações para a prática pedagógica. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2005.

GRECO, P. J.; BENDA, R. N. **Iniciação esportiva universal**: da aprendizagem motora ao treinamento técnico. Belo Horizonte: UFMG, 2007.

GONZÁLEZ, F.J.; DARIDO, S.C.; OLIVEIRA, A.A.B. **Lutas, capoeira e práticas corporais de aventura**. 2014.

HYAMS, J. **O zen nas artes marciais**. São Paulo: Pensamento, 1996.

OLIVIER, J. C. **Das brigas aos jogos com regras**: enfrentando a indisciplina na escola. Porto Alegre: Artes Médicas Sul, 2000.

Atividades Aquáticas e suas Bases Pedagógicas

Período	Créditos	Etapa	Natureza	Pré-requisito
7	4	Específica	Obrigatória	-
Carga horária (horas)				
Teórica	Prática	Estágio	PCC	Total
15	15	-	30	60

Ementa

As atividades aquáticas enquanto fenômenos biológicos, históricos, sociais e pedagógicos. Estudos sobre os diferentes tipos de atividades aquáticas e suas classificações. Métodos para o ensino-aprendizagem das atividades aquáticas no âmbito escolar. As atividades aquáticas, suas regras básicas e o contexto competitivo na contemporaneidade. As atividades aquáticas e a questão da esportivização.

Bibliografia básica

LIMA, W. U. **Ensinando natação**. Phorte, 2006.

MAKARENKO, L. **Natação**: seleção de talentos e iniciação desportiva. Trad. Edson de Godoy Palomares. Porto Alegre: Artmed, 2001.

MASSAUD M. G.; CORRÊA C. R. F. **Natação 04 nados**. Rio de Janeiro: Sprint, 2001.

Bibliografia complementar

CORREA, C. R. F.; MASSAUD, M. G. **Natação na idade escolar**. Rio de Janeiro: Sprint, 2004.

MACHADO, D. C. **Metodologia da natação**. São Paulo: EPU, 2004.

MAGLISCHO, E. W. **Nadando ainda mais rápido**. São Paulo: Manole, 2010.

NASSAR S. **Hidroginástica**: propostas de exercícios para idosos. São Paulo: Phorte, 2008.

PEREIRA, M. D. **Aprendendo a nadar em ludicidade**. São Paulo: Phorte, 2005.

Estágio Supervisionado III				
Período	Créditos	Etapa	Natureza	Pré-requisito
7	14	Específica	Obrigatória	Estágio Supervisionado II
Carga horária (horas)				
Teórica	Prática	Estágio	Extensão	Total
30	90	120	90	210
Ementa				
<p>O Estágio como práxis docente em instituições escolares do Ensino Fundamental (6º ao 9º ano). Conhecimento e compreensão do campo de atuação teórico-prático da Educação Física escolar nos anos finais, com ênfase no processo de fundamentação das vivências no estágio. Desenvolvimento de competências (planejamento, organização, aplicação do conhecimento e avaliação). Metodologias de Ensino em Educação Física. Observação, Coparticipação e Regência em unidades escolares conveniadas. Relatos das vivências e trocas de experiências no cotidiano escolar com possibilidades de diálogo com os eixos integradores da extensão. Articulação com os Projetos Integradores III.</p>				
Bibliografia básica				
<p>BIANCHI, A. C. M. Manual de orientação: Estágio Supervisionado. São Paulo: Cenage Learning, 2009. PICONEZ, S. C. B. A prática de ensino e o estágio supervisionado. 14. ed. Campinas: Papyrus, 2007. PIMENTA, S. G.; LIMA, M. S. L. Estágio e docência. 3. ed. São Paulo: Cortez, 2008.</p>				
Bibliografia complementar				
<p>BARREIRO, I. M. F. Prática de ensino e estágio supervisionado na formação de professores. São Paulo: Averacamp, 2006. BRACHT, V. Sociologia crítica do esporte: uma Introdução. 4. ed. Rio de Janeiro: Unijuí, 2011. DARIDO, S. C.; RANGEL, I. C. A. Educação Física na escola: implicações para a prática pedagógica. 3. ed. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2005. GALLARDO, J. S. P. Educação Física escolar: do berçário ao ensino médio. Rio de Janeiro/RJ: Lucerna, 2003. MATTOS, M. G.; NEIRA, M. G. Educação Física na adolescência: construindo conhecimento na escola. São Paulo: Phorte Editora, 2000.</p>				

Projetos Integradores III				
Período	Créditos	Etapa	Natureza	Pré-requisito
7	6	Específica	Obrigatória	-
Carga horária (horas)				
Teórica	Prática	Estágio	Extensão	Total

-	-	-	90	90
Ementa				
<p>Os Projetos Integradores III estarão atrelados a disciplina de Estágio Supervisionado III relativo a etapa do Ensino Fundamental II, estruturando-se através de ações interdisciplinares, tendo as práticas corporais como seu eixo temático central. A ênfase se dá na vivência, análise e intervenção a partir de uma interação dialógica entre a sua ação docente no campo profissional com a realidade contextual em que os sujeitos estão inseridos, devendo envolver tanto a comunidade escolar, quanto a comunidade externa. Trata-se, portanto, da promoção de eventos, cursos, oficinas e prestação de serviços, visando responder às expectativas e necessidades da comunidade externa no tocante às práticas corporais de aventura, dança, ginástica, artes marciais, artes circenses, etc. As ações previstas visam a creditação da extensão, sendo registrado na Pró-Reitoria de Extensão e coordenado por docentes da instituição.</p>				
Bibliografia básica				
<p>BIANCHI, A. C. M. Manual de orientação: Estágio Supervisionado. São Paulo: Cenage Learning, 2009. PICONEZ, S. C. B. A prática de ensino e o estágio supervisionado. 14. ed. Campinas: Papyrus, 2007. PIMENTA, S. G.; LIMA, M. S. L. Estágio e docência. 3. ed. São Paulo: Cortez, 2008.</p>				
Bibliografia complementar				
<p>BARREIRO, I. M. F. Prática de ensino e estágio supervisionado na formação de professores. São Paulo: Averacamp, 2006. BRACHT, V. Sociologia crítica do esporte: uma Introdução. 4. ed. Rio de Janeiro: Unijuí, 2011. DARIDO, S. C.; RANGEL, I. C. A. Educação Física na escola: implicações para a prática pedagógica. 3. ed. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2005. GALLARDO, J. S. P. Educação Física escolar: do berçário ao ensino médio. Rio de Janeiro/RJ: Lucerna, 2003. MATTOS, M. G.; NEIRA, M. G. Educação Física na adolescência: construindo conhecimento na escola. São Paulo: Phorte Editora, 2000.</p>				

Oitavo período

Pesquisa em Educação Física II				
Período	Créditos	Etapa	Natureza	Pré-requisito
8	3	Específica	Obrigatória	-
Carga horária (horas)				
Teórica	Prática	Estágio	PCC	Total
-	45	-	-	45
Ementa				
<p>Execução do projeto de pesquisa elaborado sob a orientação docente, pautado no Manual de TCC aprovado pelo Curso de Licenciatura em Educação Física. Desenvolvimento de habilidades relativas às</p>				

diferentes etapas do processo de pesquisa. Construção do artigo científico. Defesa pública do Trabalho de Conclusão de Curso.
Bibliografia básica
GIL, A. C. Como elaborar projetos de pesquisa . 5. ed. Ed. Atlas, 2010. MARCONI, M. A.; LAKATOS, E. M. Fundamentos da metodologia científica . 8. ed. Ed. Atlas, 2017. THOMAS, J. R.; NELSON, J. K.; SILVERMAN, S. J. Métodos de pesquisa em atividade física . 6. ed. Porto Alegre: Artmed, 2012.
Bibliografia complementar
ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS. ABNT NBR 15287: 2011 informação e documentação – Projeto de pesquisa - Apresentação . Rio de Janeiro: ABNT, 2011. BETTI, M. Educação física escolar: ensino e pesquisa ação . 2. ed. São Paulo: UNIJUI, 2013. CRESWELL, J. W. Investigação qualitativa e projeto de pesquisa: escolhendo entre cinco abordagens . 3. ed. Porto Alegre: Penso, 2014. MATTOS, M. G; RABINOVICH, S. B. Metodologia da pesquisa em educação física . Editora Phorte, 2008. MOLINA NETO, V.; TRIVIÑOS, A. N. S. Pesquisa qualitativa em Educação Física: alternativas metodológicas . 4. ed. Porto Alegre: Sulina, 2017.

Estágio Supervisionado IV				
Período	Créditos	Etapa	Natureza	Pré-requisito
8	14	Específica	Obrigatória	Estágio Supervisionado III
Carga horária (horas)				
Teórica	Prática	Estágio	Extensão	Total
30	90	120	90	210
Ementa				
<p>O Estágio como práxis docente em instituições escolares de Ensino Médio. Conhecimento e compreensão do campo de atuação teórico-prático da Educação Física escolar, com ênfase no processo de mediação nas vivências no estágio. Desenvolvimento de competências (planejamento, organização, aplicação do conhecimento e avaliação). Metodologias de Ensino em Educação Física. Observação, Coparticipação e Regência em unidades escolares conveniadas. Relatos das vivências e trocas de experiências no cotidiano escolar com possibilidades de diálogo com os eixos integradores da extensão. Articulação com os projetos integradores IV.</p>				
Bibliografia básica				
<p>BIANCHI, A. C. M. Manual de orientação: Estágio Supervisionado. São Paulo: Cenage Learning, 2009. PICONEZ, S. C. B. A prática de ensino e o estágio supervisionado. 14. ed. Campinas: Papyrus, 2007. PIMENTA, S. G.; LIMA, M. S. L. Estágio e docência. 3. ed. São Paulo: Cortez, 2008.</p>				

Bibliografia complementar

BARREIRO, I. M. F. **Prática de ensino e estágio supervisionado na formação de professores**. São Paulo: Averacamp, 2006.

BRACHT, V. Sociologia crítica do esporte: uma Introdução. 4. ed. Rio de Janeiro: Unijuí, 2011.

DARIDO, S. C.; RANGEL, I. C. A. **Educação Física na escola: implicações para a prática pedagógica**. 3. ed. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2005.

GALLARDO, J. S. P. **Educação Física escolar: do berçário ao ensino médio**. Rio de Janeiro/RJ: Lucerna, 2003.

MATTOS, M. G.; NEIRA, M. G. **Educação Física na adolescência: construindo conhecimento na escola**. São Paulo: Phorte Editora, 2000.

Projetos Integradores IV

Período	Créditos	Etapa	Natureza	Pré-requisito
8	6	Específica	Obrigatória	-
Carga horária (horas)				
Teórica	Prática	Estágio	Extensão	Total
-	-	-	90	90

Ementa

Os Projetos Integradores IV estarão atrelados a disciplina de Estágio Supervisionado IV relativo à etapa do Ensino Médio, estruturando-se através de ações interdisciplinares, tendo a saúde/rendimento como seu eixo temático central. A ênfase se dá na vivência, análise e intervenção a partir de uma interação dialógica entre a sua ação docente no campo profissional com a realidade contextual em que os sujeitos estão inseridos, devendo envolver tanto a comunidade escolar, quanto a comunidade externa. Trata-se, portanto, da promoção de eventos, cursos, oficinas e prestação de serviços, visando responder às expectativas e necessidades da comunidade externa no tocante às práticas calcadas na saúde e no rendimento físico. As ações previstas visam a creditação da extensão, sendo registrado na Pró-Reitoria de Extensão e coordenado por docentes da instituição.

Bibliografia básica

BIANCHI, A. C. M. **Manual de orientação: Estágio Supervisionado**. São Paulo: Cenage Learning, 2009.

PICONEZ, S. C. B. **A prática de ensino e o estágio supervisionado**. 14. ed. Campinas: Papirus, 2007.

PIMENTA, S. G.; LIMA, M. S. L. **Estágio e docência**. 3. ed. São Paulo: Cortez, 2008.

Bibliografia complementar

BARREIRO, I. M. F. **Prática de ensino e estágio supervisionado na formação de professores**. São Paulo: Averacamp, 2006.

BRACHT, V. Sociologia crítica do esporte: uma Introdução. 4. ed. Rio de Janeiro: Unijuí, 2011.

DARIDO, S. C.; RANGEL, I. C. A. **Educação Física na escola: implicações para a prática pedagógica**. 3. ed. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2005.

GALLARDO, J. S. P. **Educação Física escolar: do berçário ao ensino médio**. Rio de Janeiro/RJ: Lucerna, 2003.

MATTOS, M. G.; NEIRA, M. G. **Educação Física na adolescência**: construindo conhecimento na escola. São Paulo: Phorte Editora, 2000.

Disciplinas optativas:

As disciplinas optativas do currículo do curso de Licenciatura em Educação Física da UFNT, CEHS-Tocantinópolis, fazem parte da flexibilização e integralização curricular. Essas disciplinas serão ofertadas como uma forma de ampliar a formação continuada dos acadêmicos e de acordo com as necessidades de formação e aprofundamento pedagógico. Semestralmente, são ofertadas de acordo com a disponibilidade e interesse do docente titular da mesma.

Bases Pedagógicas do Futebol e Futsal				
Período	Créditos	Etapa	Natureza	Pré-requisito
-	4	Específica	Optativa	-
Carga horária (horas)				
Teórica	Prática	Estágio	PCC	Total
30	30	-	-	60
Ementa				
Compreensão e análise da modalidade esportiva futebol e da modalidade futsal, dentro do contexto do fenômeno esportivo, no Brasil e no exterior. Fundamentos técnicos, sistema tático e defensivo do futebol e do futsal. Aplicações teóricas e práticas destas modalidades relacionadas ao contexto educacional.				
Bibliografia básica				
REVERDITO, R. S.; SCAGLIA, A. J. Pedagogia do esporte : jogos coletivos de invasão. São Paulo: Phorte, 2009.				
TORRELES, A. S.; ALCARAZ, C. F. Escolas de futebol : manual para organização e treinamento. Porto Alegre: Artmed, 2003.				
VOSER, R. C.; GIUSTI, J. G. O. Futsal e a escola : uma perspectiva pedagógica. Porto Alegre: Artmed, 2002.				
Bibliografia complementar				
CONFEDERAÇÃO BRASILEIRA DE FUTEBOL. Regras oficiais de futebol . Rio de Janeiro: Sprint, 2000.				
DAMO, A. S. Futebol e identidade social : uma leitura antropológica das rivalidades entre torcedores e clubes. Porto Alegre: Ed. UFRGS, 2002.				
FREIRE, J. B. Pedagogia do futebol . Campinas: Autores Associados, 2003.				

REIS, H. H. B. **Futebol e violência**. Campinas, SP: Autores associados, 2006.

SAAD, M.; COSTA, C. F. **Futsal: movimentações defensivas e ofensivas**. Florianópolis: Visual books, 2005.

Organização e promoção de eventos escolares

Período	Créditos	Etapa	Natureza	Pré-requisito
-	4	Específica	Optativa	-
Carga horária (horas)				
Teórica	Prática	Estágio	PCC	Total
30	30	-	-	60
Ementa				
<p>Conhecimento das tipologias, evolução histórica e princípios organizacionais aplicados aos eventos no âmbito educativo. Planejamento, elaboração, desenvolvimento e avaliação de eventos escolares e comunitários. Promoção de eventos esportivos e de lazer para a integração da escola com a comunidade, nos processos de democratização, desenvolvimento regional, promoção social e qualidade de vida. Administração dos recursos físicos, humanos, materiais e financeiros na organização de eventos escolares.</p>				
Bibliografia básica				
<p>GIACAGLIA, M. C. Organização de eventos: teoria e prática. São Paulo: Cengage Learning, 2003. MATIAS, M. Organização de eventos: procedimentos e técnicas. 5. ed. Barueri: Manole, 2010. POIT, D. R. Organização de eventos esportivos. 5.ed. São Paulo: Phorte editora, 2013.</p>				
Bibliografia complementar				
<p>CHIAVENATO, I. Gerenciando pessoas: o passo decisivo para a administração participativa. 3. ed. São Paulo: Makron Books, 1994. FORTES, W. G.; SILVA, M. B. R. Eventos: estratégias de planejamento e educação. São Paulo: Summus editorial, 2011. HOLEY JÚNIOR, L. H. Marketing de eventos: como promover com sucesso eventos, festivais, convenções e posições. São Paulo: Editora Atlas, 2003. PAIVA, H. A. B; NEVES, M. F. Planejamento estratégico de eventos. São Paulo: Atlas, 2008. POIT, D. R. Cerimonial e protocolo esportivo. São Paulo: Phorte, 2010.</p>				

Bases Pedagógicas do Basquete e do Handebol

Período	Créditos	Etapa	Natureza	Pré-requisito
-	4	Específica	Optativa	-
Carga horária (horas)				
Teórica	Prática	Estágio	PCC	Total

30	30	-	-	60
Ementa				
<p>Compreensão acerca da origem e evolução dos jogos de handebol e basquetebol. Princípios pedagógicos, princípios e fundamentos, estratégias e táticas básicas do jogo. Diferentes expressões e manifestações do jogo de handebol e do jogo de basquetebol, com ênfase para o mini-handebol e o mini-basquete.</p>				
Bibliografia básica				
<p>ALMEIDA, A. G. de; DECHECHI, C. J. Handebol: conceitos e aplicações. Editora Manole, 2012. MARONEZE, S. Basquetebol manual de ensino. São Paulo: Ícone editora, 2013. TENROLLER, C. A. Handebol teoria e prática. Rio de Janeiro: Editora Sprint, 2005.</p>				
Bibliografia complementar				
<p>COUTINHO, N. F. Basquetebol na escola: da iniciação ao treinamento. Rio de Janeiro: Sprint, 2001. EHERT, A.; SPATE, D.; ROTH, K.; SCHUBET, R. Manual do handebol. Rio de Janeiro: Phorte Editora, 2002. KRÖGER, C.; ROUTH, K. Escola da bola: um ABC para iniciantes nos jogos esportivos. São Paulo/SP: Phorte, 2002. MELHEM, A. Brincando e aprendendo Handebol. Rio de Janeiro: Editora Sprint, 2002. PADRAO, A. L. Manual de mini-handebol. São Paulo: Phorte, 2002.</p>				

Bases Pedagógicas do Voleibol				
Período	Créditos	Etapa	Natureza	Pré-requisito
-	4	Específica	Optativa	-
Carga horária (horas)				
Teórica	Prática	Estágio	PCC	Total
30	30	-	-	60
Ementa				
<p>Abordagem da modalidade voleibol considerando os aspectos políticos, culturais e pedagógicos relacionados a esta prática e sua evolução histórica. Técnicas dos fundamentos, táticas e sistemas do jogo. Regras básicas do jogo. Diferentes manifestações do voleibol (Vôlei de Praia e Mini Voleibol) e sua aplicabilidade no âmbito escolar em diferentes faixas etárias.</p>				
Bibliografia básica				
<p>BIZZOCHI, C. E. O voleibol de alto nível: da iniciação à competição. São Paulo: Fazendo Arte, 2000. CARVALHO, O. Moravia de voleibol 1000 exercícios. 6. ed. Rio de Janeiro: Sprint, 2005. SANTINI, J. Voleibol escolar: da iniciação ao treinamento. Editora da ULBRA, 2007.</p>				
Bibliografia complementar				

CAMPOS, L. A. S. **Voleibol “da” escola**. Jundiaí: Fontoura, 2006.

GRECO, P.J.; BENDA, R.N. **Iniciação esportiva universal**: da aprendizagem motora ao treinamento técnico. 1ª reimpressão. Belo Horizonte: UFMG, 2007.

LEMOS, A. S. **Voleibol escolar**. Rio de Janeiro: Sprint, 2004.

REGRAS OFICIAIS DE VOLEIBOL. **Confederação brasileira de voleibol**. 2013-2016.

SHONDELL, D.; REYNAUD, C. **A bíblia do treinador de voleibol**. São Paulo: Artmed, 2005.

Bases Pedagógicas dos Esporte Radicais				
Período	Créditos	Etapa	Natureza	Pré-requisito
-	4	Específica	Optativa	-
Carga horária (horas)				
Teórica	Prática	Estágio	PCC	Total
30	30	-	-	60
Ementa				
<p>Caracterização, tipologia e evolução histórica dos Esportes Radicais, Esportes de Aventura e Atividades Físicas na Natureza. Compreensão do planejamento, organização e prática de ensino aplicados aos Esportes Radicais no contexto escolar. A prática dos Esportes Radicais no desenvolvimento da autonomia, consciência corporal, consciência ecológica, concentração e superação de desafios. Esportes radicais e o mercado de trabalho para o profissional de Educação Física. Cuidados especiais na segurança dos participantes e na manutenção dos equipamentos.</p>				
Bibliografia básica				
<p>BERNARDES, L. A. Atividades e esportes de aventura para profissionais de Educação Física. São Paulo: Phorte, 2013.</p> <p>PEREIRA, D. W.; ARMBRUST, I. Pedagogia da aventura: os esportes radicais, de aventura e de ação na escola. São Paulo: Fontoura, 2010.</p> <p>UVINHA, R. R. Juventude, lazer e esportes radicais. São Paulo: Manole, 2001.</p>				
Bibliografia complementar				
<p>BRITO, C. L. C. Consciência corporal. Rio de Janeiro: Sprint, 1996.</p> <p>DIAS, G. F. Atividades interdisciplinares de educação ambiental. São Paulo: Global, 1994.</p> <p>GRECO, P. J.; BENDA, R. N. Iniciação esportiva universal: da aprendizagem motora ao treinamento técnico. Belo Horizonte: UFMG, 2007.</p> <p>LE BRETON, D. Risco e lazer na natureza. In: MARINHO, A.; BRUHNS, H. T. (Org.). Viagens, lazer e esporte: o espaço da natureza. São Paulo: Manole, 2006.</p> <p>MARINHO, A; BRUHNS, H.T. Viagens, lazer e esporte: o espaço da natureza. São Paulo: Manole, 2006.</p>				

Aprendizagem e Motivação Humana				
Período	Créditos	Etapa	Natureza	Pré-requisito
-	4	Específica	Optativa	-
Carga horária (horas)				
Teórica	Prática	Estágio	PCC	Total
45	15	-	-	60
Ementa				
Teorias psicológicas da aprendizagem e da Motivação Humana. A relação da Aprendizagem e da Motivação Humana no contexto educacional e escolar. Dificuldades de aprendizagem escolar e o papel do professor de Educação Física.				
Bibliografia básica				
<p>BORUCHOVITCH, E.; BZUNECK, J. A.; GUIMARÃES, E. R. Motivação para aprender: aplicações no contexto educativo. 2. ed. São Paulo: Cortez, 2010.</p> <p>CAMPOS, D. M. S. Psicologia da aprendizagem. 41. ed. Petrópolis: Vozes, 2014.</p> <p>JOSÉ, E. A.; COELHO, M. T. Problemas de aprendizagem. 13. ed. São Paulo: Ática, 2014.</p>				
Bibliografia complementar				
<p>ILLERIS, K. Teorias contemporâneas da aprendizagem. Tradução Ronaldo Cataldo Costa. Porto Alegre: Penso, 2012.</p> <p>MARTÍNEZ, A. M.; GONZÁLES, R. F. Psicologia, educação e aprendizagem escolar: avançando na contribuição da leitura cultural histórica. São Paulo: Cortez, 2017.</p> <p>PILETTI, N.; ROSSATO, S. M. Psicologia da aprendizagem: da teoria do condicionamento ao construtivismo. São Paulo: Contexto, 2011.</p> <p>ROTTA, N. T.; BRIDI FILHO, C. A.; BRIDI, F. R. S. (Org.). Neurologia e aprendizagem: abordagem multidisciplinar. Porto Alegre: Artmed, 2016.</p> <p>SALVADOR, C. C. Psicologia da educação. Porto Alegre: Penso, 2011.</p>				

Aprofundamento em Jogos e Brincadeiras na Educação Física escolar				
Período	Créditos	Etapa	Natureza	Pré-requisito
-	4	Específica	Optativa	-
Carga horária (horas)				
Teórica	Prática	Estágio	PCC	Total
30	30	-	-	60
Ementa				

Aprofundamento na história, teorias, conceitos e classificações de jogo, brinquedo e brincadeira. Significados da recreação e da ludicidade. Os jogos, os brinquedos e as brincadeiras como elementos constitutivos da aquisição de conhecimentos no contexto escolar.

Bibliografia básica

BENJAMIM, W. **Reflexões sobre a criança, o brinquedo e a educação**. São Paulo: Editora 34, 2002.
 CÓRIA-SABINI, M. A.; LUCENA, R. F. **Jogos e brincadeiras na educação infantil**. Campinas: Papirus, 2004
 KISHIMOTO, T. M. **Jogos infantis – O jogo, a criança e a educação**. Petrópolis: Vozes, 2006.

Bibliografia complementar

ANTUNES, C. **O jogo e a Educação Infantil: falar e dizer, olhar e ver, escutar e ouvir**. 6 ed. Petrópolis: Vozes, 2008.
 ELKONIN, D. **Psicologia do Jogo**. São Paulo: Martins Fontes, 1998.
 KISHIMOTO, T. M. **O brincar e suas teorias**. São Paulo: Pioneira Thomson Learning, 2002.
 FREIRE, J. B; VENÂNCIO, S. (orgs.). **O jogo dentro e fora da escola**. Campinas: Autores Associados, 2005.
 HUIZINGA, J. **“Homo Ludens” – O jogo como elemento da cultura**. São Paulo: Perspectiva, 2008.

Aprofundamento em Lutas (Judô)

Período	Créditos	Etapa	Natureza	Pré-requisito
-	4	Específica	Optativa	-
Carga horária (horas)				
Teórica	Prática	Estágio	PCC	Total
30	30	-	-	60
Ementa				
<p>História e evolução do Judô. Princípios filosóficos, pedagógicos e metodológicos do ensino aplicado ao Judô. Posturas, tipos de quedas e composição dos diferentes grupos de técnicas no Judô. Judô Educacional. Judô adaptado. Processo de ensino e aprendizagem. Regulamentação e Arbitragem.</p>				
Bibliografia básica				
<p>FRANCHINI, E. Judô: desempenho competitivo. 2. ed. Barueri: Manole, 2010. FREITAS, W. S. Lutas: uma proposta na Educação Física escolar. In: SCARPATO, M. (Org). Educação Física: como planejar as aulas na educação básica. São Paulo: Editora AVERCAMP, 2007. GAMA, R. J. Manual de iniciação do judô. Rio de Janeiro: Grupo Palestra Sport, 1986.</p>				
Bibliografia complementar				
<p>BREDA, M. E. J. G.; GALATTI, L. R.; SCAGLIA, A. J., PAES, R. R. Pedagogia do esporte aplicada às lutas. São Paulo: Phorte, 2010.</p>				

DELIBERADOR, A. P. **Judô: metodologia da participação**. Londrina: Lido, 1996.
 KANO, J. **Judô Kodokan**. São Paulo: Cultrix, 2008.
 SANTOS, S. G. **Judô: filosofia aplicada**. Florianópolis: Ed. da UFSC, 2009.
 TEGNER, B. **Guia completo de judô**. 10. ed. São Paulo: Editora Record, 2002.

Bases pedagógicas da dança				
Período	Créditos	Etapa	Natureza	Pré-requisito
-	4	Específica	Optativa	-
Carga horária (horas)				
Teórica	Prática	Estágio	PCC	Total
15	45	-	-	60
Ementa				
A dança no contexto da cultura corporal. Estudo e reflexões sobre a dança contemporânea no contexto escolar. Representações folclóricas locais expressas por meio da dança. Movimentos culturais da dança no Brasil.				
Bibliografia básica				
CARREIRA, A; HAAS, A. Ritmo e Dança . 2. ed. Editora da Ulbra, 2006. MARQUES, I. Dançando na escola . São Paulo: Cortez, 2005. MONTEIRO, G. A.; ARTAXO, I. Ritmo e movimento . São Paulo: Phorte, 2007.				
Bibliografia complementar				
CONE, T. P.; CONE, S. L. Ensinando dança para crianças . 3. ed. São Paulo: Manole, 2015. LABAN, R. Domínio do movimento . 5. ed. São Paulo: Summus, 1978. LEAL, P. Respiração e expressividade: práticas corporais fundamentadas em Graham e Laban . São Paulo: Annablume Editora, 2006. OSSONA, P. A educação pela dança . 2. ed. São Paulo, 1988. VERDERI, E. B. L. P. Dança na escola uma proposta pedagógica . São Paulo: Phorte, 2015.				

Aprofundamentos em modalidades Aquáticas				
Período	Créditos	Etapa	Natureza	Pré-requisito
-	4	Específica	Optativa	-
Carga horária (horas)				
Teórica	Prática	Estágio	PCC	Total
30	30	-	-	60

Ementa
Aprofundamento e aplicação dos conhecimentos das capacidades físicas, dos fundamentos técnicos e táticos dos estilos e provas na natação. Elaboração de programas de treino com noções gerais de regulamentação e arbitragem. Aprofundamento em tópicos especiais aplicados no treinamento da natação competitiva.
Bibliografia básica
DANTAS, Estelio H. M. A prática da preparação física . Rio de Janeiro: Sprint, 1985. FARTO, E. R. Treinamento da natação competitiva: uma abordagem metodológica . São Paulo: Phorte Editora, 2010. MAGLISCHO, E. W. Nadando o mais rápido possível . Manole, 2010.
Bibliografia complementar
BREMS, M. O nadador em forma: 120 programas de treinamento e dicas para o treinamento . São Paulo: Manole, 1986. CATTEAU, R. G. G. O ensino da natação . São Paulo: Manole, 1988. MACHADO, D. C. Metodologia da natação . São Paulo: EPU, 2004. PLATONOV, V. N. Treinamento desportivo para nadadores de alto nível [trad. Denise Regina Sales]. São Paulo: Phorte, 2005. FEDERAÇÃO INTERNACIONAL DE NATAÇÃO. Regras Oficiais de Natação 2017-2021 . Disponível em: < https://www.cbda.org.br/_uploads/natacao/RegrasOficiaisNatacao2017_2021.pdf >. Acesso em: 13 de maio de 2019.

Bases Pedagógicas do Atletismo				
Período	Créditos	Etapa	Natureza	Pré-requisito
-	4	Específica	Optativa	-
Carga horária (horas)				
Teórica	Prática	Estágio	PCC	Total
30	30	-	-	60
Ementa				
Fundamentos básicos do atletismo aplicados ao treinamento esportivo. Organização e periodização do treinamento para o atletismo. Preparação física, técnico e tática para provas de atletismo.				
Bibliografia básica				
GOMES, A. C. Treinamento desportivo: estruturação e periodização . 2. ed. Editora Artmed, 2009. MACHADO, A. F. Corrida: manual prático de treinamento . Editora Phorte, 2013. MATHIESSEM, S. Q. Atletismo: teoria e prática . 2. ed. Grupo Gen e Editora Guanabara Koogan, 2017.				
Bibliografia complementar				

EVANGELISTA, A. L. **Treinamento de corrida de rua**: uma abordagem fisiológica e metodológica. São Paulo: Phorte, 2009.

MACHADO, A. F.; ZAAR, A.; REIS, V. **Corrida**: a construção do atleta. Editora ícone, 2011.

MARIANO, C. **Educação Física**: o atletismo no currículo escolar. 2. ed. Editora Wak, 2012.

MURAKAMI, H. **Do que eu falo quando falo de corrida**. Rio de Janeiro: Objetiva, 2010.

OLIVEIRA, M. C. M. **Atletismo escolar**. Rio de Janeiro: Sprint, 2006.

Conteúdos sócio-afetivos aplicados à educação física

Período	Créditos	Etapa	Natureza	Pré-requisito
-	4	Específica	Optativa	-
Carga horária (horas)				
Teórica	Prática	Estágio	PCC	Total
60	-	-	-	60
Ementa				
<p>Pressupostos teóricos da afetividade. Teoria das emoções. Afetividade, motivação e aprendizagem. Desenvolvimento da personalidade: fatores que interveem positiva e negativamente. Processo de socialização na escola. Papel dos pais e professores no processo de socialização e afetividade. Papel das aulas de educação física no desenvolvimento do processo de socialização e afetividade.</p>				
Bibliografia básica				
<p>ALMEIDA, L. R. Afetividade e aprendizagem: contribuições de Henri Wallon. 4. ed. São Paulo: Loyola, 2005.</p> <p>ARANTES, V. A. Afetividade na escola. 2. ed. Summus, 2003.</p> <p>FREIRE, P. Pedagogia da solidariedade. São Paulo: Paz e Terra, 2014.</p>				
Bibliografia complementar				
<p>BRANDÃO, I. R. Afetividade e transformação social: sentido e potência dos afetos na construção do processo emancipatório. Universitária, 2015.</p> <p>NERY, M. P. Vínculo e afetividade: caminho das relações humanas. Ágora, 2014.</p> <p>GLEIZER, M. A. Espinosa e a afetividade humana. Zahar, 2005.</p> <p>LIMA, M. P. Vitória vai à escola: afetividade como elo entre o cuidar e o educar na educação. Paco e Littera, 2016.</p> <p>SECCO, D. M. E. G.; OLIVEIRA, V. Afetividade no esporte escolar: o caso do basquetebol. Appris, 2017.</p>				

Educação Física e Envelhecimento Humano

Período	Créditos	Etapa	Natureza	Pré-requisito
---------	----------	-------	----------	---------------

-	4	Específica	Optativa	-
Carga horária (horas)				
Teórica	Prática	Estágio	PCC	Total
60	-	-	-	60
Ementa				
<p>Mecanismos fisiológicos do envelhecimento humano. Princípios biomecânicos do envelhecimento humano. Riscos e benefícios das atividades físicas para idosos. Prescrição e supervisão de programas de exercícios físicos para idosos.</p>				
Bibliografia básica				
<p>FREITAS, E. V.; PY, L. Tratado de geriatria e gerontologia. 4. ed. São Paulo: Guanabara Koogan, 2016.</p> <p>MAZO, G. Z. Atividade física, qualidade de vida e envelhecimento. Sulina, 2008.</p> <p>SHEPARD, R. J. Envelhecimento, atividade física e saúde. 3. e. Editora Phorte, 2003.</p>				
Bibliografia complementar				
<p>CRUZ, F. Educação física na terceira idade: teoria e prática. Editoria Ícone, 2017.</p> <p>HERMOGENES. Saúde na Terceira Idade. Editora Record.</p> <p>OLIVEIRA, V.; VAGETTI, G. C.; GOMES, F. R. H. Envelhecimento humano: cognição, qualidade de vida e atividade física. Appris, 2017.</p> <p>TAYLOR, A. W.; JOHNSON, M. J. Fisiologia do exercício na terceira idade.</p> <p>VALE, R. G. S.; PERNAMBUCO, C. S.; DANTAS, E. H. M. Manual de avaliação do idoso. Editora Ícone, 2017.</p>				

Esportes de Raquete				
Período	Créditos	Etapa	Natureza	Pré-requisito
-	4	Específica	Optativa	-
Carga horária (horas)				
Teórica	Prática	Estágio	PCC	Total
30	30	-	-	60
Ementa				
<p>O estudo dos esportes de raquete, a sua história, evolução, regras, conceitos dos esportes de raquetes e o processo de ensino aprendizagem na iniciação, aperfeiçoamento e treinamento. Abordando ainda as diferentes adaptações/diferentes manifestações realizadas nessas modalidades.</p>				
Bibliografia básica				
<p>ISHIZAKI, M. T.; CASTRO, M. S. A. Tênis: aprendizagem e treinamento. 2. ed. São Paulo: Phorte, 2008.</p>				

MARINOVIC, W.; IIZUKA, C. A.; NAGAOKA, K. T. Tênis de mesa . São Paulo: Phorte, 2006. SESI. Tênis, tênis de mesa e badminton . Serviço Social da Indústria. São Paulo: Editora SESI/SP, 2012.
Bibliografia complementar
BROTTO, F. O. Jogos cooperativos : o jogo e o esporte como um exercício de convivência. 2. ed. Santos: Projeto Cooperação, 2002. CAMARGO, F. E. B.; MARTINS, M. S. Aprendendo o tênis de mesa brincando . Piracicaba: Editora Unimep, 1999. FREIRE, J. B. Jogo : entre o riso e o choro. Campinas: Autores Associados, 2002. FREITAS, A.; VIEIRA, S. O que é tênis : histórias, regras e curiosidades. Casa da palavra, 2009. WOODS, R.; WOODS, K. Prática de tênis após os 50 . São Paulo: Manole, 2010.

Jogos e Brincadeiras para Pessoas com Deficiência				
Período	Créditos	Etapa	Natureza	Pré-requisito
-	4	Específica	Optativa	-
Carga horária (horas)				
Teórica	Prática	Estágio	PCC	Total
30	30	-	-	60
Ementa				
Compreensão biopsicossocial da deficiência visual, auditiva, locomotora e mental. Princípios pedagógicos dos jogos para pessoas com deficiência na educação física infantil, ensino fundamental e ensino médio. Princípios pedagógicos das brincadeiras para pessoas com deficiência na educação física infantil, ensino fundamental e ensino médio.				
Bibliografia básica				
LORENZINI, M. V. Brincando a brincadeira com a criança deficiente . São Paulo: Manole, 2002. MAJOR, S.; WALSH, M. A. Crianças com dificuldade de aprendizado : jogos e atividades. São Paulo: Manole, 1987. VYGOTSKY, L. S.; LURIA A. R.; LEONTIEV, A. N. Linguagem, desenvolvimento e aprendizagem . 5. ed. São Paulo: Ícone, 1994.				
Bibliografia complementar				
BROUGÈRE, G. Jogo e educação . Porto Alegre: Artes Médicas, 1998. CASTRO, A. Jogos e brincadeiras para Educação Física : desenvolvendo a agilidade, a coordenação, o relaxamento, a resistência, a velocidade e a força. Vozes, 2012. DANTAS, H. Brincar e trabalhar. In: KISHIMOTO, T. M. (Org). O brincar e suas teorias . São Paulo: Thomson, 2002. FREIRE, J. B. Jogo : entre o riso e o choro. Campinas/SP: Autores Associados, 2002.				

FRIEDMANN, A. **Brincar**: crescer e aprender. O resgate do jogo infantil. São Paulo: Moderna, 2002.

Pesquisa qualitativa em Educação Física				
Período	Créditos	Etapa	Natureza	Pré-requisito
-	4	Específica	Optativa	-
Carga horária (horas)				
Teórica	Prática	Estágio	PCC	Total
45	15	-	-	60
Ementa				
<p>A investigação científica de caráter qualitativo e interpretativas e seus critérios de validação científica. Limites e possibilidades das diferentes técnicas qualitativas de pesquisa em Educação Física. O planejamento da pesquisa qualitativa e a elaboração do projeto de pesquisa. Os aspectos éticos envolvidos na pesquisa qualitativa. Organização, análise e interpretação dos dados qualitativos.</p>				
Bibliografia básica				
<p>CRESWELL, J. W. Investigação qualitativa e projeto de pesquisa: escolhendo entre cinco abordagens. 3. ed. Porto Alegre: Penso, 2014.</p> <p>MOLINA NETO, V.; TRIVIÑOS, A. N. S. (Orgs.) Pesquisa qualitativa em Educação Física: alternativas metodológicas. 4. ed. Porto Alegre: Sulina, 2017.</p> <p>YIN, R. K. Pesquisa qualitativa do início ao fim. Porto Alegre: Penso, 2016.</p>				
Bibliografia complementar				
<p>BARDIN, L. Análise de conteúdo. São Paulo: Edições 70, 2011.</p> <p>FLICK, U. Introdução à pesquisa qualitativa. 3. ed. Porto Alegre: Artmed, 2009.</p> <p>LUDKE, M.; ANDRÉ, M. L. D. A. Pesquisa em educação: abordagens qualitativas. 2. ed. São Paulo: EPU, 2013.</p> <p>MOLINA NETO, V.; BOSSLE, F. O ofício de ensinar e pesquisar em Educação Física escolar. Porto Alegre: Sulina, 2010.</p> <p>SAMPIERI, R. H.; COLLADO, C. F.; LUCIO, M. P. B. Metodologia de pesquisa. 5. ed. Tradução Dayse Vaz de Moraes. Porto Alegre: AMGH, 2013.</p>				

Educação Olímpica				
Período	Créditos	Etapa	Natureza	Pré-requisito
-	4	Específica	Optativa	-
Carga horária (horas)				
Teórica	Prática	Estágio	PCC	Total
30	30	-	-	60

Ementa
<p>O fenômeno esportivo olímpico em suas diversas manifestações, historicamente e na contemporaneidade. Diferenciação entre Olimpismo, Movimento Olímpico e Jogos Olímpicos. Conceitos e objetivos da Educação Olímpica. Possibilidades teórico-metodológicas de educação em valores no contexto escolar.</p>
Bibliografia básica
<p>COSTA, L.P.; TAVARES, O. (Eds.). Estudos olímpicos. Rio de Janeiro: Gama Filho, 1999.</p> <p>REPPOLD FILHO, A.R. et al. (Orgs). Olimpismo e educação olímpica no Brasil. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2009.</p> <p>RUBIO, K. <i>et al.</i> Ética e compromisso social nos Estudos Olímpicos. Porto Alegre, EDIPUCRS, 2007.</p>
Bibliografia complementar
<p>COSTA, L. et al. (Ed.). Legados de megaeventos. Brasília: Ministério do Esporte, 2008.</p> <p>DaMATTA, R. A bola corre mais do que os homens. Rio de Janeiro: Rocco, 2006.</p> <p>MÜLLER, N.; TODT, N. S. (Org). Pierre de Coubertin - 1863-1937: Olimpismo - seleção de textos. Porto Alegre: EdiPUCRS, 2015.</p> <p>RUBIO, K. (Org.). Do pós ao neo Olimpismo: esporte e movimento olímpico no século XXI, Sao Paulo, Kepos, 2019.</p> <p>TURINI, M.; DaCOSTA, L. Coletânea de textos em estudos olímpicos. Rio de Janeiro: Editora Gama Filho, 2002.</p>

Futebol e suas bases pedagógicas				
Período	Créditos	Etapa	Natureza	Pré-requisito
-	4	Específica	Optativa	-
Carga horária (horas)				
Teórica	Prática	Estágio	PCC	Total
30	30	-	-	60
Ementa				
<p>Contextualização e análise do futebol como fenômeno esportivo no contexto nacional e internacional. Relação com questões socioculturais como violência, gênero, racismo e espetacularização. Fundamentos técnicos e táticos desta modalidade e suas aplicações teórico-práticas no contexto educacional.</p>				
Bibliografia básica				
<p>FREIRE, J. B. Pedagogia do Futebol. Campinas: Autores Associados, 2003.</p> <p>REIS, H. H. B. Futebol e violência. Campinas, SP: Autores associados, 2006.</p> <p>REVERDITO, R.S.; SCAGLIA, A.J. Pedagogia do esporte: jogos coletivos de invasão. 1.ed. São Paulo: Phorte, 2009.</p>				

Bibliografia complementar
<p>CONFEDERAÇÃO BRASILEIRA DE FUTEBOL. Regras Oficiais de Futebol. Rio de Janeiro: Sprint, 2000.</p> <p>DAMO, A.S. Futebol e identidade social: uma leitura antropológica das rivalidades entre torcedores e clubes. Porto Alegre: Ed. UFRGS, 2002.</p> <p>SAAD, M.; COSTA, C.F. Futsal: Movimentações defensivas e ofensivas. Florianópolis: Visual books, 2005.</p> <p>TORRELES, A.S.; ALCARAZ, C.F. Escolas de futebol: manual para organização e treinamento. Porto Alegre, Artmed, 2003.</p> <p>VOSER, R.C.; GIUSTI, J.G.O. Futsal e a Escola: uma perspectiva pedagógica. Porto Alegre: Artmed, 2002.</p>

Psicologia do Esporte				
Período	Créditos	Etapa	Natureza	Pré-requisito
-	4	Específica	Optativa	-
Carga horária (horas)				
Teórica	Prática	Estágio	PCC	Total
45	15	-	-	60
Ementa				
<p>Introdução à psicologia do esporte e do exercício. Benefícios psicológicos da prática esportiva. Motivação para a prática esportiva. Estresse, ansiedade e agressividade no contexto esportivo. Aspectos psicológicos aplicados à iniciação, treinamento e desempenho esportivo. Relação entre professor/treinador e aluno/atleta.</p>				
Bibliografia básica				
<p>BURITI, M.A. Psicologia do Esporte. Editora Alínea, Campinas, 2009.</p> <p>SAMULSKI, D. M. Psicologia do esporte: conceitos e novas perspectivas. 2. Ed. Barueri: Manole, 2009.</p> <p>WEINBERG, R. S; GOULD, D.; DE ROSE JUNIOR, D. Fundamentos da psicologia do esporte e do exercício. 2. ed. Porto Alegre: Artmed, 2001.</p>				
Bibliografia complementar				
<p>BARRETO, J. A. Psicologia do esporte para o atleta de alto rendimento: teorias e técnicas. Rio de Janeiro: Shape, 2003.</p> <p>DAVIDOFF, L.L. Introdução à Psicologia. Editora Pearson, Makron Books, São Paulo, 2001.</p> <p>ROTTA, N. T.; BRIDI FILHO, C. A.; BRIDI, F. R. S. (Org.). Neurologia e aprendizagem: abordagem multidisciplinar. Porto Alegre: Artmed, 2016.</p> <p>SALVADOR, C. C. Psicologia da educação. Porto Alegre: Penso, 2011.</p> <p>WHITE, J. R. FREEMAN, A.S. Psicoterapia cognitivo-comportamental em grupo. São Paulo, Ed. Rocca, 2003.</p>				

Exercício Físico e Diabetes				
Período	Créditos	Etapa	Natureza	Pré-requisito
-	4	Específica	Optativa	-
Carga horária (horas)				
Teórica	Prática	Estágio	PCC	Total
60	-	-	-	60
Ementa				
Epidemiologia, conceitos e histórico do processo saúde-doença. Tipos de diabetes mellitus. Estratificação do risco. Prescrição do exercício físico para pessoas com diabetes mellitus: interações medicamentosas e insulina. Políticas públicas para tratamento do diabetes mellitus.				
Bibliografia básica				
<p>AMERICAN COLLEGE OF SPORTS AND MEDICINE. Diretrizes do ACSM para testes de esforço e sua prescrição. Guanabara Koogan, 2014.</p> <p>AMERICAN COLLEGE OF SPORTS AND MEDICINE. Manual de pesquisa das diretrizes do acsm para os testes de esforço e sua prescrição. 4. ed. Guanabara Koogan, 2003.</p> <p>COLBERG, S. Atividade física e diabetes. Editora Manole, 2003.</p>				
Bibliografia complementar				
<p>CAMPOS, M. A. Musculação: diabéticos, osteoporóticos, idosos, crianças e obesos. Rio de Janeiro: Sprint, 2000.</p> <p>CANCELLIÉRI, C. Diabetes e atividade física. Editora Fontoura, 1999.</p> <p>COSTA, A. A.; ALMEIDA NETO, J. S. Manual de diabetes: educação, alimentação, medicamentos, atividade física. editora sarvier, 2009.</p> <p>MATSUDO, S. M. M.; MATSUDO, V. K. R. Atividade física e obesidade. Editora Atheneu, 2007.</p> <p>NEGRÃO, C. E.; BARRETO, A. C. P. Cardiologia do exercício: do atleta ao cardiopata. 3. ed. Editora Manole, 2010.</p>				

Exercício Físico e Reabilitação Cardíaca				
Período	Créditos	Etapa	Natureza	Pré-requisito
-	4	Específica	Optativa	-
Carga horária (horas)				
Teórica	Prática	Estágio	PCC	Total
45	15	-	-	60
Ementa				
Fisiopatologia das doenças do sistema cardiovascular. Alterações cardiovasculares promovidas pelo exercício físico. Efeito agudo e crônico do exercício na hipertensão arterial. Efeito agudo e crônico do				

exercício na aterosclerose. Efeito agudo e crônico do exercício na doença arterial obstrutiva periférica. Efeito agudo e crônico do exercício após o infarto agudo do miocárdio. Efeito agudo e crônico do exercício em pacientes submetidos a cirurgias cardíacas. Prescrição de exercício para as doenças e procedimentos hospitalares cardiovasculares. Avaliação e adequação do programa de exercício físico para os doentes cardiovasculares.
Bibliografia básica
CASTINHEIRAS NETO, G. Manual de prescrição de exercício na doença vascular . Editora Rúbio, 2013. DIRETRIZ DE REABILITAÇÃO CARDÍACA. Arquivos Brasileiros de Cardiologia . v. 84, n. 5, 2005. NUNES, A. M. Reabilitação cardíaca . Editora Ícone, 2010.
Bibliografia complementar
DAMINELLO, R. R. Reabilitação cardiovascular e metabólica . Editora Atheneu, 2013. NEGRÃO, C. E.; BARRETO, A. C. P. Cardiologia do exercício: do atleta ao cardiopata . 3. ed. Editora Manole, 2010. NIEMAN, D. C. Exercício e saúde: teste e prescrição de exercícios . 6. ed. Editora Manole, 2010. POLLOCK, M. L.; SCHMIDT, D. H. Doença cardíaca e reabilitação . 3. ed. Editora Revinter, 2003. REUB, P.; KEMPF, H. D. Reabilitação cardíaca: guia prático . Editora Forte, 2006.

Fundamentos do treinamento de Força				
Período	Créditos	Etapa	Natureza	Pré-requisito
-	4	Específica	Optativa	-
Carga horária (horas)				
Teórica	Prática	Estágio	PCC	Total
45	15	-	-	60
Ementa				
Mecanismos bioquímicos e moleculares do treinamento de força. Adaptações e princípios do treinamento de força. Planejamento e periodização de exercícios de força. Treinamento de força personalizado. Bases da suplementação aplicada ao treinamento de força.				
Bibliografia básica				
DELAVIER, F. Guia dos movimentos de musculação: abordagem anatômica . 4. ed. São Paulo: Manole, 2006. FLECK, S. J.; KRAEMER, W. J. Fundamentos do treinamento de força muscular . 3. ed. Porto Alegre, RS: Artmed, 2006. GUIMARÃES NETO, W. M. Princípios de treinamento: hipertrofia máxima . São Paulo: Phorte, 2000.				
Bibliografia complementar				
AMERICAN COLLEGE OF SPORTS AND MEDICINE - ACSM. <i>Medicine position stand: progression</i>				

models in resistance training for healthy adults. Med. Sci. Sports Exerc., v. 41, n. 3, p. 687- 708, 2009.

FLECK, S. J.; FIGUEIRA JÚNIOR, A. **Treinamento de força para fitness & saúde**. São Paulo: Phorte, 2003.

GUIMARÃES NETO, W. M. **Princípios de treinamento**: hipertrofia máxima. São Paulo: Phorte, 2000.

HERNANDES JÚNIOR, B. D. O. **Musculação**: montagem da academia, gerenciamento de pessoal, prescrição de treinamento. 2. ed. Rio de Janeiro: Sprint, 2000.

UCHIDA, M. C. et al. **Manual de musculação**: uma abordagem teórico-prática do treinamento de força. 4. ed. São Paulo: Phorte, 2006.

Nutrição Aplicada à Educação Física				
Período	Créditos	Etapa	Natureza	Pré-requisito
-	4	Específica	Optativa	-
Carga horária (horas)				
Teórica	Prática	Estágio	PCC	Total
60	-	-	-	60
Ementa				
Metabolismo de carboidratos. Metabolismo de lipídeos. Metabolismo de proteínas. Utilização dos carboidratos, lipídeos e proteínas no exercício aeróbio. Utilização dos carboidratos, lipídeos e proteínas no exercício aeróbio. Suplementação de carboidratos e proteínas. Nutrição e fadiga relacionada ao exercício. Alimentos envolvidos na melhora do desempenho físico.				
Bibliografia básica				
KATCH, V. L.; KATCH, F. I.; MCARDLE, W. D. Fisiologia do Exercício : Energia, nutrição e desempenho humano. 8. ed. São Paulo: Guanabara Koogan, 2016.				
KATCH, F. I.; KATCH, V. L.; MCARDLE, W. D. Nutrição para o esporte e o exercício . 3. ed. São Paulo: Guanabara Koogan, 2011.				
TIRAPEGUI, J. Nutrição, metabolismo e suplementação nas atividades físicas . Rio de Janeiro: Atheneu, 2012.				
Bibliografia complementar				
BROUNS, F. Fundamentos de nutrição para os desportos . 2. ed. São Paulo: Guanabara Koogan, 2005.				
ESCOTT-STUMP, S.; MAHAN, K. L.; RAYMOND, J. L. K. Alimentos, nutrição e dietoterapia . 13. ed. Amsterdã: Elsevier, 2013.				
LONGO, S. Manual de nutrição para o exercício físico . Rio de Janeiro: Atheneu, 2014.				
LUSTOSA, A. M. A.; OLIVEIRA, A. V.; BENTO, A. P. N. Suplementação nutricional no esporte . 3. ed. Rio de Janeiro: Rubio, 2011.				
MARQUES, L. R. Nutrição em academias : do fitness ao wellness. São Paulo: Roca, 2013.				

Programas Clínicos e Ambulatoriais em Educação Física				
Período	Créditos	Etapa	Natureza	Pré-requisito
-	4	Específica	Optativa	-
Carga horária (horas)				
Teórica	Prática	Estágio	PCC	Total
45	15	-	-	60
Ementa				
<p>Prescrição de exercícios físicos para grupos de pessoas em condições especiais (gestantes, pós-cirurgias, em reabilitação cardíaca e/ou reabilitação motora, diabéticos, hipertensos, asmáticos, portadores de HIV, doença cardiovascular e cerebrovascular, doenças crônicas, etc). Elaboração e Avaliação de programas clínicos e ambulatoriais de exercícios físicos para populações especiais.</p>				
Bibliografia básica				
<p>AMERICAN COLLEGE OF SPORTS AND MEDICINE. Diretrizes do ACSM para testes de esforço e sua prescrição. Guanabara Koogan, 2014.</p> <p>CAMPOS, M. A. Musculação: diabéticos, osteoporóticos, idosos, crianças e obesos. Rio de Janeiro: Sprint, 2000.</p> <p>SIMÃO, R. Fisiologia e prescrição de exercícios para grupos especiais. 4. ed. São Paulo: Phorte editora, 2014.</p>				
Bibliografia complementar				
<p>AMERICAN COLLEGE OF SPORTS AND MEDICINE. Manual de pesquisa das diretrizes do ACSM para os testes de esforço e sua prescrição. 4. ed. Guanabara Koogan, 2003.</p> <p>NEGRÃO, C. E.; BARRETO, A. C. P. Cardiologia do exercício: do Atleta ao cardiopata. 3. ed. Editora Manole, 2010.</p> <p>PETERSON, J. A.; PETERSON, S. L.; BRYANT, C. X. Treinamento de força para mulheres. São Paulo: Manole, 2001.</p> <p>SANTOS, E. F. Manual de primeiros socorros da educação física aos esportes. Editora Galenus, 2014.</p>				

Treinamento Esportivo I				
Período	Créditos	Etapa	Natureza	Pré-requisito
-	4	Específica	Optativa	-
Carga horária (horas)				
Teórica	Prática	Estágio	PCC	Total
30	30	-	-	60
Ementa				

<p>A evolução histórica, o contexto político e o contexto moderno do treinamento desportivo. Conhecimento teórico e prático da base dos princípios científicos do treinamento desportivo e das capacidades físicas: resistência, força, velocidade e flexibilidade. Compreensão do uso de recursos ergogênicos e a importância da monitoração do treinamento. Planejamento, a realização e a avaliação, com base nos princípios do treinamento, para diferentes modalidades esportivas.</p>
Bibliografia básica
<p>DANTAS, E. H. M. A prática da preparação física. 4. ed. Rio de Janeiro: Shape, 1995. GOMES, A. C. Treinamento desportivo: estruturação e periodização. Porto Alegre: Artmed, 2009. TUBINO, M. J. G. Metodologia científica do treinamento desportivo. São Paulo: Ibrasa, 1985.</p>
Bibliografia complementar
<p>BARBANTI, V. J. Teoria e prática do treinamento desportivo. Edgar Blücher, 1979. PLATONOV, V. N. Tratado geral de treinamento desportivo. Phorte, 2008. REVERDITO, R. S.; SCAGLIA, A. J.; MONTAGNER, P. C. Pedagogia do esporte. São Paulo: Phorte, 2009. SAMULSKI, D. M.; MENZEL, H. PRADO, L. S. Treinamento esportivo. Editora Manole, 2013. WEINECK, J. Manual de treinamento esportivo. 2. ed. São Paulo: Manole, 1986.</p>

3.7 Conteúdos curriculares

A formação específica em licenciatura em Educação Física está de acordo com a Resolução nº 06, de 18 de dezembro de 2018 (BRASIL, 2018), que estabelece no seu Art. 15º que, respeitadas a diversidade nacional e a autonomia pedagógica das instituições, deve-se garantir uma formação profissional adequada aos seguintes conteúdos programáticos:

- a) Política e Organização do Ensino Básico;
- b) Introdução à Educação;
- c) Introdução à Educação Física Escolar;
- d) Didática e metodologia de ensino da Educação Física Escolar;
- e) Desenvolvimento curricular em Educação Física Escolar;
- f) Educação Física na Educação Infantil;
- g) Educação Física no Ensino Fundamental;
- h) Educação Física no Ensino Médio;
- i) Educação Física Escolar Especial/Inclusiva;
- j) Educação Física na Educação de Jovens e Adultos; e
- k) Educação Física Escolar em ambientes não urbanos e em comunidades e

agrupamentos étnicos distintos.

Portanto, ressalta-se que os conteúdos curriculares além de abordarem as especificidades da área, também apresentam uma interface com conteúdos pertinentes às políticas de educação ambiental (BRASIL, 1999), de educação em direitos humanos (BRASIL, 2012) e de educação das relações étnico-raciais e o ensino de história e cultura afro-brasileira, africana e indígena (BRASIL, 2004a), diferenciando o curso dentro da área profissional e induzindo o contato com novos conhecimentos e com a sua produção, o que pressupõe uma abordagem inovadora.

3.7.1 Matriz formativa

A matriz formativa do Curso está pautada na integração entre área pedagógica e área específica. Disciplinas específicas como, por exemplo, Psicologia da Educação, Didática Aplicada à Educação Física, Esportes Coletivos e suas bases pedagógicas I e II, Lutas e suas bases pedagógicas, Fundamentos dos Jogos, da Recreação e do Lazer, Fundamentos do Atletismo, Dança Escolar e suas bases pedagógicas norteiam a área temática do perfil profissional do egresso do curso. Os programas e projetos de extensão do curso bem como as parcerias firmadas para execução destas atividades são além de um espaço de integração, o espaço de inovação pedagógica e relação teoria-prática.

3.7.2 Flexibilização curricular

A flexibilização curricular ocorre por meio do aproveitamento de estudos, de disciplinas eletivas e optativas e das atividades complementares.

Aproveitamento de estudos

O aproveitamento de estudos obedecerá às normas vigentes, o regulamento acadêmico e o regulamento do Curso. Para que seja considerado o aproveitamento dos estudos, a sua realização deverá ser em cursos autorizados ou reconhecidos pelo MEC. A análise do pedido de aproveitamento deverá ser instruída com histórico escolar e plano de ensino das disciplinas emitidos pela IES de origem, com as respectivas indicações de possíveis disciplinas equivalentes da estrutura curricular do curso de Educação Física da UFT. A avaliação levará em consideração a identificação da carga horária da disciplina de origem, o conteúdo programático da disciplina de origem e a adequação da identificação dos objetivos da disciplina de origem com aqueles da disciplina de destino. Caso a

Coordenação de Curso entenda que, para subsidiar a aplicação dos critérios seja necessário solicitar o parecer técnico do professor responsável pela disciplina, procederá ao encaminhamento. Compete à Coordenação de Curso o parecer conclusivo, cabendo apreciação do Colegiado somente em grau de recurso. Poderá a Coordenação de Curso, em casos de dúvidas da origem ou omissões nos documentos apresentados, solicitar a sua complementação. Por serem disciplinas que expressam de forma mais concreta a identidade do curso, não serão objeto de aproveitamento de estudos aquelas disciplinas cursadas na IES de origem que envolvam a elaboração de projeto de pesquisa e o trabalho de conclusão de curso, bem como disciplinas de estágios e práticas curriculares da extensão. É obrigatório, portanto, que as disciplinas acima sejam cursadas no curso de Educação Física – Tocantinópolis para fins de integralização do curso.

As atividades complementares serão analisadas conforme regimento institucional.

3.7.3 Objetos de conhecimento

Conforme o Art. 3º da Resolução nº 6, de 18 de dezembro de 2018: A Educação Física é uma área de conhecimento e intervenção profissional que tem como objeto de estudo e de aplicação a motricidade ou movimento humano, a cultura do movimento corporal, com foco nas diferentes formas e modalidades do exercício físico, da ginástica, do jogo, do esporte, das lutas e da dança, visando atender às necessidades sociais no campo da saúde, da educação e da formação, da cultura, do alto rendimento esportivo e do lazer (BRASIL, 2018).

Elaboração de programas de formação a partir das competências definidas na DCN e demais regulamentações, bem como as especificidades do contexto local e regional em sintonia com o PDI e PPI. Vale ressaltar que os programas de formação devem explicitar a relação com a pesquisa, extensão e suas formas de creditação.

3.7.4 Ações Curriculares de Extensão (ACE)

A Universidade pública desempenha importante papel na formação de profissionais e através de seus processos e ações precisam atender valores e interesses sociais. A extensão na UFT e conseqüentemente no curso está em consonância com as Diretrizes da Política de Extensão Nacional (2012) e da Política de Extensão da UFT (Resolução nº 05 de 02 de setembro de 2020) considerando as diretrizes:

I - interação dialógica da universidade com os outros setores da sociedade: visa o

desenvolvimento de relações, entre a Universidade e outros seguimentos da sociedade, marcado pelo diálogo e troca de saberes, superando-se, assim, o discurso da hegemonia acadêmica e substituindo-o pela ideia de cooperação com movimentos, entidades, instituições, setores e organizações sociais;

II - integração da extensão com a pesquisa e com o ensino: visa colocar o estudante como protagonista de sua formação acadêmica no processo de obtenção de competências necessárias à atuação profissional e de sua formação cidadã, o qual permite ao estudante reconhecer-se como agente de garantia de direitos e deveres e de transformação social;

III - inovação e tecnologias sociais numa perspectiva polissêmica (destacando-se a inovação pedagógica, a tecnológica e a social), quando processos se instauram e possibilitam a produção de conhecimentos e soluções novas ou significativamente melhoradas, que contribuam com o desenvolvimento responsável da sua região de influência, buscando a aproximação da instituição com a sociedade, suas necessidades e demandas;

IV - realização de ações acadêmicas a partir da Interdisciplinaridade e Interprofissionalidade: superar a dicotomia, combinando especialização e consideração da complexidade inerente às comunidades, setores e grupos sociais com os quais se desenvolvem as ações de Extensão ou aos próprios objetivos e objetos dessas ações;

V - articulação entre as Áreas Temáticas e as Linhas da Extensão;

VI – institucionalização acadêmica das ações de extensão que oportunize a integralização de créditos na formação do discente;

VII - impacto na formação do estudante: as atividades de Extensão Universitária constituem aportes decisivos à formação do estudante, seja pela ampliação do universo de referência que ensejam, seja pelo contato direto com as grandes questões contemporâneas. Esses resultados possibilitam enriquecimento da experiência discente em termos teóricos e metodológicos, ao mesmo tempo em que permitem a reafirmação e materialização dos compromissos éticos e solidários da universidade pública brasileira;

VIII - integração da extensão com a agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável;

IX - impacto e transformação social: reafirmar a Extensão Universitária como o mecanismo pelo qual se estabelece a inter-relação da Universidade com os outros seguimentos da sociedade, com vistas a uma atuação transformadora, voltada para os interesses e necessidades da população, e propiciadora de impactos ambientais, culturais, econômicos, sociais e tecnológicos, visando o desenvolvimento regional e o aprimoramento das políticas públicas.

O processo de implantação da creditação da extensão nos currículos de graduação da Universidade Federal do Tocantins teve início em 2017, com o I Encontro de Creditação, na sequência diversas ações foram desenvolvidas até a implantação final na reformulação dos PPC's.

Em seguida, considerando-se a Resolução CONSEPE nº 14/20, que regulamenta as ações de extensão dos cursos de graduação da UFT, destinou-se 10% da Carga Horária Total do curso para fins de curricularização da extensão, o que equivale a aproximadamente 330 horas, das quais o aluno deverá cumprir o mínimo de 75% de frequência na ação de extensão para ser considerado apto. Para fins de comprovação desta carga horária, o curso também aceitará ações de extensão cursadas pelo aluno em outros cursos de graduação.

Importante salientar que o acompanhamento e o monitoramento dos estudantes nas ações de extensão serão realizados pelo docente coordenador da ação, a partir dos indicadores de avaliação estabelecidos pela PROEX UFT/UFNT.

Art. 7º A extensão nos cursos de graduação será denominada de Ação Curricular de Extensão (ACE) prevista nos Projetos Pedagógicos dos Cursos (PPCs) a partir da definição das áreas temáticas e linhas de extensão de atuação do curso, organizadas:

I - Preferencialmente, como Programas e Projetos de natureza flexível e renovável com carga horária variável, ou ainda;

II - Como componentes curriculares de extensão, com:

a) Carga horária integrada entre ensino e extensão, ou;

b) Carga horária somente de extensão.

III - Como composição dos incisos I e II.

Assim, na Imagem abaixo apresentamos respectivamente como as 330 horas destinadas a curricularização da extensão estão distribuídas entre os períodos do curso, como estão organizadas e como poderão ser materializadas, seja a partir dos Programas de Práticas Corporais e Iniciação Esportiva (na Etapa Comum), seja por intermédio dos projetos de extensão do curso (na Etapa Específica).

A respeito desta diferenciação, cumpre-nos ressaltar, ainda, que as 90 horas de extensão correlatas à etapa comum, visam suprir uma especificidade do nosso curso, mais especificamente a partir da necessidade de fomentarmos práticas corporais e desportivas nos dois primeiros semestres.

Já no que se refere às 240 horas restantes, correlatas à etapa específica, salienta-se que a respectiva creditação ocorrerá a partir da articulação com os quatro Estágios supervisionados – Educação Infantil, Ensino Fundamental I, Ensino Fundamental II e

Ensino Médio. Ressalta-se que essa articulação é perfeitamente plausível se considerarmos a Resolução específica da área (Nº 6/2018), conforme se segue:

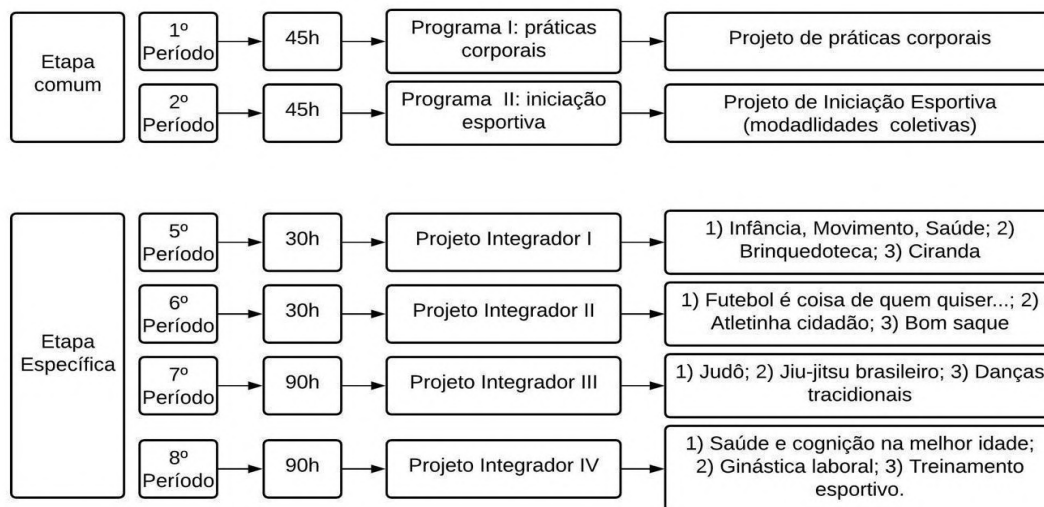
Art. 11 As atividades práticas da etapa específica da Licenciatura deverão conter o estágio supervisionado, bem como outras vinculadas aos diversos ambientes de aprendizado escolares e não escolares.

§ 1º O estágio deverá corresponder a 20% das horas referenciais adotadas pelo conjunto do curso de Educação Física ao aprendizado em ambiente de prática real, e deverá considerar as políticas institucionais de aproximação ao ambiente da escola e às **políticas de extensão** na perspectiva da atribuição de habilidades e competências.

§ 2º O estágio deverá expressar e integrar o conjunto de atividades práticas realizadas ao longo do curso e ser oferecido, de forma articulada, com as **políticas e as atividades de extensão** da instituição com curso (Grifos nossos).

Assim, na figura 1, ilustramos como a carga horária de extensão será distribuída entre os períodos do curso a partir dos Programas e Projetos propostos.

Figura 1 - Distribuição da carga horária de extensão entre os períodos do curso



Observe-se que os Programas têm início no primeiro ano do curso, com ênfase na diversidade de práticas corporais e na iniciação esportiva, perfazendo uma carga horária de **90 horas**.

Já os Projetos Integradores, por sua vez, são atrelados às disciplinas de estágio ofertadas a partir do quinto semestre letivo, estruturando-se através de ações interdisciplinares, baseadas em eixos temáticos (lazer, esporte, práticas corporais, saúde/rendimento), em conformidade com a especificidade da Licenciatura em Educação Física. A ênfase se dá na vivência, análise e intervenção na realidade local em diálogo com

o campo profissional. Estrutura-se por meio de projetos de extensão flexíveis e renováveis alocados no colegiado, bem como em outros cursos do campus, que atendam as especificidades da Educação Física. Basicamente pode operacionalizar-se de duas maneiras:

Participação do cotidiano dos projetos de extensão, acompanhadas dos seus respectivos coordenadores;

Realização de cursos/oficinas de atendimento a comunidade em diálogo com projetos de extensão.

No tocante a metodologia das atividades de extensão, cumpre-nos salientar que o aluno deve representar uma ponte entre a sociedade e a respectiva ação de extensão, assumindo um protagonismo desde a concepção até a finalização.

É importante destacar que a carga horária dos componentes curriculares de extensão está alocada em cooperação com o desenvolvimento do estágio curricular para atender a resolução específica das Licenciaturas em Educação Física, sem causar prejuízo a carga horária dos componentes curriculares de extensão, como estabelece a resolução CONSEPE/UFT, nº 14, de 08 de dezembro de 2020 (UNIVERSIDADE FEDERAL DO TOCANTINS, 2020). Portanto, a ação de extensão não está contabilizada simultaneamente ao estágio curricular obrigatório ou não obrigatório do curso.

Por fim, ressalta-se que tanto os programas, quanto os projetos integradores constarão no Sistema de Gestão de Projetos da PROEX/UFT/UFNT.

3.7.5 Dimensões curriculares

O PPC do curso de Educação Física está elaborado em consonância com Diretrizes Curriculares Nacionais de acordo com a Resolução MEC/CNE nº 6/2018, com a Diretriz Curricular Nacional nº 2/2019 e, ainda, com a Resolução nº 14/2020 no que se refere ao trato do conhecimento, tendo como princípio a indissociabilidade entre a teoria e a prática. Para tanto, os níveis de aprofundamento e distribuição das disciplinas estão organizados por dimensões de conhecimento de cada área.

Na prática, esta organização possibilita uma maior articulação entre os componentes curriculares de natureza interdisciplinar e por outros de natureza integradora. Assim, deve proporcionar, durante todo o curso, a busca de formulações a partir dos grandes questionamentos, que devem estar representados nos objetivos gerais e específicos, nas disciplinas, em ações interdisciplinares, nos projetos e em todas as atividades

desenvolvidas no percurso acadêmico e nos trabalhos de conclusão do curso.

Enfim, por meio do ensino, extensão e da pesquisa, os alunos deverão refletir sobre a área de conhecimento numa perspectiva mais ampliada e contextualizada como forma de responder aos questionamentos propostos. Desta forma, com base na Resolução MEC/CNE nº 6/2018 a matriz curricular está dividida em duas etapas: Comum e Específica, a saber:

a) Etapa comum:

A etapa comum contempla os seguintes conhecimentos (Resolução MEC/CNE nº 6/2018, Art. 6º)

I - Conhecimentos biológicos, psicológicos e socioculturais do ser humano (a exemplo do fisiológico, biomecânico, anatômico-funcional, bioquímico, genético, psicológico, antropológico, histórico, social, cultural e outros), enfatizando a aplicação à Educação Física;

II - Conhecimentos das dimensões e implicações biológicas, psicológicas e socioculturais da motricidade humana/movimento humano/cultura do movimento corporal/atividade física (a exemplo de fisiologia do exercício, biomecânica do esporte, aprendizagem e controle motor, psicologia do esporte e outros);

III - Conhecimento instrumental e tecnológico (a exemplo de técnicas de estudo e pesquisa - tipos de conhecimento, técnicas de planejamento e desenvolvimento de um trabalho acadêmico, técnicas de levantamento bibliográfico, técnicas de leitura e de documentação; informática instrumental - planilha de cálculo, banco de dados; técnicas de comunicação e expressão leiga e científica e outros), enfatizando a aplicação à Educação Física;

IV - Conhecimentos procedimentais e éticos da intervenção profissional em Educação Física, a exemplo de código de ética, diagnóstico e avaliação, estratificação de risco, variáveis de prescrição do exercício, meio ambiente e sustentabilidade, diversidade cultural, diferenças individuais e outros.

b) Etapa específica:

A etapa específica considera os seguintes aspectos (Resolução MEC/CNE nº 6/2018, Art. 9º):

I - Relevância na consolidação de normas para formação de profissionais do magistério para educação básica como fator indispensável para um projeto de educação nacional;

II - Reconhecimento da abrangência, diversidade e complexidade da educação brasileira nos diferentes níveis, modalidades e contextos socioculturais em que estão inscritas as práticas escolares;

III - Valorização de princípios para a melhoria e democratização do ensino como a igualdade de condições para o acesso e a permanência na escola; a liberdade de aprender, ensinar, pesquisar e divulgar a cultura, o pensamento, a arte e o saber; o pluralismo de ideias e de concepções pedagógicas; o respeito à liberdade e o apreço à tolerância; a gestão democrática do ensino público; o respeito e a valorização da diversidade étnico-racial, entre outros.

IV - Necessidade de articulação entre as presentes Diretrizes e o conjunto de normas e legislação relacionadas à educação básica e organizadas pelo Conselho Nacional de Educação e pelo Ministério da Educação.

VI - Mobilização efetiva de princípios que norteiam a formação inicial e continuada nacionais comuns, tais como: a) sólida formação teórica e interdisciplinar; b) unidade teoria-prática; c) trabalho coletivo e interdisciplinar; d) compromisso social e valorização do profissional da educação; e) gestão democrática; e f) avaliação e regulação dos cursos de formação.

VII - Ampliação do conceito de docência como ação educativa e como processo pedagógico intencional e metódico, envolvendo conhecimentos específicos, interdisciplinares e pedagógicos, conceitos, princípios e objetivos da formação que se desenvolvem na construção e apropriação dos valores éticos, linguísticos, estéticos e políticos do conhecimento inerentes à sólida formação científica e cultural do ensinar/aprender, à socialização e construção de conhecimentos e sua inovação, em diálogo constante entre diferentes visões de mundo.

VIII - A formação inicial e continuada de professoras e professores de Educação Física deverá qualificar esses profissionais para que sejam capazes de contextualizar, problematizar e sistematizar conhecimentos teóricos e práticos sobre motricidade humana/movimento humano/cultura do movimento corporal/atividade física nas suas diversas manifestações (jogo, esporte, exercício, ginástica, lutas e dança), no âmbito do Ensino Básico.

A distribuição das disciplinas obrigatórias de acordo com as etapas comum e específica, bem como seus conhecimentos e aspectos, respectivamente, estão apresentados no Quadro 3 O colegiado do curso de Licenciatura em Educação Física deliberou que as disciplinas didático-pedagógicas terão acrescidas em sua carga horária o mínimo de 30 horas correspondentes às Práticas como Componentes Curriculares (PCCs).

Logo, ressalta-se que, embora seja uma exigência não incluir a carga horária de PCCs nos eixos, núcleos e dimensões, o colegiado de Educação Física opta por realizar essa vinculação para melhor entendimento da totalidade da Carga Horária exigida. Portanto, informa-se que considerando a carga horária de PCCs incluídas nas disciplinas didático-pedagógicas, essa dimensão totaliza 1.440 horas, porém, uma vez que não seja considerado esse acréscimo de carga horária referente às PCCs, a dimensão didático-pedagógica totaliza 960 horas.

Quadro 4 - Distribuição de disciplinas de acordo com as etapas comum e específica

	Conteúdo/ Conhecimento	Disciplinas	Créditos	CH/ T	CH/ P	CH/ PCC*	CH/ EXT	CH Total
E T A P A C O M U M	I - Conhecimentos Biológicos, psicológicos e socioculturais do ser humano	Anatomia Humana	6	45	45			90
		Fundamentos Históricos e Filosóficos da Educação Física	4	60	0			60
		Psicologia da Educação	4	30		30		60
		Bases Biológicas e Fisiológicas da Educação Física	4	30	30			60
		História e Cultura Afro-Brasileira e indígena	4	60				60
		Fundamentos Socioantropológicos da Educação Física	4	60				60
		Primeiros socorros	4	30	30			60
E T A P A C O M U M	II - Conhecimentos das dimensões e implicações biológicas, psicológicas e socioculturais da motricidade humana	Educação Física e Saúde	4	30	30			60
		Fisiologia do Exercício	4	45	15			60
		Comportamento Motor	4	45	15			60
		Cinesiologia e Biomecânica do Movimento Humano	4	45	15			60
	III - Conhecimento Instrumental e Tecnológico	Leitura e Produção de texto	4	45	15			60
		Metodologia do Trabalho Científico	4	45	15			60
		Bioestatística aplicada à Educação Física	4	45	15			60
E T A P A	IV - Conhecimentos procedimentais e éticos da	Fundamentos dos Jogos, da Recreação e do Lazer	4	15	15	30		60
		Fundamentos do Atletismo	4	15	15	30		60

A C O M U M	intervenção profissional em Educação Física	Didática	4	30		30		60
		Ética aplicada à Educação Física	4	60				60
		Educação Física e Meio ambiente	4	60				60
		Cineantropometria	4	45	15			60
		Fundamentos da Ginástica	4	15	15	30		60
		Educação, Educação Física e Infância	4	60				60
		Programa I: práticas corporais	3				45	45
		Programa II: iniciação esportiva	3				45	45
	I - Política e organização do Ensino básico; Introdução à Educação; Introdução à Educação Física Escolar	Didática aplicada à Educação Física	4	30		30		60
		Educação Física na Educação Básica	4	30	30	0	0	60
		Política e Organização da Educação Básica	4	60				60
	II - Didática e Metodologia de Ensino na Educação Física Escolar; Desenvolvimento curricular em Educação Física Escolar;	Esportes Coletivos e suas bases pedagógicas I	6	15	30	45		90
		Dança Escolar e suas bases pedagógicas	4	15	15	30		60
		Esportes Coletivos e suas bases pedagógicas II	4	15	15	30		60
		Lutas e suas bases pedagógicas	4	15	15	30		60
		Atividades Aquáticas e suas bases pedagógicas	4	15	15	30		60
		Optativa I	4	30	30			60
		Optativa II	4	30	30			60
		Optativa III	4	45	15			60
		Pesquisa em Educação Física I	3	45				45
		Pesquisa em Educação Física II	3	0	45			45
	III - Educação Física na Educação Infantil; Educação	Estágio Supervisionado I	8	15	75		30	120

Física no Ensino Fundamental; Educação Física no Ensino Médio; Educação Física na Educação de Jovens e Adultos; Educação Física Escolar em ambientes não urbanos e em agrupamentos étnicos distintos	Estágio Supervisionado II	8	15	75		30	120
	Estágio Supervisionado III	14	30	90		90	210
	Estágio Supervisionado IV	14	30	90		90	210
IV - Educação Física Escolar Especial/Inclusiva;	Educação Física Adaptada e inclusiva	4	15	15	30		60
	Linguagem Brasileira de Sinais - LIBRAS	4	15	15	30		60
Etapa Comum		96	900	300	150	90	1440*
Etapa Específica		104	480	585	255	240	1560*
Total Geral (todas as dimensões)		200	1380	885	405	330	3000

Fonte: O colegiado.

*Carga horária de prática como componente curricular vinculada a cada disciplina didático-pedagógica do curso de Licenciatura em Educação Física. Assim, essa dimensão possui o total de 1440 horas ou 960 horas ao desconsiderar a carga horária de PCCs, respectivamente.

** Ressalta-se que a Carga Horária necessária para completar o mínimo de 1.600 horas em cada etapa é complementada justamente pelas Atividades Complementares (210h).

Em seguida, considerando-se a Resolução MEC/CNE/CP nº 2 de 20 de dezembro de 2019, a organização da carga horária também foi distribuída em 3 grupos distintos. No documento é previsto que todos os cursos em nível superior de licenciatura, destinados à Formação Inicial de Professores para a Educação Básica, serão organizados em três grupos, com carga horária total de, no mínimo, 3.200 (três mil e duzentas) horas, e devem considerar o desenvolvimento das competências profissionais explicitadas na BNC-Formação, instituída nos termos do Capítulo I desta Resolução.

Art. 11. A referida carga horária dos cursos de licenciatura deve ter a seguinte distribuição:

I - Grupo I: 800 (oitocentas) horas, para a base comum que compreende os

conhecimentos científicos, educacionais e pedagógicos e fundamentam a educação e suas articulações com os sistemas, as escolas e as práticas educacionais.

II - Grupo II: 1.600 (mil e seiscentas) horas, para a aprendizagem dos conteúdos específicos das áreas, componentes, unidades temáticas e objetos de conhecimento da BNCC, e para o domínio pedagógico desses conteúdos.

III - Grupo III: 800 (oitocentas) horas, prática pedagógica, assim distribuídas:

a) 400 (quatrocentas) horas para o estágio supervisionado, em situação real de trabalho em escola, segundo o Projeto Pedagógico do Curso (PPC) da instituição formadora;

b) 400 (quatrocentas) horas para a prática dos componentes curriculares dos Grupos I e II, distribuídas ao longo do curso, desde o seu início, segundo o PPC da instituição formadora.

Desta forma, no Quadro 4 estão apresentados os componentes curriculares obrigatórios divididos nos grupos I, II e III. Observe-se que nos dois primeiros núcleos não estão incluídas as disciplinas de estágio curricular supervisionado. Entretanto, está incluída a carga horária das Práticas como Componentes Curriculares (PCCs) uma vez que o colegiado do curso de Licenciatura em Educação Física definiu que a carga horária das PCCs estará diretamente atrelada às disciplinas didático-pedagógicas. Logo, assim como informado, reforça-se que as disciplinas didático-pedagógicas possuem seis ou quatro créditos de 90 horas ou 60 horas de carga horária total quando consideradas as PCCs.

Quadro 5 - Distribuição dos componentes curriculares obrigatórios, optativos e atividades complementares nos grupos I, II e III (continua)

Disciplinas	CR	CH/T	CH/P	CH/ PCC	CH/ Extensão	CH Total
Leitura e Produção de Texto	4	45	15	0		60
Psicologia da Educação	4	30	0	30		60
Didática	4	30	0	30		60
Metodologia do Trabalho Científico	4	45	15	0		60
Educação e Meio Ambiente	4	60	0	0		60
Política e Organização da Educação Básica	4	60	0	0		60
Linguagem Brasileira de Sinais - LIBRAS	4	15	15	30		60
História e Cultura Afro-Brasileira e Indígena	4	60	0	0		60
Ética Aplicada à Educação e a Educação Física	4	60	0	0		60
Fundamentos Históricos e Filosóficos da Educação Física	4	60	0	0		60
Fundamentos Socioantropológicos da Educação Física	4	60	0	0		60
Anatomia Humana	6	45	45	0		90
Pesquisa em Educação Física I	3	45	0	0		45
Pesquisa em Educação Física II	3	0	45	0		45
Programa I: práticas corporais	3	0	0	0	45	45
Programa II: iniciação esportiva	3	0	0	0	45	45
Total (Grupo I)	61	615	135	90	90	930
PCC (Grupo I)	6			90		90
Grupo I (Sem PCC)	56	-	-	-	-	840
Fundamentos dos Jogos, da Recreação e do Lazer	4	15	15	30		60
Bases Biológicas e Fisiológicas da Educação Física	4	45	15	0		60
Fundamentos do Atletismo	4	15	15	30		60
Psicologia do Esporte	4	45	15	0		60
Optativa I	4	30	30	0		60
Optativa II	4	30	30	0		60
Optativa III	4	45	15	0		60
Fisiologia do Exercício	4	45	15	0		60
Comportamento Motor	4	45	15	0		60

Cinesiologia e Biomecânica do Movimento Humano	4	45	15	0		60
Bioestatística aplicada à Educação Física	4	45	15	0		60
Cineantropometria	4	45	15	0		60
Fundamentos da Ginástica	4	15	15	30		60
Esportes Coletivos e suas bases Pedagógicas I	6	15	30	45		90
Didática aplicada à Educação Física	4	30	0	30		60
Dança Escolar e suas bases Pedagógicas	4	15	15	30		60
Esportes Coletivos e suas bases Pedagógicas II	4	15	15	30		60
Educação Física Adaptada e inclusiva	4	15	15	30		60
Lutas e suas bases Pedagógicas	4	15	15	30		60
Atividades Aquáticas e suas bases Pedagógicas	4	15	15	30		60
Primeiros Socorros	4	30	30	0		60
Educação, Educação Física e Infância	4	60	0	0	0	60
Educação Física na Educação Básica	4	30	30	0	0	60
Projetos Integradores I	2				30	30
Projetos Integradores II	2				30	30
Projetos Integradores III	6				90	90
Projetos Integradores IV	6				90	90
Total (Grupo II)	96	705	390	315	240	1650
PCC (Grupo II)	21	-	-	315	-	315
Grupo II (Sem PCC)	89	705	390	0	240	1335
Disciplinas	CR	CH/T	CH/P	CH/P CC	CH/ Extensão	CH Total
Estágio Supervisionado I (Sem C/H do Projeto Integrador I)	6	15	75	0		90
Estágio Supervisionado II (Sem C/H do Projeto Integrador II)	6	15	75	0		90
Estágio Supervisionado III (Sem C/H do Projeto Integrador III)	8	30	90	0		120
Estágio Supervisionado IV (Sem C/H do Projeto Integrador IV)	8	30	90	0		120
Total (Estágio Supervisionado)	28	90	330	0	0	420
PCC (Grupos I e II)	27	-	-	405	-	405
Grupo III (Estágio supervisionado com PCCs dos Grupos I e II)	55	-	-	-	-	825

Subtotal (Grupos I e II)	172	1320	525	405	330	2580
Total (Grupos I, II e III)	200					3000

Fonte: O colegiado.

No Quadro 5 sintetizamos a distribuição da Carga Horária Total do curso, em atendimento ao que é exigido pela Resolução nº 2/2019, correlata a todos os cursos de licenciatura, incluindo, neste caso, a diferenciação dos três grupos e a especificação da PCC, Estágio Curricular Supervisionado (com e sem projetos integradores) e as atividades complementares.

Quadro 6 - Distribuição da carga horária total do curso

COMPONENTES	CARGA HORÁRIA (horas)
Grupo I	930
Grupo II	1650
Grupo III	825
Prática como Componente Curricular	405
Estágio Curricular Supervisionado (com Projetos integradores)	660
Estágio Curricular Supervisionado (Sem projetos integradores)	420
Atividades Complementares	210

Fonte: O colegiado.

3.8 Equivalências e aproveitamentos curriculares

Quadro 7 - Distribuição dos componentes curriculares obrigatórios, optativos e suas respectivas equivalências

TABELA DE EQUIVALÊNCIA					
Versão anterior do PPC			Versão nova do PPC		
Período	Disciplina	CH	Período	Disciplina	CH
1	Anatomia Humana I e Anatomia Humana II	120	1	Anatomia Humana	90
1	Fundamentos filosóficos da Educação Física	60	1	Fundamentos histórico-filosóficos da Educação Física	60
1	História da Educação Física	60	1	Fundamentos histórico-filosóficos da Educação Física	60
1	Bases pedagógicas dos jogos e brincadeiras	60	3	Fundamentos dos jogos, da recreação e do lazer	60

1	Biologia Aplicada à Educação Física e Fisiologia Humana	120	3	Bases biológicas e fisiológicas da Educação Física	60
2	Bases pedagógicas da dança escolar	90	5	Dança escolar e suas bases pedagógicas	60
2	Crescimento Humano e Desenvolvimento Motor	60	3	Comportamento motor	60
2	Bases pedagógicas do atletismo	90	3	Fundamentos do atletismo	60
3	Aprendizagem Motora	60	3	Comportamento Motor	60
3	Didática	90	2	Didática	60
3	Psicologia da Educação	90	1	Psicologia da Educação	60
3	Metodologia do Trabalho Científico	60	2	Metodologia do Trabalho Científico	60
3	História e Cultura Afro-Brasileira e Indígena	60	1	História e Cultura Afro-Brasileira e Indígena	60
4	Fisiologia do Exercício	60	4	Fisiologia do Exercício	60
4	Didática Aplicada a Educação Física	60	5	Didática Aplicada à Educação Física	60
4	Bases pedagógicas da ginástica	60	4	Fundamentos da Ginástica	60
4	Educação Física Adaptada	60	6	Educação Física Adaptada e Inclusiva	60
4	Higiene e Socorros de Urgência	60	3	Primeiros Socorros	60
4	Fundamentos socio-antropológicos da Educação Física	60	2	Fundamentos socio-antropológicos da Educação Física	60
5	Optativa I	60	7	Optativa I	60
5	Bases pedagógicas do futebol e futsal	60	5	Esportes coletivos e suas bases pedagógicas	90
5	Gestão e Políticas Públicas em Educação	60	6	Gestão e Políticas Públicas em Educação	60
5	Cinesiologia e Biomecânica do Movimento Humano	60	3	Cinesiologia e Biomecânica do Movimento Humano	60
5	Organização e promoção de eventos escolares	60	-	Não há equivalência	-
5	Estágio curricular supervisionado I em Educação Física - Educação Infantil	105	5	Estágio supervisionado I	120
6	Trabalho de Conclusão de Curso I	60	6	Pesquisa em Educação Física I	60
6	Bases pedagógicas do basquete e handebol	60	6	Esportes coletivos e suas bases pedagógicas II	60

6	Cineantropometria	60	4	Cineantropometria	60
6	Bases pedagógicas do voleibol	60	6	Esportes coletivos e suas bases pedagógicas II	60
6	Optativa II	60	8	Optativa II	60
6	Estágio curricular supervisionado II em Educação Física - Primeiro ao Quinto ano do Ensino Fundamental	105	6	Estágio supervisionado II	120
7	Linguagem Brasileiras de Sinais	60	7	Linguagem Brasileiras de Sinais	60
7	Bases pedagógicas das lutas	75	7	Lutas e suas bases pedagógicas	60
7	Ética aplicada à Educação Física	60	2	Ética Aplicada à Educação e Educação Física	60
7	Optativa III	60	8	Optativa III	60
8	Optativa IV	45	-	Não há equivalência	-
8	Educação Física e Meio Ambiente	60	2	Educação e Meio Ambiente	60
8	Bases Pedagógicas das atividades aquáticas	75	7	Atividades aquáticas e suas bases pedagógicas	60
8	Trabalho de Conclusão de Curso II	60	8	Pesquisa em Educação Física II	60
8	Bases pedagógicas dos esportes radicais	75	-	Não há equivalência	-
8	Bases Pedagógicas da Dança Escolar	90	5	Dança escolar e suas Bases Pedagógicas	60
8	Optativa III	60		Não há equivalência	
8	Bases Pedagógicas dos Esportes Radicais	75		Não há equivalência	

Fonte: O colegiado.

Com relação a distribuição dos componentes curriculares obrigatórios, optativos e suas respectivas equivalências houve uma diminuição de carga horária das seguintes disciplinas: Bases pedagógicas da dança escolar, Bases pedagógicas do atletismo, Didática e Psicologia da Educação, as quais apresentavam carga horária de 90 horas e passaram a ter equivalência com disciplinas com carga horária de 60 horas; Bases Pedagógicas dos Esportes Radicais, Bases pedagógicas das Lutas e Bases Pedagógicas das Atividades Aquáticas apresentavam carga horária de 75 horas e passaram a ter equivalência com disciplinas com carga horária de 60 horas. Desta forma, seguindo o Art. 94, do Regimento Acadêmico da UFT: o acadêmico será dispensado integralmente quando houver equivalência de 100% (cem por cento) de conteúdo programático e, no mínimo, 70% (setenta por cento) da carga horária ou 70 % (setenta por cento) do conteúdo programático

e 100% (cem por cento) da carga horária.

3.9 Migração curricular

O Processo de migração da Matriz Curricular 2018 para 2023 obedecerá a Nota Técnica PROGRAD de 29 de junho de 2016 que ressalta que não ocorrerá migração para os discentes que estiverem cursando os dois últimos semestres do curso na matriz curricular vigente. Em consonância com a Nota Técnica Prograd o curso fará a oferta dos componentes curriculares aos alunos do primeiro período no semestre subsequente à homologação da nova versão curricular do PPC.

Após a aprovação do PPC do curso no Consepe, a Coordenação do Curso solicitará a Direção do Câmpus a aprovação da migração de alunos do curso para a nova estrutura curricular, no Conselho Diretor do Câmpus, e posterior envio à Secretaria dos Órgãos Colegiados Superiores (SOCS), com os seguintes anexos:

- Elaboração da Tabela de Equivalência de Disciplinas da versão anterior com a versão atual;
- Elaboração da Listagem dos Alunos vinculados ao curso, especificando se fizeram ou não a adesão à nova estrutura curricular do curso;
- Colher assinatura dos alunos no Termo de Ciência e Adesão e/ou Termo de Ciência e Não Adesão à nova grade curricular;
- Apresentar a Ata do Colegiado do Curso com aprovação da proposta de migração para nova estrutura curricular informando ainda qual o semestre qual irá ocorrer a migração;
- Apresentar a Ata de Aprovação no Conselho Diretor do Câmpus, do pedido de migração dos alunos do Curso;
- Emitir Certidão atestando que não haverá prejuízo para a integralização curricular dos alunos do curso no processo de migração para nova grade curricular e que a oferta das disciplinas ocorrerá normalmente para os alunos que não optarem pela migração.

3.10 Metodologia

Este PPC busca implementar ações de planejamento e ensino, que contemplem o compartilhamento de disciplinas por professores (as) oriundos (as) das diferentes áreas do conhecimento; trânsito constante entre teoria e prática, através interdisciplinaridade entre diversos campo de conhecimento, que tem como objetivo fundamental garantir o processo de ensino/aprendizagem.

Assim, a integração definida como metodologia oportuniza a formação do perfil profissiográfico, definido neste projeto e marcam o caráter interdisciplinar a partir do acervo das disciplinas, pela troca de informações e pela interação com os seguintes elementos:

- Núcleos, Grupos, Linhas e Projetos de Pesquisa existentes;
- Intercâmbio com outros campi e pesquisadores;
- Relação com curso de Pedagogia, Ciências Sociais e Educação do Campo;
- Relação com Cursos de pós-graduação *lato sensu* existentes no câmpus.

Interface Pesquisa e Extensão

A formação do licenciado em Educação Física tem como princípio as atividades que contemplem uma construção articulada das atividades de Ensino, Pesquisa e Extensão visando a consolidação da produção do conhecimento bem como encontrar um equilíbrio entre demandas socialmente exigidas e as inovações que surgem do trabalho acadêmico.

Dessa forma, o Curso de Licenciatura em Educação Física visa a formação humana e a qualificação profissional da educação, em intercâmbio com os vários setores da sociedade nos quais este profissional virá a atuar.

As atividades de Ensino devem proporcionar ao aluno oportunidades de informação, vivências, observações, reflexões e práticas, com base nos fundamentos teórico-metodológicos ministrados em sala de aula, por meio de conteúdos programáticos a partir da matriz curricular visando a produção do conhecimento. Nessa dimensão, discute-se e aprofunda-se um novo conceito de sala de aula, que compreenda todos os espaços, dentro e fora da Universidade, em que se realiza o processo histórico-social com suas múltiplas determinações, passando a expressar um conteúdo multi e interdisciplinar, como exigência decorrente da própria prática.

As atividades de ensino compreenderão:

- Disciplinas;
- Grupos de estudos;
- Seminários temáticos;
- Webinários;
- Monitoria escolar;

- Monitoria Acadêmica;

Com relação à Pesquisa, reconhece-se um leque bastante diversificado de possibilidades de articulação do trabalho realizado na Universidade com os segmentos. Assume interesse especial a possibilidade de produção de conhecimento na interface universidade/escola, priorizando as metodologias participativas e favorecendo o diálogo entre categorias utilizadas por pesquisadores e pesquisadoras, visando a criação e recriação de conhecimentos que contribuam com as transformações sociais. Torna-se central a identificação do que deve ser pesquisado e para quais fins e interesses se buscam novos conhecimentos. Foram criadas três grandes áreas de Pesquisa, dentro das quais serão inseridas as linhas de pesquisa de cada professor/pesquisador:

I - *Estudos Biodinâmicos do Desempenho, Saúde e Movimento Humano*: estudos do movimento humano em suas diferentes manifestações, abrangendo seus aspectos biodinâmicos e relacionados à saúde;

II – *Estudos Socioculturais e Comportamentais do Movimento Humano*: estudos do movimento humano em suas diferentes manifestações, abrangendo seus aspectos socioculturais e comportamentais;

III – *Estudos em Educação e Movimento Humano*: estudos do movimento humano em suas diferentes manifestações, abrangendo seus aspectos educacionais.

A Extensão, entendida como uma das funções básicas da Universidade, e o processo educativo, cultural e científico que articula o Ensino e a Pesquisa de forma indissociável e viabiliza a relação transformadora entre Universidade e Sociedade. É tida, ainda, como uma via de mão dupla, com trânsito assegurado à comunidade acadêmica, que encontra na sociedade a oportunidade de elaboração da práxis de um conhecimento acadêmico. Esse fluxo, que estabelece a troca de saberes, o acadêmico e o popular, terá como consequência a produção do conhecimento resultante do confronto com a realidade brasileira e regional, a democratização do conhecimento acadêmico e a participação efetiva da comunidade na atuação da Universidade.

Farão parte das atividades de pesquisa e extensão:

- Participação em grupo de pesquisa;
- Projetos de Iniciação Científica;
- Projetos de Pesquisa institucionais;
- Autoria e execução de projetos ou cursos de extensão;
- Estágios extracurriculares em área congênere a formação do curso;
- Grupo de estudos pedagógicos em instituição escolar ou não-escolar;
- Estudo e produção artístico-cultural;

- Assessoria e acompanhamento de programas e projetos em instituições escolares e não escolares.

-

3.10.1 Inovação Pedagógica

Temos como desafios conceituais e metodológicos para o ensino e à aprendizagem a implementação de metodologias que incorporem o uso integrado de Tecnologias de Informação e Comunicação - TIC. Desta forma, através das novas tecnologias e do estudo social de cada turma acadêmica serão ofertadas possibilidades didáticas que visem a autonomia dos estudantes, o senso crítico, a proatividade e a busca pela emancipação dos mesmos na produção do conhecimento, além de contribuir para um lugar de estudo produtivo e prazeroso. Sendo assim, utilizar-se-á de Metodologias Ativas de Aprendizagem, tais como: Gamificação; Sala de aula invertida; Rotações por estações de aprendizagens; Aprendizagem entre pares; Aprendizagem baseada em problemas; Aprendizagem baseada em projetos; Cultura maker; Storytelling.

3.10.2 Gestão de Metodologias e Tecnologias Educacionais

Buscaremos adotar metodologias de ensino e tecnologias que sejam coerentes com a área, recorrendo à inovação pedagógica e desenvolvendo conteúdos multimídia e repositório digital (animações, áudio, imagens, vídeos e textos) para os componentes curriculares, bem como a criação de estratégias de planejamento, desenvolvimento e avaliação.

No início de cada semestre letivo ocorre a sincronização das matrículas e criação das turmas por meio do Sistema de Gestão Integrada de Salas Virtuais, possibilitando a criação das salas no Ambiente Virtual de Aprendizagem (AVA). Os docentes do curso de Educação Física fazem uso do AVA como ferramenta institucional, com possibilidade de desenvolvimento e distribuição de conteúdo, pois o AVA permite a criação de uma sala de aula virtual para o acompanhamento dos alunos e a realização de atividades de aprendizagem, rompendo os limites geográficos. Esse recurso é utilizado de maneira complementar no curso, uma vez que não existem componentes curriculares ofertados na modalidade a distância. A plataforma também possibilita o uso de ferramentas de interatividade, encontros síncronos, fórum, questionário virtual, gravação e disponibilização de vídeos, materiais didáticos complementares que podem ser usados a critério docente para otimizar suas estratégias didáticas.

3.10.3 Ambiente, Materiais e Ferramentas Assistivas

Atualmente, vinculado à Coordenação de Políticas de Acessibilidade (CoPA), contamos com os Setores de Inclusão e Acessibilidade Informacional (SIAI's) instalados em Araguaína e Tocantinópolis, 3 no total. Os SIAI's contam com equipamentos de tecnologias assistivas para atendimento às pessoas com deficiência, tais como: computadores com programas de reconhecimento de voz, Scanners de Voz, Leitor Autônomo de Textos, Impressora Braille (SIAI Araguaína), Lupa Eletrônica, Soroban para cálculos matemáticos, Regletes para estudantes com deficiência visual, Máquinas de escrever Braille, Teclado Digital Braille (Focus 40 Blue de 40 células) e bengalas.

Está em curso, gestado pela Coordenação de Políticas de Acessibilidade, o Programa de Monitoria Inclusiva que visa dar suporte aos estudantes com deficiência na universidade. A ação do programa se dá na medida de apoio direto às atividades em sala de aula, contraturno e, ainda, na produção de materiais didáticos para os alunos assistidos pela coordenação. A produção de material inclui transcrição e tradução de textos para áudio, ampliação de materiais para estudantes com baixa visão.

A coordenação conta, também, com Tradutores e Intérpretes de Libras que atuam em salas de aulas na tradução simultânea, eventos institucionais e produção de materiais em vídeos.

3.10.4 Tecnologias Sociais

Serão implementados processos, serviços, produção e técnicas aplicadas a problemas sociais com metodologias de ensino junto à comunidade, por meio de propostas inovadoras que promovam a inclusão socioprodutiva.

3.10.5 Formação e Capacitação Permanente

Para atendimento da formação continuada o curso conta o Plano de Desenvolvimento de Pessoas (PDP) que tem atualização anual e possibilita aos docentes o planejamento de ações de atualização e capacitação continuada.

O plano de qualificação docente - PQFD, periodicamente revisto e rediscutido, aprovado de maneira colegiada, tem a finalidade de garantir a capacitação dos docentes do curso, que conta hoje com a maioria do corpo docente com a titulação de doutor e um

cronograma de saída para doutorado e pós-doutorado.

A Universidade conta com o Programa de Formação Docente Continuada – PROFOR, como parte das estratégias de gestão acadêmica nessa área e no contexto da política de formação docente continuada e tem como objetivo ser parte integrante da política educacional da instituição, bem como uma atividade acadêmica voltada para a progressão na carreira docente.

São objetivos do PROFOR:

- Estimular o processo de reflexão crítica do docente sobre a prática pedagógica, buscando caminhos para a construção de uma aprendizagem significativa;
- Incentivar trocas de experiências e projetos que agreguem docentes e cursos, favorecendo a interdisciplinaridade;
- Respeitar as especificidades de cada curso e suas distintas relações com o processo ensino-aprendizagem;
- Incluir as discussões inerentes ao exercício da profissão docente no debate do processo ensino-aprendizagem;
- Proporcionar ao professor conhecer a dinâmica acadêmica e administrativa da instituição, apoiando e facilitando as ações e tomadas de decisões que permeiam a rotina do ensino de graduação.

3.10.6 Avaliação do Processo Ensino-Aprendizagem

Para acompanhamento dos processos de ensino-aprendizagem o Curso de Educação Física aprovou em Colegiado um modelo de plano de ensino que permite observar em cada componente curricular as estratégias elencadas para a construção do conhecimento, bem como das competências e habilidades requeridas ao profissional egresso.

Já as avaliações escritas usualmente utilizadas, podem ser agregados trabalhos de pesquisa e extensão e outros propostos pelos docentes, constituindo assim o processo de avaliação contínua, cumulativa e interdisciplinar, que vincule as modalidades de avaliação (diagnóstica, formativa, somativa) visando alcançar os objetivos da aprendizagem.

3.10.7 Atividades de Ensino-Aprendizagem

As principais atividades de ensino-aprendizagem no curso de Educação Física se traduzem naquelas relativas aos componentes curriculares, em função de suas identidades, a exemplo de aulas expositivas, exposições dialogadas, seminários, debates, entre outras.

O Estágio supervisionado obrigatório e não obrigatório, atividades de extensão, atividades de programas como o PIBID e o PIBIC, fazem parte do eixo integrador do curso e dinamizam a aprendizagem culminando muitas vezes em trabalho de conclusão de curso, o que evidencia a indissociabilidade das três dimensões constitutivas da educação superior, bem como as perspectivas que se abrem à inter e a transdisciplinaridade. Afinal, conforme pontuado por Freire (1996), não há saber mais ou saber menos, de tal modo que é necessário considerar os saberes diferentes, cujas inter e transdisciplinaridade permitem a integração e o diálogo entre esses saberes, criando um conhecimento mais completo e significativo.

Todas essas atividades, somadas às disciplinas eletivas cursadas em outros cursos, bem como às atividades complementares, se conjugam para uma sólida formação, voltada para o trabalho em equipe e para a solução de problemas, alinhando-se ao perfil profissional do egresso definido para o curso.

3.11 Estágio curricular supervisionado

O estágio curricular supervisionado está institucionalizado e contempla carga horária adequada, cuja relação orientador/aluno é compatível com as respectivas atividades, coordenação e supervisão. Para tanto, percebe-se a existência de convênios, estratégias para gestão da integração entre ensino e mundo do trabalho, considerando as competências previstas no perfil do egresso e interlocução institucionalizada da IES com o(s) ambiente(s) de estágio, gerando insumos para atualização das práticas do estágio.

Relação com a rede de escolas da Educação Básica

Os alunos deverão entregar a documentação na Divisão de Estágio em observância aos prazos previamente estabelecidos, antes da entrada na unidade concedente. Diante disso, a Divisão de Estágio comunicará aos professores responsáveis quais os alunos que estão com documentos pendentes, a fim de comprovação e efetivação dos requisitos de ingresso no campo. O Estágio Supervisionado será realizado em espaços formais de

ensino, promovendo articulações entre os saberes que constituem o cotidiano escolar e os saberes subjacentes às ações desenvolvidas com a comunidade, a partir dos projetos de extensão ofertados no campus. Todas as instituições devem ter convênios com a UFT possibilitando aos discentes a oportunidade de integração e comprometimento com a realidade social. A carga horária total de 660 horas do Estágio está distribuída da seguinte forma:

Quadro 8 - Distribuição da carga horária

Período	Disciplina	CH Teórica	CH Prática	CH Extensão	CH Total	Créditos
5º	Estágio Supervisionado I	15	75	30	120	8
6º	Estágio Supervisionado II	15	75	30	120	8
7º	Estágio Supervisionado III	30	90	90	210	14
8º	Estágio Supervisionado IV	30	90	90	210	14

Diretrizes do Estágio Supervisionado

A operacionalização dos aspectos legais acerca dos Estágios ficará sob a responsabilidade da Divisão de Estágio. Já no que se diz respeito a aspectos teórico-metodológicos e de natureza didático-pedagógica ficarão de responsabilidade do corpo docente do curso de Educação Física, prevendo ações de orientação aos discentes quanto à bibliografia, temas, programas de aulas/palestras/oficinas, elaboração de textos didáticos, indicação de recursos audiovisuais, articulação com ações de extensão, incluindo Programas esportivos, Projetos Integradores, dentre outros. Ressalta-se que os alunos vinculados ao curso poderão estabelecer interlocução com os professores das diferentes atividades e área de conhecimento, solicitando contribuições e orientações para suas demandas de estágio.

As disciplinas de Estágio Supervisionado poderão ser ministradas por até dois professores do colegiado do curso de Educação Física (formados em Educação Física), ficando igualitária a distribuição de carga horária entre ambos, que também devem trabalhar de maneira conjunta. O supervisor local da unidade de ensino onde ocorrerá o estágio deverá ser, a priori, um profissional de Educação Física. Os locais de estágio que não tiverem um profissional com essa formação, o colegiado do curso irá deliberar sobre a oferta nesse local.

Destaca-se que, prioritariamente, o Estágio deverá ocorrer nas escolas públicas

conveniadas, abrangendo, inclusive, outras ações para além da regência, tais como: gestão, auxílio em atividades extraclasse, mediação com atividades de extensão, dentre outros.

As horas de Estágio Curricular Supervisionado exigido pela Legislação Federal serão distribuídas ao longo dos dois últimos anos do curso, entre o 5º e o 8º períodos.

Atividades desenvolvidas no estágio curricular supervisionado

Para a realização do Estágio Curricular Supervisionado, o acadêmico deverá cumprir etapas a seguir relacionadas:

- Observação da estrutura, funcionamento, recursos e clientela da escola;
- Observação da atuação didático-pedagógica do professor regente da sala de aula em que está estagiando;
 - Coparticipação nas aulas, atuando em atividades de ensino sugeridas e/ou autorizadas pelo professor regente da sala de aula;
 - Regência em sala de aula em que está estagiando;
 - Desenvolvimento de atividades tais como planejamento, oficinas, palestras, reuniões, que correspondem a programação do estágio, de acordo com a orientação do professor da Unidade Concedente e do docente-orientador da IES;

Atribuições do Estagiário

- a) Registrar todas as atividades de estágio previstas;
- b) Entregar ao docente-orientador, no final do estágio, relatório das atividades realizadas;
- c) Informar-se, junto ao docente-orientador, de todas as atividades a serem desenvolvidas para o cumprimento integral do estágio;
- d) Comprovar a realização das atividades de observação, participação e regência da aula, através do preenchimento de ficha de frequência assinada pelo professor titular da disciplina e/ou pelo professor supervisor de estágio;
- e) Apresentar, em prazo fixado, o planejamento do conteúdo e das atividades didáticas ao professor de estágio, para análise e acompanhamento;
- f) Assumir a regência da turma na presença do professor na Unidade Concedente.

Supervisão de estágio curricular

A orientação das atividades desenvolvidas nos campos de estágio caracteriza-se como “supervisão direta”, através do acompanhamento contínuo de todo o processo pelo docente supervisor da UFT:

Cabe ao docente Supervisor da UFT:

- Orientar sobre as atividades de estágio e o preenchimento dos documentos necessários, contando com o auxílio da divisão de estágio;
- Acompanhar o estagiário quanto ao planejamento para sala de aula e o relatório das atividades desenvolvidas;
- Avaliar o desempenho do estagiário através de registros, observações e acompanhamento;
- Orientar e avaliar o monitor da disciplina, caso este preste auxílio na avaliação e reflexão da atuação dos alunos nas escolas.

Atribuições da Divisão de Estágio

- Coordenar a execução da política de estágios no âmbito dos campi, tendo como base a legislação em vigor e os documentos institucionais que a normatizam;
- Orientar e divulgar sobre os procedimentos, rotinas e padrões documentais relativos aos estágios obrigatórios e não obrigatórios da UFT;
- Manter indicadores sobre estágio atualizados, no âmbito do campus e seus respectivos cursos de graduação;
- Manter contato com os colegiados a fim de articular ações de acompanhamento e avaliação dos estágios junto aos cursos;
- Intermediar o contato entre os colegiados e a PROGRAD nos assuntos relacionados aos estágios;
- Assessorar os colegiados dos cursos e as unidades concedentes, exclusivamente em questões relacionadas aos estágios;
- Articular com outras organizações, contando com apoio dos colegiados, novos campos de estágio para os discentes;
- Assinar o Termo de Compromisso de Estágio, como representante da UFT enquanto Instituição de Ensino, no caso do estágio obrigatório e não obrigatório.

Estágio curricular não-obrigatório

Neste ponto, o discente deverá apresentar:

- a) Termo de Compromisso, em 03 vias assinadas pelas partes constituintes;
- b) Plano de Atividades, em 03 vias assinadas pelas partes constituintes.

Durante o estágio, o discente deverá ter a:

c) Ficha de Frequência cedida pela Divisão de Estágio que deverá ser assinada pelo responsável pelo acompanhamento após o cumprimento da carga horária pelo acadêmico na Unidade Concedente.

Ao final do estágio, o aluno deverá apresentar:

- d) Relatório de Atividades, em 01 via assinadas pelas partes constituintes;
- e) Ficha de Avaliação do Estagiário pelo Supervisor na Unidade Concedente, em 01 via devidamente assinada;
- f) Ficha de Avaliação do Estagiário pelo Supervisor de Estágio na UFT, em 01 via devidamente assinada;
- g) Termo de realização de estágio obrigatório, em 01 via devidamente assinada;
- h) Ficha de Frequência assinada, em 01 via devidamente assinada.

Todos estes documentos devem ser entregues à Divisão de Estágio para arquivamento em pastas individuais dos acadêmicos.

3.12 Atividades complementares

Os estudantes deverão cumprir, no mínimo, 210 horas de atividades teórico-práticas de aprofundamento em áreas específicas de interesse dos estudantes, realizadas em iniciação científica, iniciação à docência, projetos de extensão e em monitoria, entre outras, de acordo com o inciso III do artigo 12 da Resolução nº 02/07/2015. O quadro de atividades complementares está disposto no anexo 12.

As atividades complementares constituem atividades de ensino, de pesquisa e de extensão, de natureza acadêmico-científica e artístico-cultural, promovidas por diferentes instituições formativas, que propiciam vivências, saberes e experiências que contribuam com a formação do professor de Educação Física.

O aproveitamento, a validação e o registro das horas das atividades realizadas pelo acadêmico são de responsabilidade da coordenação do Curso. As horas para esse fim serão validadas mediante o pedido de integralização de horas protocolado na Instituição, devendo ser apresentados na ocasião os documentos comprobatórios das atividades previstas, a exemplo de certificados, diplomas, atas, atestados, declarações etc.

3.13 Trabalhos de Conclusão de Curso (TCC)

O Trabalho de Conclusão de Curso (TCC) é instrumento obrigatório para a integralização do curso pelo acadêmico e possui regimento próprio, cujo detalhamento das normas para elaboração de produção está previsto no manual de normalização para elaboração de trabalhos acadêmicos-científicos da UFT (2022).

Inicialmente, cumpre-nos destacar que o TCC referente ao curso de Licenciatura em Educação Física corresponde mais especificamente às disciplinas: Pesquisa em Educação Física I e II, ambas com carga horária total de 45 horas. A primeira prevê a construção de um projeto de pesquisa em Educação Física pautado no Manual de TCC aprovado pelo Curso de Licenciatura em Educação Física (anexo a este PPC), utilizando conhecimentos teóricos, metodológicos e éticos, sob orientação docente; enquanto a segunda, por sua vez, consiste na execução do projeto de pesquisa elaborado sob a orientação docente, pautado no referido Manual, incluindo, destarte, a construção de um artigo científico e a subsequente defesa pública do Trabalho.

A aprovação do estudante nas disciplinas de Pesquisa em Educação Física I e II é requisito indispensável para a conclusão do Curso e para a colação de grau, para todos os efeitos legais.

Finalmente, ressalta-se que, após a aprovação do trabalho, o manuscrito ficará disponível no repositório institucional da Universidade, com acesso livre e gratuito para todas e todos a partir do seguinte link: <https://repositorio.uft.edu.br/>.

3.14 Internacionalização

O curso tem como desafio a implementação da mobilidade acadêmica interna, externa e a internacionalização como possibilidade de ampliação da construção das competências expressas no Programa de Formação do aluno e no fortalecimento da perspectiva de construção do conhecimento em rede.

3.14.1 Políticas de apoio aos discentes

A Política de Assistência Estudantil da UFT é gerida pela Pró-Reitoria de Assuntos Estudantis (Proest), em articulação com as demais Pró-Reitorias afins, e constitui-se num

conjunto de ações voltadas para a promoção do acesso, permanência, acompanhamento e êxito dos(as) estudantes de graduação da UFT, na perspectiva da inclusão social, produção do conhecimento, melhoria do desempenho escolar, qualidade de vida e democratização do ensino.

Além disso, busca identificar necessidades e propor programas de apoio à comunidade universitária, que assegurem aos(as) estudantes os meios necessários para sua permanência e sucesso acadêmico, contribuindo para a redução da evasão e do desempenho acadêmico insatisfatório em razão de condições de vulnerabilidade socioeconômica e/ ou dificuldades de aprendizagem.

Os programas de assistência estudantil da Proest são ofertados por meio de editais. O primeiro passo que o(a) estudante deve dar para participar dos programas é submeter a documentação exigida para análise socioeconômica, na Plataforma do Cadastro Unificado de Bolsa e Auxílios (Cubo), realizada no Programa de Indicadores Sociais (Piso). O setor de assistência estudantil analisa a documentação e emite parecer. Após análise socioeconômica deferida, os(as) estudantes poderão se inscrever aos editais para concorrer aos auxílios, conforme critérios de cada edital, publicados na página da Proest: <https://ww2.uft.edu.br/proest>.

3.14.2 Políticas de pesquisa

A missão da Pró-Reitoria de Pesquisa e Pós-graduação é apoiar os processos inerentes à pesquisa e à pós-graduação, objetivando proporcionar a produção do conhecimento científico como base indutora das problemáticas regionais, em especial daquelas voltadas para a Amazônia, sem, contudo, a perda do caráter universal do conhecimento. Tem como principais eixos norteadores:

- I. Melhoria e ampliação da iniciação científica (Pibic);
- II. Fortalecimento e expansão da pós-graduação Stricto Sensu;
- III. Apoio à participação em eventos e à divulgação da produção científica da UFT;
- IV. Promoção de Capacitação pessoal docente e de técnico-administrativos;
- V. Apoio aos comitês técnico-científicos e de ética (PAC);
- VI. Implantação de programa de avaliação interna dos projetos de pesquisa e cursos de pós-graduação, como integrante dos projetos pedagógicos dos cursos e projetos;
- VII. Tradução de artigos.

A Propesq divide-se em Diretoria de Pós-Graduação, Diretoria de Pesquisa, Coordenadoria de Projetos e Coordenadoria-Geral do Programa de Iniciação Científica (Pibic).

O Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Científica (Pibic) é um programa centrado na iniciação científica de novos talentos em todas as áreas do conhecimento. Volta-se para o aluno de graduação, servindo de incentivo à formação de novos pesquisadores, privilegiando a participação ativa de alunos com bom rendimento acadêmico em projetos de pesquisa com mérito científico e orientação individualizada e continuada.

Os projetos devem culminar em um trabalho final avaliado e valorizado, com retorno imediato ao bolsista, com vistas à continuidade de sua formação, em especial na pós-graduação.

Considerando que o número de bolsas é sempre inferior à demanda qualificada no país, e também no Tocantins, a Propesq instituiu o Programa Institucional Voluntário de Iniciação Científica (Pivic), que contempla alunos e professores que tiveram seus projetos aprovados por mérito, pelo comitê científico do Pibic, mas que não foram contemplados com bolsa. Assim, os mesmos poderão participar ativamente do projeto de pesquisa do professor orientador, de forma institucional.

3.14.3 Políticas de extensão

A Pró-Reitoria de Extensão, Cultura e Assuntos Comunitários (PROEX), dispõe da Política de Extensão - Resolução n.º 05, de 2 de setembro de 2020, com o intuito de ancorar as ações de extensão.

Para os fins da inserção da extensão nos currículos dos cursos de graduação, de acordo com a Resolução n.º 7 de 18 de dezembro de 2018, art. 4º “as atividades de extensão devem compor, no mínimo, 10% do total da carga horária curricular estudantil dos cursos de graduação, as quais deverão fazer parte da matriz curricular dos cursos” (BRASIL, 2018).

Neste sentido, ressaltamos a relevância da normativa no tange a creditação da extensão nos currículos dos cursos de graduação da universidade para o fortalecimento do processo formativo dos estudantes e toda a comunidade acadêmica.

Toda a regulamentação e supervisão do processo de implantação será realizada pela Pró-reitora de Extensão.

3.14.4 Políticas de inclusão e acessibilidade

O direito da pessoa com deficiência à educação, com base em igualdade com as demais pessoas, é garantido pela Constituição Federal (BRASIL, 1988) e reiterado pela Convenção Internacional sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência (BRASIL, 2009), entre outros documentos nacionais e internacionais. No contexto de promoção da Educação Inclusiva no Brasil, o crescimento da matrícula de estudantes com deficiência na Educação Superior é uma realidade. Porém, além do direito irrefutável à matrícula, buscase atualmente a garantia do prosseguimento e do sucesso nos estudos superiores desses estudantes.

A UFT assume o compromisso com a inclusão ao criar a Comissão de Acessibilidade atendendo a todos os câmpus e cursos. Ressaltamos que a missão da UFT prevê para a Política de Inclusão a acessibilidade em suas variadas dimensões, são elas:

Acessibilidade: “Possibilidade e condição de alcance para utilização, com segurança e autonomia, de espaços, mobiliários, equipamentos urbanos, edificações, transportes, informação e comunicação, inclusive seus sistemas e tecnologias, bem como de outros serviços e instalações abertos ao público, de uso público ou privados de uso coletivo, tanto na zona urbana como na rural, por pessoa com deficiência ou com mobilidade reduzida” (Lei n.º 13.146/2015 – art. 3º, inciso I).

Acessibilidade atitudinal: ausência de barreiras impostas por preconceitos, estigmas, estereótipos e discriminações.

Acessibilidade comunicacional: ausência de barreiras na comunicação interpessoal, na comunicação escrita e na comunicação virtual (acessibilidade no meio digital). Para garantir essa dimensão de acessibilidade, é importante a aprendizagem da língua de sinais, utilização de textos em Braille, textos com letras ampliadas para quem tem baixa visão, uso do computador com leitor de tela, etc.

Acessibilidade digital: ausência de barreiras na disponibilidade de comunicação, de acesso físico, de tecnologias assistivas, compreendendo equipamentos e programas adequados, de conteúdo e apresentação da informação em formatos alternativos.

Acessibilidade Instrumental: ausência de barreiras nos instrumentos, utensílios e ferramentas de trabalho (profissional), estudo (escolar), lazer e recreação (comunitária, turística, esportiva, etc.) e de vida diária. Auxiliam na garantia dessa dimensão da acessibilidade os recursos de tecnologia assistiva incorporados em lápis, caneta, régua,

teclados de computador e mouses adaptados, pranchas de comunicação aumentativa e alternativa, etc.

Acessibilidade metodológica: ausência de barreiras nos métodos, teorias e técnicas de ensino/aprendizagem (escolar), de trabalho (profissional), de ação comunitária (social, cultural, artística etc.), de educação dos filhos (familiar), etc.

Com o desmembramento dos Câmpus de Araguaína e Tocantinópolis, a criação da Universidade Federal do Norte do Tocantins estabeleceu a Diretoria de Acessibilidade, Equidade e Políticas afirmativas (DAEP) que é o órgão, vinculado a reitoria, responsável por planejar, coordenar e acompanhar as políticas de acessibilidade e inclusão, políticas afirmativas e de diversidade. A DAEP tem em sua estrutura, a Coordenação de Políticas de Acessibilidade (COPA) que tem como finalidade planejar e coordenar as ações de inclusão às pessoas com deficiência no ambiente universitário.

3.15 Gestão do curso e os processos de avaliação interna e externa

A gestão do Curso é realizada através de estrutura de colegiado e composta por docentes e representantes discentes. O Colegiado é presidido pela chapa de um coordenador de curso e vice coordenador que tem seu mandato através de eleição bianual e função deliberativa conforme preconiza o Regimento Geral do Curso.

O plano de ação para as atividades de gestão da coordenação do curso é pautado nas políticas e diretrizes definidas pela Universidade no PDI.

Em 2003, quando do início de suas atividades, a UFT herdou a maior parte da estrutura física e administrativa da Universidade do Tocantins – Unitins. Como houve uma transformação significativa de personalidade jurídica e cultura institucional, as inúmeras dificuldades observadas nos primeiros anos de adaptação a um novo contexto foram inevitáveis. Com a realização dos primeiros concursos, seja para docentes, seja para técnicos administrativos, a UFT foi gradualmente promovendo sua expansão, ao mesmo tempo em que construía e amadurecia seus processos internos.

Nos últimos anos, é perceptível o avanço no alinhamento entre os processos de avaliação e de gestão. Para além do SIE (Sistema de Informações para o Ensino), a criação e implementação de sistemas informatizados em setores-chave da gestão administrativa e acadêmica, tais como o processo de matrícula em disciplinas, reserva de veículos e espaços para aulas e eventos, gerenciamento de projetos, o cadastro unificado de bolsas e auxílios (CUBO), além do sistema de gestão Naus, responsável por monitorar o

desenvolvimento das ações do PDI, segundo as unidades gestoras da UFT.

Neste contexto, destacam-se os trabalhos dos setores de Auditoria Interna – no sentido de controlar e fiscalizar o adequado cumprimento dos fluxos e procedimentos – e da Comissão Própria de Avaliação (CPA) – com vistas a evidenciar os resultados dos processos de avaliação interna, a fim de possibilitar a adoção de ações comprometidas com a melhoria institucional.

No que tange ao trabalho da CPA, os resultados das avaliações internas são encaminhados à gestão superior via relatórios periódicos, cujo principal documento é o Relatório de Avaliação Institucional – produzido anualmente. Estes relatórios são compartilhados com a comunidade acadêmica (professores, estudantes e técnicos administrativos), a fim de divulgar não apenas o modo como a UFT é avaliada, mas de que forma avançar nos eixos e dimensões estabelecidos pelo Sinaes.

Os mencionados sistemas carecem de aprimoramento, sobretudo quanto à intuitibilidade e integração, mas revelam não apenas o esforço da gestão em atender às demandas apontadas pelo processo de avaliação interna, mas também das necessidades da própria sociedade. Assim, para que a evolução institucional seja permanente, faz-se necessário estimular a observação crítica, a vivência, o permanente debate, a soma de experiências e a diversidade de ideias e atores, na perspectiva de que a universidade (trans)forma e é (trans)formada.

3.16 Acompanhamento e avaliação dos processos de ensino-aprendizagem

A avaliação tem como base o aspecto político-pedagógico, cujo objetivo é emancipar, oportunizando para esse sujeito a liberdade de escrever sua própria história na construção do conhecimento. Partindo desse pressuposto, a avaliação constitui-se em um processo contínuo que envolve ações de diagnóstico, análise, acompanhamento e proposição de ações para a superação das dificuldades encontradas e o reforço dos pontos positivos, bem como a avaliação da própria avaliação. Nesse processo, é importante destacar a integração de todos os setores que compõem a Universidade.

A avaliação do aluno nesses eixos contempla uma abordagem interdisciplinar e, sempre que possível, será realizada por meio de uma proposta interdisciplinar. Será feita a realização de Seminários Interdisciplinares durante a oferta do eixo, com a participação de todos os professores envolvidos, com o intuito de promover um debate mais ampliado da temática. O processo avaliativo da disciplina será composto de avaliação específica da

disciplina e avaliação conjunta com as disciplinas em que ocorreu a articulação. Ou seja, será previsto, que parte da nota referir-se-á ao conteúdo ministrado pelo professor da disciplina e parte será aferida pela atividade resultante do trabalho interdisciplinar. A avaliação é um aspecto fundamental no processo de inovação do ensino, pois se não e muda a avaliação, será muito difícil fazer alguma coisa que tenha consistência. A avaliação formativa é a base do processo ensino e aprendizagem baseado em problema e centrado no estudante. Todavia, a grande dificuldade enfrentada pelos professores está centrada na avaliação da aquisição de conhecimentos e em adotar um processo de avaliação, com enfoque interdisciplinar, que articule diferentes áreas do conhecimento, de fazeres e de atitudes nos processos de ensino e aprendizagem como forma de se conhecer as limitações e potencialidades do aluno na sua aprendizagem, em seus aspectos cognitivos, de aquisição de habilidades e atitudes/ comportamentos.

Segundo Bordenave & Pereira (2001, p.70), somente a adoção de uma atitude interdisciplinar permite a identificação precoce dos problemas que o aluno pode ter em seu trabalho e, ao fazê-lo, permite ao estudante identificar as suas dificuldades e buscar os caminhos de correção. A construção de um currículo interdisciplinar pressupõe a possibilidade de reduzir a hegemonia dos saberes, de projetá-los numa mesma dimensão epistemológica, sem negar os limites e a especificidade das disciplinas. Pressupõe, também, que o currículo seja entendido como algo em processo, aberto às diferenças, aos contextos historicamente marcados e às temporalidades dos sujeitos implicados nesse processo. Conforme Macedo (2002, p. 32):

[...] trata-se de perceber a duração, o inacabamento e uma falta que movem incessantemente; a contradição que nos sujeitos em interação e nas estruturas movimenta a realidade e o conhecimento a respeito dela. O caráter temporal que implica na transformação, na historicidade, demanda, acima de tudo, uma atitude face ao conhecimento como um produto de final aberto, em constante estado de fluxo e infinitamente inacabado.

Nessa perspectiva, são os atos de currículo que se articulam no mundo da escola, situados em um contexto construído, que, efetivamente, constroem o currículo. As questões como, quê e por quê se tornam fundamentais para o entendimento do currículo, uma vez que levam em conta a forma de ser e de estar no mundo dos alunos. A avaliação, nessa perspectiva, assume um caráter processual e gradual, exigindo um esforço coletivo e contínuo no processo de pensar, agir e transformar.

Nesse sentido, o processo avaliativo apresenta-se como uma ferramenta para a promoção da aprendizagem e para a melhoria das práticas pedagógicas, bem como um

instrumento de diálogo e reflexão coletiva, considerando, desta forma, a complexidade e a diversidade dos saberes envolvidos na prática educativa (TARDIF, 2002; LUCKESI, 2005).

3.17 Atividades práticas de ensino

3.17.1 Atividades práticas de ensino para áreas da saúde

Quanto ao aprendizado prático, a proposta do curso de Educação Física é uma diversificação através dos projetos de pesquisa e extensão com a finalidade de discutir Saúde na Escola, realizando o diálogo com o Projeto Saúde na Escola, um dos implementados pelo SUS. Além disso, no presente PPC é observável ainda a presença da disciplina de Educação Física e Saúde a qual tem a finalidade de apresentar conceitos básicos sobre o SUS, atenção primária, secundária e terciária em saúde, além das possibilidades de atuação do Licenciado em Educação Física nos espaços do SUS, cenário de prática dos alunos em programas como Saúde da Escola, Estratégia Saúde da Família, Unidades Básicas de Saúde, Programas de Saúde da Criança, Saúde do adolescente, Saúde da mulher, Saúde do homem, Saúde da pessoa idosa, Saúde dos indígenas, Saúde Mental, além dos diversos laboratórios do Curso e discutir a interação deste profissional e inserção dos mesmos nos serviços do SUS desde os primeiros anos do Curso.

3.17.2 Atividades práticas de ensino para licenciaturas

Este Projeto Pedagógico busca implementar ações de planejamento e ensino, que contemplem o compartilhamento de disciplinas por professores(as) oriundos(as) das diferentes áreas do conhecimento; trânsito constante entre teoria e prática, através da seleção de conteúdos e procedimentos de ensino; eixos articuladores por semestre; professores articuladores dos eixos, para garantir a desejada integração; atuação de uma tutoria no decorrer do ciclo de formação geral para dar suporte ao aluno; utilização de novas tecnologias da informação; recursos áudios-visuais e de diferentes plataformas digitais.

As atividades práticas são, portanto, direcionadas para capacitar o Licenciado em Educação Física para atuar na Educação Básica e na Educação Profissional, desenvolvendo seu trabalho no magistério nas diferentes etapas da educação básica: Educação Infantil, Ensino Fundamental, anos iniciais e finais, e Ensino Médio. Tais atividades visam promover a Educação através das práticas esportivas, jogos, ginástica,

lutas e expressões corporais, com o objetivo de evidenciar os aspectos da aprendizagem e do desenvolvimento motor, cognitivo, psíquico e social. Em termos profissionais, a preparação do Licenciado em Educação Física está orientada para sua atuação na escolarização básica, planejando, implementando e avaliando programas de Educação Física escolar.

3.18 Integração com as redes públicas de ensino

Os convênios são estabelecidos com a Diretoria Regional de Ensino (DRE) no sentido de promover espaços destinados para o desenvolvimento das estratégias didático-pedagógicas. Dentre as redes públicas de ensino, destacam-se: Escola Estadual XV de Novembro; Escola Estadual Darcy Marinho; Escola Estadual Giuliano Moretti; Escola Estadual Padrão; Escola Paroquial Cristo Rei, etc.

3.19 Integração do Curso com o Sistema Único de Saúde (SUS)

A estrutura curricular do Curso de Educação Física do Câmpus de Tocantinópolis foi definida coletivamente em conformidade com as Diretrizes Curriculares Nacionais dos Cursos de Graduação em Educação Física referente à Resolução nº6, de 18 de dezembro de 2018.

A formação do aluno tem como referência na Educação Física, área de conhecimento e de intervenção profissional adotando como objeto de estudo e de aplicação a motricidade ou movimento humano, a cultura do movimento corporal, e foco nas diferentes formas e modalidades do exercício físico, da ginástica, do jogo, do esporte, das lutas e da dança, visando atender às necessidades sociais no campo da saúde, da educação e da formação, da cultura, do alto rendimento esportivo e do lazer.

Essa formação compreende na etapa comum conhecimentos das dimensões e implicações biológicas, psicológicas e socioculturais da motricidade humana/movimento humano/cultura do movimento corporal/atividade física, através da disciplina de Educação Física e Saúde que envolve aspectos concernentes ao desenvolvimento de competências e habilidades e ao adequado conhecimento do SUS apresentando como conteúdo essenciais para o Curso de Educação Física relacionados aos fundamentos da Saúde Coletiva e Pública com ênfase na Educação Física, determinantes sociais da saúde e da doença, fundamentos de higiene individual e coletiva, epidemiologia da atividade física e saúde, vinculando tais conteúdos na Atenção Primária à Saúde com ações, programas e

estratégias de promoção da saúde relacionando à atividade física como coadjuvante terapêutica nas doenças crônicas não transmissíveis e nas práticas corporais da promoção da saúde e prevenção de doenças durante todo o ciclo da vida inserindo aos Programas de Promoção da Atividade Física com ênfase na Saúde da Escola e nos Hábitos nocivos à saúde e saneamento de locais para prática da Educação Física, nos serviços públicos de saúde, estimulando a interação do tripé universitário no que tange ao ensino, pesquisa e extensão e na construção do conhecimento integrado.

Desse modo, a integração do curso com o Sistema Único de Saúde (SUS) local e regional está formalizada por meio de convênio, conforme as DCN e/ou o PPC, que viabiliza a formação do discente em serviço e permite sua inserção em equipes multidisciplinares e multiprofissionais, considerando diferentes cenários do Sistema, com nível de complexidade crescente.

4 CORPO DOCENTE OU TUTORIAL

4.1 Núcleo Docente Estruturante (NDE)

O NDE do Curso possui regimento próprio anexo a este PPC, alinhado a normativa nacional e interna da UFT, contando com o mínimo de cinco docentes efetivos do curso, dentre eles o coordenador do curso. Por ser um órgão consultivo, os membros atuam no acompanhamento, consolidação e atualização do PPC, realizando estudos e atualização periódica, verificando o impacto do sistema de avaliação de aprendizagem na formação do estudante e analisando a adequação do perfil do egresso, considerando as DCN e as novas demandas do mundo do trabalho. A maior parte dos integrantes possui titulação de doutorado e dedicação exclusiva. A composição do Núcleo Docente Estruturante é feita periodicamente conforme regulamentação específica da IES, mantendo sempre parte dos seus membros desde o último ato regulatório. O mandato é de dois anos com possibilidade de recondução para igual período.

4.2 Corpo docente

O curso possui um total de 12 docentes efetivos, dos quais 6 (seis) possuem a titulação de licenciatura plena em Educação Física, 2 (dois) são licenciados em Educação Física, 1 (uma) é bacharel em Educação Física, 1 (um) é bacharel e licenciado em Educação Física, 1 (uma) é licenciada em Pedagogia e 1 (uma) é graduada em Psicologia. O curso tem 8 (oito) docentes doutores, e 4 (quatro) cursando o doutorado. Até o presente momento, todos os docentes do curso de Licenciatura em Educação Física exercem suas funções no regime de dedicação exclusiva.

A formação acadêmica dos docentes está de acordo com o proposto pelo curso e a elevação da qualidade está vinculada ao acompanhamento direto aos discentes através de atendimentos, grupos de estudos, e planos de ensino.

4.3 Titulação, formação e experiência do corpo docente do curso

Docente	Titulação e área de formação	Disciplinas ministradas	Regime de trabalho	Link para acesso ao currículo Lattes dos docentes
Adriano Filipe Barreto Grangeiro	Doutor / Bacharel em Fisioterapia / Licenciado em Educação Física	Anatomia Humana / Cinesiologia e Biomecânica do Movimento Humano / Educação Física e Saúde	40h - Dedicção Exclusiva	http://lattes.cnpq.br/2025306381784519
Adriano Lopes de Souza	Doutor / Licenciado em Educação Física	Didática aplicada à Educação Física / Política e Organização da Educação Básica / Estágio Supervisionado II / Estágio Supervisionado IV	40h - Dedicção Exclusiva	http://lattes.cnpq.br/5571616637089653
Alessandra Araújo de Souza	Doutora / Licenciada Plena em Educação Física	Dança Escolar e suas bases pedagógicas / Bioestatística aplicada à Educação Física / Bases Biológicas e Fisiológicas da Educação Física	40h - Dedicção Exclusiva	http://lattes.cnpq.br/5296602752163387
Bruno Fernandes Antunez	Mestre / Licenciado e Bacharel em Educação Física	Primeiros socorros / Lutas e suas bases pedagógicas / Pesquisa em Educação Física II	40h - Dedicção Exclusiva	http://lattes.cnpq.br/3490139239498750
Carliene Freitas da Silva Bernardes	Doutorada / Bacharel em Psicologia	Ética aplicada à Educação e à Educação Física / Metodologia do trabalho científico / Psicologia da Educação	40h - Dedicção Exclusiva	http://lattes.cnpq.br/5078133128796671
Joana Marcela Sales de Lucena	Doutora / Bacharel em Educação Física	Comportamento motor / Estágio Supervisionado I / Estágio Supervisionado II / Estágio Supervisionado IV	40h - Dedicção Exclusiva	http://lattes.cnpq.br/4621507340810122
Leandro Ferraz	Doutor / Licenciado Pleno em Educação Física	Educação, Educação Física e Infância / Fundamentos socioantropológicos da Educação Física / Fundamentos Históricos e Filosóficos da	40h - Dedicção Exclusiva	http://lattes.cnpq.br/1582969539589881

		Educação Física		
Marilene Soares da Silva	Mestre / Licenciada em Pedagogia	Didática / História e cultura afro-brasileira e indígena / Leitura e Produção de Texto	40h - Dedicção Exclusiva	http://lattes.cnpq.br/5710253493904057
Mayrhone José Abrantes Farias	Doutor / Licenciado Pleno em Educação Física	Pesquisa em Educação Física I / Pesquisa em Educação Física II	40h - Dedicção Exclusiva	http://lattes.cnpq.br/2063922075191113
Orranette Pereira Padilhas	Mestre / Licenciada Plena em Educação Física	Esportes Coletivos e suas bases pedagógicas II / Atividades Aquáticas e suas bases pedagógicas / Programa II: iniciação esportiva	40h - Dedicção Exclusiva	http://lattes.cnpq.br/9654733810049713
Rubens Vinícius Letieri	Doutor / Licenciado Pleno em Educação Física	Cineantropometria / Fisiologia do Exercício	40h - Dedicção Exclusiva	http://lattes.cnpq.br/3318641080643496
Sanderson Soares da Silva	Mestre / Licenciado Pleno em Educação Física	Estágio Supervisionado III / Esportes Coletivos e suas bases pedagógicas I / Fundamentos da Ginástica / Fundamentos do Atletismo	40h - Dedicção Exclusiva	http://lattes.cnpq.br/5803532603263017

5 INFRAESTRUTURA

O câmpus universitário de Tocantinópolis possui atualmente 2 (duas) áreas para atendimento de 5 (cinco) cursos presenciais. Uma das áreas tem 7.200m², está localizada em área privilegiada no centro da cidade. Neste espaço central estão contempladas 03 (três) salas de aula equipadas com *datashow*, 24 salas de professores, 02 salas administrativas, 03 salas para Centros Acadêmicos (cursos de Educação do Campo, Direito, e Ciências Sociais), 01 copa, 01 sala de vigilantes, 01 sala para o pessoal da manutenção, 01 sala para videoconferência, 01 sala destinada para os recursos humanos de Tecnologia da Informação, 06 salas destinadas para depósito (bens inservíveis e servíveis), e 15 laboratórios. No quadro abaixo segue a relação de laboratórios da Unidade Centro:

Quadro 9 - Laboratórios da Unidade Centro

Ord.	Laboratório	Curso/ Responsável	Localização
1	Laboratório de Estudos do Movimento Humano	Educação Física	Unidade Centro
2	Laboratório de Fisiologia Humana e do Exercício	Educação Física	Unidade Centro
3	Sala de Dança e Expressão Corporal	Educação Física	Unidade Centro
4	Sala de Lutas	Educação Física	Unidade Centro
5	Núcleo de Investigação Multidisciplinar em Educação Física (NIMEF)	Educação Física	Unidade Centro
6	Laboratório de Pesquisa e Extensão em Etnomusicologia	Educação do Campo	Unidade Babaçu
7	Cena - Teatro	Educação do Campo	Unidade Centro
8	Ciranda	Educação do Campo	Unidade Centro
9	Núcleo de Cartografia Social e Agroecologia	Educação do Campo	Unidade Centro
10	Núcleo de Estudos e Pesquisas Interdisciplinares da África e dos Afro-brasileiros (NEAF)	Ciências Sociais	Unidade Centro
11	Laboratório de Cidadania e Direitos Humanos	Ciências Sociais	Unidade Centro
12	Laboratório Interdisciplinar de Apoio Pedagógico (LIAPE)	Pedagogia	Unidade Centro
13	Clube de Leitura Blackout virtual	Pedagogia	Unidade Centro
14	NASP - Núcleo de Apoio Sociopedagógico	Diest	Unidade Centro
15	Núcleo de Práticas Jurídicas (NPJ)	Direito	Centro

Em 2013 foi doada uma área de 223.240m² para a construção da nova Unidade situada na entrada da cidade de Tocantinópolis, e em 2018 foi realizada sua inauguração com 09 salas de aula, 1 quadra de esporte não coberta, e 05 laboratórios. Neste sentido, desde o ano de 2019 o curso de Licenciatura em Educação Física tem aulas de disciplinas sendo ministradas na Unidade Babaçu, assim como na Unidade Centro (disciplinas que exigem a utilização de espaços públicos presentes na região próxima ao Centro). Abaixo segue a lista com os 5 laboratórios da Unidade Babaçu:

Quadro 10 - Laboratórios da Unidade Babaçu

Ord.	Laboratório	Curso/ Responsável	Localização
1	Laboratório de Anatomia	Educação Física	Unidade Babaçu
2	Laboratório de Artes	Educação do Campo	Unidade Babaçu
3	Laboratório de Música	Educação do Campo	Unidade Babaçu
4	LABIM – Laboratório de Informática	Centro	Unidade Babaçu
5	Programa de Apoio da Parentalidade (PAPU)	Carliene	Unidade Babaçu

Para suporte às atividades de ensino, pesquisa e extensão o Câmpus conta com a frota de 2 micro-ônibus com 12 ou 28 lugares, e 2 caminhonetes.

Para atendimento de atividades práticas do curso que necessitam de piscina, ginásio, quadra, pista de atletismo, dentre outros, o curso utiliza espaços públicos que pertencem ao estado ou município e possuem prévia colaboração e acordo de cessão com a UFT. O quadro abaixo aponta para as estruturas físicas existentes na cidade de Tocantinópolis e são utilizadas mediante parcerias com o poder público municipal e estadual e instituições privadas, através de convênio para firmar parceria:

Quadro 11 - Estrutura Física de Tocantinópolis

ESPAÇO FÍSICO	DEPENDÊNCIA ADMINISTRATIVA	CONDIÇÕES
Escola Estadual XV de Novembro	Estado/Seduc	01 quadra de esporte coberta
Escola Estadual Darcy Marinho	Estado/Seduc	01 quadra de esporte coberta e laboratório de anatomia.
Escola Estadual Giuliano Moretti	Estado/Seduc	01 quadra de esporte coberta
Escola Estadual Girassol de Tempo Integral Professora Aldenora Alves Correia	Estado/Seduc	01 quadra de esporte coberta
Colégio Estadual Professor José Carneiro de Brito	Estado/Seduc	01 quadra de esporte coberta
Escola Estadual Padrão	Estado/Seduc	01 quadra de esporte coberta
AABB	Banco do Brasil	Piscina Quadra de Esportes Academia
Estádio Lauro Assunção	Prefeitura de Tocantinópolis	Campo de Futebol Pista de Atletismo (processo de conclusão)
Academia da Melhor Idade	Prefeitura de Tocantinópolis	Aparelhos Aeróbicos para atividade física da terceira idade

Fonte: O colegiado.

Somados a esses espaços presentes na cidade, em abril de 2020 o curso passou a contar ainda com uma quadra de esportes não coberta, e um campo de futebol society em processo de reestruturação da grama, recém-construídos na Unidade Babaçú. Ressalta-se que apesar desses novos espaços, ainda se faz necessário que espaços como piscina olímpica, ginásios, pista de atletismo, salas para aulas de dança, ginástica e lutas sejam também construídos. Ainda nesta unidade, são ocupadas cinco salas, das quais quatro são para ministrar aulas, e duas foram destinadas para o Laboratório de Anatomia e de Fisiologia. Na Unidade Centro há salas que foram adaptadas e destinadas para o laboratório de expressão corporal, ginástica e lutas. O colegiado do curso compreende ainda que outros laboratórios devem ser estruturados para que ocorra melhor aprendizagem dos conteúdos das disciplinas, sendo eles: a) Laboratório de Biomecânica e Musculação; b) Laboratório de Observação do Lazer e da Recreação; c) Laboratório de Expressão Corporal.

5.1 Infraestrutura do câmpus

5.1.1 Sala de direção do câmpus

A sala da Direção do Câmpus é dividida em recepção ou Coordenação de Apoio à Direção com 37,5m² e sala do diretor do Câmpus com 22,1m². Todas as salas são climatizadas e equipadas com itens de escritório, mobiliário e internet sem fio. O atendimento a comunidade acadêmica e visitantes externos é realizada na sala do Diretor.

5.1.2 Espaço de trabalho do coordenador e para docentes

A coordenação do curso está localizada no prédio administrativo da Unidade Babaçú, cuja sala é climatizada, mobiliada com equipamentos adequados, com internet e ramal telefônico, viabilizando as ações acadêmico-administrativas, e o atendimento às necessidades institucionais, docentes e discentes.

Na unidade Babaçú ainda não constam salas para os professores, entretanto, na Unidade Centro há dois blocos, cada um com 256,69m² com 10 salas de professores estruturadas como internet, ar-condicionado, ramal, computadores, mobiliários e capacidade de atender até 22 professores. Também compreende uma sala de reunião para cada bloco com capacidade para 30 pessoas.

Atualmente há 2 (duas) salas de reuniões na unidade centro as quais são amplas, climatizadas e com móveis. Esses espaços foram criados com a finalidade de acolher as reuniões dos Colegiados existentes, mas vê-se que, nas mesmas pode-se realizar outras reuniões em quaisquer horários em razão de que os Colegiados existentes têm sua rotina, a qual não impede a realização de outras atividades nesses espaços existentes.

Cada docente possui autonomia para reserva de salas de reunião, auditórios e salas de aulas através de sistemas da Universidade.

5.1.3 Sala de aula

As aulas ocorrem nas salas de aula da Unidade Babaçu: Neste espaço há 10 salas de 52m² cada com capacidade para 50 alunos podendo atender até 500 alunos por turno, em total de 1500 em 3 turnos. Essas salas ficam localizadas em espaço de 1561,41m² que ainda contempla o auditório, copiadora, sala de multimídia, CAs, brinquedoteca, banheiros e cineclubinho. Possui também um pátio de circulação de 224,00m². As referidas salas possuem espaço, iluminação, climatização e mobiliários adequados e podem ser utilizadas juntamente com os outros dois cursos existentes ou no período vespertino em razão de que nesse turno as mesmas ficam totalmente ociosas. O fato de prevermos apenas uma entrada anual do Curso de Educação Física certamente facilitará a implantação do mesmo. Pense-se também, caso necessário, na possibilidade de reduzirmos uma entrada no Curso de Pedagogia a fim de acolhermos melhor o Curso de Educação Física.

5.1.4 Instalações administrativas

Os setores administrativos estão localizados na unidade Babaçu e contam com a estrutura administrativa: Direção do Câmpus, Coordenação Acadêmica, Coordenação Administrativa, Coordenação de Infraestrutura, Coordenação de Gestão de Pessoas. Todos com salas climatizadas, equipamentos de escritório e acesso a internet.

5.1.5 Estacionamento

As duas unidades (Centro e Babaçu) possuem estacionamento próprio, sinalizados e com espaços destinados a idosos e pessoas com deficiência.

5.1.6 Acessibilidade

Na Unidade Centro há adaptações para pessoas com deficiência, instalação de rampas de acesso para todos os setores e os banheiros são adaptados para deficientes físicos. Também o transporte recebeu adaptações, atualmente possui um microônibus com espaço adaptado para cadeirante. Já na Unidade Babaçú, há uma rampa construída, porém, ainda é necessário que outras medidas de acessibilidade sejam tomadas como ajuste do piso ao redor da unidade, e rampa para acesso a quadra de esportes.

5.1.7 Equipamentos de informática, tecnológicos e audiovisuais

O Laboratório de Informática de Multimídia (LABIN) é um espaço interdisciplinar onde se desenvolve a pesquisa e a extensão em interface com outros cursos como Pedagogia e Psicologia, por exemplo. Equipado com computadores e outros equipamentos de multimeios visa à utilização da informática como auxiliar do ensino, da pesquisa e da extensão através da introdução de uma metodologia que proponha atividades fora da sala de aula convencional e que utilize recursos como: internet, vídeo, cinema, filmografia, etc.

Atualmente, o LABIN está localizado na Unidade Babaçú do câmpus de Tocantinópolis, há ainda outro laboratório de informática da Unidade Centro na Divisão de Estágio e Assistência Estudantil (DIEST). Para a utilização dos computadores nesses espaços solicita-se aos docentes e técnicos-administrativos que seja realizado agendamento prévio. Computadores de mais livre acesso para os alunos podem ser encontrados na Biblioteca do Câmpus Tocantinópolis, atualmente localizada na Unidade Babaçú.

O atual laboratório possui uma área de 91m² com 32 computadores e atendimento das 14h00min às 17h00min, e os docentes também podem reservar o LABIN. O número é suficiente, pois atende não só a comunidade acadêmica como também a externa. Com gestão eficiente do espaço, será possível atender a todas as necessidades acadêmicas, sendo assim o novo laboratório pensado para o novo câmpus.

5.1.8 Biblioteca

Localizada na Unidade Babaçu, a biblioteca funciona como órgão suplementar, previsto no regimento geral da UFT, que tem por finalidade atender às necessidades

informacionais da Universidade no desempenho de suas atividades de ensino, pesquisa e extensão. A Biblioteca do Câmpus Universitário de Tocantinópolis foi piloto na implantação do SISBIB/UFT, no processo de informatização e a primeira a terminar a composição do banco de dados bibliográficos. Atualmente estão com o acervo bibliográfico cem por cento inseridos no SIE - módulo biblioteca.

5.1.9 Bibliografia básica e Complementar por Unidade Curricular (UC)

A principal forma de atualização do acervo se dá pela observação dos projetos pedagógicos dos cursos de Pedagogia e Ciências Sociais. Professores e alunos também podem enviar listas com sugestões de livros para aquisição.

O acervo da Bibliografia básica é adequado em relação às unidades curriculares e aos conteúdos descritos no PPC e está atualizado considerando a natureza das UC.

O setor responsável pelo desenvolvimento de políticas no que se refere a aquisição do acervo bibliográfico da UFT é a Coordenação do Sistema de Bibliotecas - SISBIB. Para tanto, na UFT, para a composição da bibliografia básica são necessários 03 (três) títulos, e a bibliografia complementar, 05 (cinco). Sendo assim, para atender a demanda de estudantes, solicita-se a compra de pelo menos 01 (um) exemplar de cada título para menos de 05 (cinco) vagas pretendidas/autorizadas de discentes para o curso. Atualmente a UFT não possui convênios com periódicos especializados na área de Educação Física.

Bibliografia básica importada: serão adquiridos conforme necessidade e quando não existir tradução em português. No entanto, não será adquirido na mesma proporção do livro nacional. Este controle se faz necessário em virtude do menor número de usuários que utilizam documentos em outros idiomas.

5.1.10 Periódicos especializados

A “Arquivos Brasileiros de Educação Física” é a primeira revista científica na área de Educação Física do Norte do Tocantins, cuja missão principal consiste em difundir o conhecimento na área de Educação Física com qualidade científica. A Arquivos Brasileiros de Educação Física tem o árduo desafio de trazer à tona o conhecimento científico no campo da Educação Física desta região, incentivando a publicação de trabalhos científicos que prezem pela ética profissional, qualidade metodológica e crescimento da área na região. Para tanto, publica artigos originais, revisões sistemáticas, metanálises, resenhas,

ensaios clínicos, estudos de casos e cartas ao editor com temas vinculados à Educação Física.

Por outro lado, a UFT ainda não possui o acesso online a periódicos especializados da área.

5.1.11 Relatório de adequação da bibliografia básica e complementar

O Núcleo Docente Estruturante do curso de Licenciatura em Educação Física realizou estudo para verificar se a quantidade de títulos presentes na Biblioteca contemplaria o mínimo necessário para a Bibliografia Básica e Complementar. Nesse sentido, procedeu-se com a contagem de, no mínimo, um livro por cada título da Bibliografia Básica e Complementar para cada cinco vagas autorizadas.

Logo, para o cálculo, adotou-se o critério de ter, no mínimo, 8 livros por título para que o título fosse classificado como “atende a bibliografia básica” ou “atende a bibliografia complementar”, caso o título possuísse menos do que 8 livros ele foi classificado como “não atende a bibliografia básica” ou “não atende a bibliografia complementar”. Nesse sentido, o NDE do curso verificou que dos 197 títulos da Bibliografia Básica disponível na biblioteca, 86 contemplam o quantitativo de livros necessários. Quanto a Bibliografia Complementar, dos 317 títulos disponíveis, 51 contemplam o quantitativo de livros necessários. Assim, faz-se a ressalva de que no momento da feitura deste relatório, ainda há a necessidade de adição de alguns livros da bibliografia básica e complementar.

5.1.12 Anfiteatros/auditórios

A unidade Centro em sua fundação possuía um auditório, nomeado como “Auditório Vigilante Adão Ribeiro”, mas com a necessidade de readequação de salas, e o surgimento do Laboratório de Estudos em Movimento Humano (LEMHU), este espaço do auditório foi cedido para o LEMHU, e o auditório transferido para a Unidade Babaçú. Atualmente, nenhuma das unidades conta com anfiteatro, mas a unidade centro possui o Laboratório de Teatro pertencente ao curso de Educação do Campo.

5.1.13 Comitê de Ética em Pesquisa (CEP)

O Comitê de Ética em Pesquisa em Seres Humanos da UFNT (CEP-UFNT),

reconhecido pela Comissão Nacional de Ética em Pesquisa (CONEP), em 28 de abril de 2023, é uma instância colegiada, interdisciplinar, independente, de caráter consultivo, deliberativo e educativo, criado para defender os interesses dos participantes da pesquisa em sua integridade e dignidade e para contribuir no desenvolvimento da pesquisa dentro de padrões éticos, realiza a emissão de pareceres sobre protocolos de pesquisas, vinculada à CONEP e tem por finalidade o acompanhamento das pesquisas envolvendo seres humanos, preservando os aspectos éticos principalmente em defesa da integridade e dignidade dos participantes da pesquisa, individual ou coletivamente considerados. O CEP/UFNT é composto por um colegiado de no mínimo 7 (sete) membros e no máximo de quantos forem necessários para obtenção de representação junto a todas as áreas do conhecimento existentes na UFNT. Dentre esses, há 2 (dois) Representantes Participantes de Pesquisa, respeitando o princípio da proporcionalidade entre seus membros, conforme Resolução CNS n° 647/20.

5.1.14 Área de lazer e circulação

As unidades Centro e Babaçú da UFNT ainda estão em processo de construção de áreas de lazer, convivência e lanchonete. Entretanto, na unidade Centro há um espaço arborizado com bancos de concreto e acessibilidade, além de um espaço destinado para uma possível lanchonete, a qual, no momento, encontra-se desativada. Na unidade Babaçú verifica-se a presença de uma quadra de esportes não coberta, aberta para utilização da comunidade acadêmica e não-acadêmica, mas não há ainda espaços destinados para convivência e lanchonete.

5.2 Infraestrutura do curso

5.2.1 Laboratório de Quadra e Campo

Este laboratório foi desenvolvido como um espaço pedagógico do Campus de Tocantinópolis, voltado em especial para suporte do curso de Licenciatura em Educação Física, em ações acadêmicas de ensino, pesquisa e extensão, sendo empregado para atividades teóricas e práticas de atividades físicas, esportivas, culturais e recreativas da Universidade Federal do Norte do Tocantins.

5.2.2 Laboratório de Dança e Expressão Corporal

Trata-se de uma sala provisória para desenvolvimento das atividades de ensino, pesquisa e extensão relacionadas a experimentações da dança, corpo, expressão e movimento, com prioridade para a graduação em Educação Física, mas disponível a outros cursos do Câmpus de Tocantinópolis, por meio de agendamento. A sala conta com espelhos, barras fixas, e espaço que atende parcialmente o número de alunos.

5.2.3 Laboratório de Anatomia Humana

Espaço destinado para o desenvolvimento das atividades de ensino da disciplina de Anatomia Humana e afins; além de pesquisa e extensão. O espaço físico conta com bancadas, peças anatômicas em material plástico relacionados a ossos, músculos, e órgãos. Atualmente o laboratório não possui um técnico responsável exclusivamente por ele, mas tem uma técnica de laboratório responsável por todos os laboratórios do campus.

5.2.4 Laboratório de Fisiologia Humana e do Exercício

Desenvolvido para as atividades de ensino das disciplinas de Bases Biológicas e Fisiológicas da Educação Física, Fisiologia do Exercício, e Cineantropometria. Conta com armários, computador, e instrumentos para medida da pressão arterial, frequência cardíaca, bioimpedância, fotocélula, fita métrica, dentre outros.

5.2.5 Laboratório de Lutas

Espaço provisório desenvolvido para as atividades de ensino, pesquisa e extensão relacionadas a experimentações relacionadas às lutas, artes marciais e modalidades esportivas de combate. A sala conta com tatames e ar-condicionado.

5.2.6 Laboratório de Estudos do Movimento Humano (LEMHU)

O Laboratório de Estudos do Movimento Humano (LEMHU) visa a investigação e a análise do movimento humano em suas estruturas básicas relacionadas às atividades físico-esportivas e atividades cotidianas, observando-se as consequências para o aparelho

locomotor, tanto em relação ao rendimento e otimização técnica como em dependência das características específicas das reações do sistema biológico humano.

O LEMHU encontra-se disponibilizado para a realização das aulas práticas da disciplina de Cinesiologia e Biomecânica do Movimento Humano, Educação Física e Envelhecimento Humano, Fundamentos do treinamento de força, Exercício Físico e Reabilitação Cardíaca, Educação Física e Saúde e áreas afins do Curso de Educação Física. As atividades práticas servem de complemento à teoria ministrada nas disciplinas, tendo papel imprescindível para a formação profissional do egresso com ações de treinamento de força e demais valências físicas ligadas ao treinamento com pesos (musculação) e ao desenvolvimento humano.

Desta forma, o LEMHU é um espaço interdisciplinar de articulação de estudos e pesquisas, referente às questões do desenvolvimento do ser, cujas ações se voltam ao atendimento das necessidades dos diferentes ciclos da vida humana: infância, adolescência, fase adulta e velhice objetivando oportunizar um trabalho voltado para sociabilidade, afetividade, autoestima, psicomotricidade, acessibilidade e inclusão de pessoas em um processo de educação permanente.

5.2.7 Laboratório de Aprendizagem, Comportamento e Controle Motor

O Laboratório de Aprendizagem, Comportamento e Controle Motor tem como objetivo desenvolver o ensino, a extensão e a pesquisa com foco nos processos de aprendizagem, comportamento e controle motor humano e suas alterações (doenças, transtornos, outras) ao longo da vida. Está em fase de construção e organização, contando, atualmente, com o espaço físico do Laboratório de Estudos do Movimento Humano (LEMHU). Nesse sentido, fará uso dos equipamentos disponíveis neste laboratório que atendam as especificidades das áreas de aprendizagem, comportamento e controle motor. No que se refere ao ensino, tem relação direta com as disciplinas de Comportamento Motor, Fundamentos do Atletismo, Fundamentos dos Jogos, da Recreação e do Lazer, Fundamentos da Ginástica, Esportes Coletivos e suas Bases Pedagógicas, Dança Escolar e suas bases pedagógicas, Educação Física Adaptada e inclusiva, Lutas e suas bases pedagógicas, Atividades Aquáticas e suas bases pedagógicas, dentre outras que fazem parte do rol de disciplinas optativas do curso.

5.2.8 Laboratório de observação do Lazer e da Recreação

Este laboratório visa apontar, através de pesquisas acadêmicas, a importância do lazer e da recreação para a promoção de uma boa qualidade de vida para crianças, jovens, adultos e terceira idade. Para isso propõe-se a:

- Prestar serviços de orientação;
- Promover eventos de atividades esportivas para integração social;
- Realizar pesquisa de alcance a abrangência comunitária;

No campo do ensino e da extensão poderá realizar: Cursos, Seminários, Congressos, Palestras, Publicações, Simpósios e atividade de clínica.

5.2.9 Coordenação de curso

A coordenação do curso de Educação Física está instalada em ambiente climatizado com gabinete específico para o coordenador e espaço para os arquivos acadêmicos do Curso. Em um espaço de 9,83m², a sala encontra-se localizada no Prédio Babaçu, sala da Coordenação de Educação Física, e funciona de segunda a sexta das 8h às 12h e das 14h às 18h.

REFERÊNCIAS

- BRACHT, V. **Educação Física e aprendizagem social**. 1ª ed. Porto Alegre: Magister, 1992.
- BRASIL. CASA CIVIL. LEI Nº 10.032 DE 23 DE OUTUBRO DE 2000. v. 2000, p. 2, 2000.
- BRASIL.; CIVIL., C. LEI Nº 9.192, DE 21 DE DEZEMBRO DE 1995. v. 1995, p. 1–2, 1995.
- BRASIL.; CIVIL., C. DECRETO Nº 4.279, DE 21 DE JUNHO DE 2002. v. 2002, p. 1–11, 2002a.
- BRASIL.; CIVIL., C. DECRETO Nº 4.281, DE 25 DE JUNHO DE 2002. Regulamenta a Lei no 9.795, de 27 de abril de 1999, que institui a Política Nacional de Educação Ambiental, e dá outras providências. **Diário Oficial da União.**, v. 2002, p. 1–3, 2002b.
- BRASIL.; CIVIL., C. LEI Nº 10.639, DE 9 DE JANEIRO DE 2003. Altera a Lei no 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para incluir no currículo oficial da Rede de Ensino a obrigatoriedade da temática "História e Cultura Afro". v. 2003, p. 1–1, 2003.
- BRASIL.; CIVIL., C. DECRETO Nº 5.626, DE 22 DE DEZEMBRO DE 2005. Regulamenta a Lei nº 10.436, de 24 de abril de 2002, que dispõe sobre a Língua Brasileira de Sinais - Libras, e o art. 18 da Lei nº 10.098, de 19 de dezembro de 2000. v. 2005, p. 1–7, 2005.
- BRASIL.; CIVIL., C. LEI Nº 11.645, DE 10 MARÇO DE 2008. Altera a Lei no 9.394, de 20 de dezembro de 1996, modificada pela Lei no 10.639, de 9 de janeiro de 2003, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para incluir no currículo oficial da rede de ensino a . v. 2008, p. 1, 2008.
- BRASIL. CONSELHO NACIONAL DE EDUCAÇÃO. RESOLUÇÃO Nº 6, DE 18 DE DEZEMBRO DE 2018 (*). v. 2018, p. 7–10, 2018.
- BRASIL. CONSELHO NACIONAL DE EDUCAÇÃO. RESOLUÇÃO CNE/CP Nº 2, DE 20 DE DEZEMBRO DE 2019 (*). v. 2019, p. 1–20, 2019.
- BRASIL.; EDUCAÇÃO., M. DA. PARECER N.º: CNE/CP 003/2004. Institui as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana. v. 2004, p. 1–21, 2004a.
- BRASIL.; EDUCAÇÃO., M. DA. RESOLUÇÃO CNE/CP Nº 2, DE 20 DE DEZEMBRO DE 2019 (*). Define as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Formação Inicial de Professores para a Educação Básica e institui a Base Nacional Comum para a Formação Inicial de Professores da Educação Básica (BNC). v. 2019, p. 1–20, 2019.
- BRASIL.; EDUCAÇÃO., C. N. DE. Resolução CNE/CP nº 01 de 17/06/2004. Institui Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana. v. 2004, p. 1–2, 2004b.
- BRASIL.; SECRETARIA-GERAL. LEI Nº 13.856, DE 8 DE JULHO DE 2019. v. 2019, p. 1–4, 2019.

CIVIL., B. C. LEI No 9.795, DE 27 DE ABRIL DE 1999. Dispõe sobre a educação ambiental, institui a Política Nacional de Educação Ambiental e dá outras providências. v. 1999, p. 1–6, 1999.

DOS SANTOS, A. L. P.; SIMÕES, A. C. Educação física e qualidade de vida: Reflexões e perspectivas. **Saude e Sociedade**, v. 21, n. 1, p. 181–192, 2012.

IBGE. INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Cidades**.

BORDENAVE, J. D.; PEREIRA, A. M. **Estratégias de ensino aprendizagem**. 22. ed. Petrópolis: Vozes, 2001.

BRACHT, V. **Educação Física e aprendizagem social**. Porto Alegre: Magister, 1992

BRASIL. Conselho Nacional de Educação. **Resolução CNE/CP nº 2, de 20 de dezembro de 2019**. Dispõe sobre a formação inicial de professores para a Educação Básica, institui a Base Nacional Comum para a Formação Inicial de Professores da Educação Básica (BNC-Formação) - Para Licenciaturas. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 23 dez. 2019a. Disponível em: <http://www.in.gov.br/en/web/dou/-/resolucao-cne-cp-n-2-de-20-de-dezembro-de-2019-232080750>. Acesso em: 28 abr. 2023.

BRASIL. Conselho Nacional de Educação. **Resolução nº 1, de 30 de maio de 2012**. Estabelece as Diretrizes Nacionais para a Educação em Direitos Humanos. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 31 maio 2012. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=11621-rces001-12&category_slug=maio-2012-pdf&Itemid=30192. Acesso em: 28 abr. 2023.

BRASIL. Conselho Nacional de Educação. **Resolução nº 1, de 17 de junho de 2004**. Institui Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana. Brasília, DF, 2004a. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/cne/arquivos/pdf/003.pdf>. Acesso em: 28 abr. 2023.

BRASIL. Conselho Nacional de Educação. **Resolução nº 6, de 18 de dezembro de 2018**. Institui Diretrizes Curriculares Nacionais dos Cursos de Graduação em Educação Física e dá outras providências. Brasília, DF: Conselho Nacional de Educação, 2018a.

BRASIL. **Decreto n.º 5.296, de 2 de dezembro de 2004**. Regulamenta a Lei n.º 10.048, de 8 de novembro de 2000, que dá prioridade de atendimento às pessoas que especifica, e a Lei n.º 10.098, de 19 de dezembro de 2000, que estabelece normas gerais e critérios básicos para a promoção da acessibilidade das pessoas portadoras de deficiência ou com mobilidade reduzida, e dá outras providências. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 3 dez. 2004b. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Ato2004-2006/2004/Decreto/D5296.htm. Acesso em: 28 abr. 2023.

BRASIL. **Lei n.º 9.394, de 20 de dezembro de 1996**. Estabelece as Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil, Poder Executivo, Brasília, DF, 23 dez. 1996. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L9394.htm. Acesso em: 28 abr. 2023.

BRASIL. **Lei nº 9.795, de 27 de abril de 1999**. Dispõe sobre a educação ambiental, institui a Política Nacional de Educação Ambiental e dá outras providências. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 28 abr. 1999. Disponível em:

http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/L9795.htm. Acesso em: 28 abr. 2023.

BRASIL. **Lei nº 13.005, de 25 de junho de 2014**. Aprova o Plano Nacional de Educação (PNE) e dá outras providências. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 26 jun. 2014. Seção 1, p. 1. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Ato2011-2014/2014/Lei/L13005.htm. Acesso em: 28 abr. 2023.

BRASIL. **Lei n.º 13.425, de 30 de março de 2017**. Estabelece diretrizes gerais sobre medidas de prevenção e combate a incêndio e a desastres em estabelecimentos, edificações e áreas de reunião de público. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 31 mar. 2017. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Ato2015-2018/2017/Lei/L13425.htm. Acesso em: 28 abr. 2023.

BRASIL. Ministério da Educação. **Portaria nº 2.117, de 6 de dezembro de 2019**. Dispõe sobre a oferta de carga horária na modalidade de Ensino a Distância – EaD em cursos de graduação presenciais ofertados por Instituições de Educação Superior – IES pertencentes ao Sistema Federal de Ensino. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 2019b.

BRASIL. Ministério da Educação. **Resolução nº 7, de 18 de dezembro de 2018**. Estabelece as Diretrizes para a Extensão na Educação Superior Brasileira e regulamenta o disposto na Meta 12.7 da Lei n.º 13.005/2014, que aprova o Plano Nacional de Educação (PNE) 2014-2024 e dá outras providências. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 2018b. Seção 1, p. 57.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da Autonomia: saberes necessários à prática educativa**. São Paulo: Paz e Terra, 1996.

LUCKESI, Cipriano Carlos. **Avaliação da aprendizagem escolar: estudos e proposições**. São Paulo: Cortez, 2005.

MACEDO, R. S. **Chrysallís, currículo e complexidade: a perspectiva crítico-multirreferencial e o currículo contemporâneo**. Salvador: EDUFBA, 2002.

SANTOS, A. L. P. dos; SIMÕES, A. C. A relação entre atividade física e qualidade de vida. **Conexões**, Campinas, v. 10, n. 3, p. 218-234, 2012. Disponível em: <https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/conexoes/article/view/8637655>. Acesso em: 28 abr. 2023.

TARDIF, M. **Saberes docentes e formação profissional**. Petrópolis: Vozes, 2002.

UNIVERSIDADE FEDERAL DO TOCANTINS. **Resolução n.º 14, de 08 de dezembro de 2020**. Regulamenta as ações de Extensão como componente curricular nos PPCs da UFT e dá outras providências. Palmas, TO: UFT, 2020.

ANEXO A – REGIMENTO DO CURSO DE EDUCAÇÃO FÍSICA**CAPÍTULO I
DA INTRODUÇÃO**

Art. 1 – O presente regimento disciplina a organização e o funcionamento do Colegiado de Curso de Educação Física da Universidade Federal do Tocantins.

Art. 2 – O Colegiado de Curso de Educação Física é a instância consultiva e deliberativa do Curso em matéria pedagógica, científica e cultural, tendo por finalidade, acompanhar a implementação e a execução das políticas do ensino, da pesquisa e da extensão definidas no Projeto Pedagógico do Curso, ressalvada a competência do Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão.

**CAPÍTULO II
DA ADMINISTRAÇÃO**

Art. 3 – A administração do Curso de Educação Física da Universidade Federal do Tocantins se efetivará por meio de:

- I - Órgão Deliberativo e Consultivo: Colegiado de Curso;
- II - Órgão Executivo: Coordenação de Curso;
- III - Órgãos de Apoio Acadêmico:
 - a) Coordenação de Estágio do Curso;
- IV - Órgão de Apoio Administrativo:
 - a) Secretaria.

**CAPÍTULO III
DA CONSTITUIÇÃO**

Art. 4 – O Colegiado de Curso é constituído:

- I – Coordenador de Curso, sendo seu presidente;

II - Docentes efetivos do curso;

III – Representação discente correspondente a 1/5 (um quinto) do número de docentes efetivos do curso. (Art. 36 do Regimento Geral da UFT)

CAPÍTULO IV DA COMPETÊNCIA

Art. 5 – São competências do Colegiado de Curso, conforme Art. 37 do Regimento Geral da UFT:

I - propor ao Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão a organização curricular do curso correspondente, estabelecendo o elenco, conteúdo e seqüência das disciplinas que o forma, com os respectivos créditos;

II - propor ao Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão, respeitada a legislação vigente e o número de vagas a oferecer, o ingresso no respectivo curso;

III - estabelecer normas para o desempenho dos professores orientadores para fins de matrícula;

IV - opinar quanto aos processos de verificação do aproveitamento adotados nas disciplinas que participem da formação do curso sob sua responsabilidade;

V - fiscalizar o desempenho do ensino das disciplinas que se incluam na organização curricular do curso coordenado;

VI - conceder dispensa, adaptação, cancelamento de matrícula, trancamentos ou adiantamento de inscrição e mudança de curso mediante requerimento dos interessados, reconhecendo, total ou parcialmente, cursos ou disciplinas já cursadas com aproveitamento pelo requerente;

VII - estudar e sugerir normas, critérios e providências ao Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão, sobre matéria de sua competência;

VIII - decidir os casos concretos, aplicando as normas estabelecidas;

IX - propugnar para que o curso sob sua supervisão mantenha-se atualizado;

X - eleger o Coordenador e o Coordenador Substituto;

XI - coordenar e supervisionar as atividades de estágio necessárias à formação profissional do curso sob sua orientação.

CAPÍTULO V

DO FUNCIONAMENTO

Art. 6 - O Colegiado de Curso reunir-se-á, ordinariamente, uma vez ao mês e, extraordinariamente, quando convocado pelo seu Coordenador, por 1/3 (um terço) de seus membros ou pelas Pró-Reitorias.

§ 1º – As Reuniões Ordinárias do Curso obedecerão ao calendário aprovado pelo Colegiado e deverão ser convocada, no mínimo, com dois dias de antecedência, podendo funcionar em primeira convocação com maioria simples de seus membros e, em segunda convocação, após trinta minutos do horário previsto para a primeira convocação, com pelo menos 1/3 (um terço) do número de seus componentes.

§ 2º – Será facultado ao professor legalmente afastado ou licenciado participar das reuniões, mas para efeito de quórum serão considerados apenas os professores em pleno exercício.

§ 3º O Colegiado de Curso poderá propor ao Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão a substituição de seu Coordenador, mediante a deliberação de 2/3 (dois terços) de seus integrantes.

Art. 7 – O comparecimento dos membros do Colegiado de Curso às reuniões, terá prioridade sobre todas as outras atividades de ensino, pesquisa e extensão no âmbito do curso. Todas as faltas na Reunião do Colegiado deverão ser comunicadas oficialmente antes do início da reunião sendo elas justificadas com comprovação de atestado médico, intimação judicial, ou documentos equivalentes ou até 48 horas após a reunião.

CAPÍTULO VI

DA COORDENAÇÃO DE CURSO

Art. 8 – A Coordenação de Curso é o órgão responsável pela coordenação geral do curso, e será exercido por Coordenador, eleito entre seus pares, de acordo com o Estatuto da Universidade Federal do Tocantins, ao qual caberá presidir o colegiado;

§ 1º – Caberá ao Colegiado de Curso, através de eleição direta entre seus pares, a escolha de um Sub-Coordenador para substituir o coordenador em suas ausências justificadas.

§ 2º - O Presidente será substituído, em seus impedimentos por seu substituto legal, determinado conforme § 1º deste capítulo;

§ 3º - Além do seu voto, terá o Presidente em caso de empate, o voto de qualidade.

§ 4º - No caso de vacância das funções do Presidente ou do substituto legal, a eleição far-se-á de acordo normas regimentais definidas pelo CONSUNI;

§ 5º - No impedimento do Presidente e do substituto legal, responderá pela Coordenação o docente mais graduado do Colegiado com maior tempo de serviço na UFT. Caso ocorra empate, caberá ao Coordenador indicar o substituto.

Art. 9 - Ao Coordenador de Curso compete:

I - Além das atribuições previstas no Art. 38 do Regimento Geral da UFT, propor ao seu Colegiado atividades e/ou projetos de interesse acadêmico, considerados relevantes, bem como nomes de professores para supervisionar os mesmos;

II – Nomear um professor responsável pela organização do Estágio Supervisionado, de acordo com as normas do Estágio Supervisionado;

III - Nomear um professor responsável pela organização do TCC, de acordo com as normas do TCC;

IV - convocar, presidir, encerrar, suspender e prorrogar as reuniões do colegiado, observando e fazendo observar as normas legais vigentes e as determinações deste Regimento;

V - organizar e submeter à discussão e votação as matérias constantes do edital de convocação;

VI - designar, quando necessário, relator para estudo preliminar de matérias a serem submetidas à apreciação do Colegiado;

VII - Deliberar dentro de suas atribuições legais, "ad referendum" do Colegiado sobre assunto ou matéria que sejam claramente regimentais e pressupostas nos documentos institucionais.

CAPÍTULO VII

DA SECRETARIA DO CURSO

Art. 10 – A Secretaria, órgão coordenador e executor dos serviços administrativos, será dirigida por um Secretário a quem compete:

- I – encarregar-se da recepção e atendimento de pessoas junto à Coordenação;
- II – auxiliar o Coordenador na elaboração de sua agenda;
- III – instruir os processos submetidos à consideração do Coordenador;
- IV – executar os serviços complementares de administração de pessoal, material e financeiro da Coordenação;
- V – elaborar e enviar a convocação aos Membros do Colegiado, contendo a pauta da reunião, com 48 (quarenta e oito) horas de antecedência;
- VI – secretariar as reuniões do Colegiado;
- VII – redigir as atas das reuniões e demais documentos que traduzam as deliberações do Colegiado;
- VIII – manter o controle atualizado de todos os processos;
- IX – manter em arquivo todos os documentos da Coordenação;
- X - auxiliar às atividades dos professores de TCC e Estágio Supervisionado.
- XI – desempenhar as demais atividades de apoio necessárias ao bom funcionamento da Coordenação e cumprir as determinações do Coordenador;
- XII - manter atualizada a coleção de leis, decretos, portarias, resoluções, circulares, etc. que regulamentam os cursos de graduação;
- XIII – executar outras atividades inerentes à área ou que venham a ser delegadas pela autoridade competente.

CAPÍTULO VIII

DO REGIME DIDÁTICO

Seção I

Do Currículo do Curso

Art. 11 - O regime didático do Curso de Educação Física reger-se-á pelo Projeto Pedagógico do Curso, aprovado pelo Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão (CONSEPE).

Art. 12 - O currículo pleno, envolvendo o conjunto de atividades acadêmicas do curso, será proposto pelo Colegiado de Curso.

§ 1º – A aprovação do currículo pleno e suas alterações são de competência do Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão e suas instâncias.

Art. 13 - A proposta curricular elaborada pelo Colegiado de Curso contemplará as normas internas da Universidade e a legislação de educação superior.

Art. 14 - A proposta de qualquer mudança curricular elaborada pelo Colegiado de Curso será encaminhada, no contexto do planejamento das atividades acadêmicas, à Pró-Reitoria de Graduação, para os procedimentos decorrentes de análise na Câmara de Graduação e para aprovação no Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão.

Art. 15 - O aproveitamento de estudos será realizado conforme descrito no Artigo 90 do Regimento Acadêmico da UFT.

Seção III

Da Oferta de Disciplinas

Art. 16 - A oferta de disciplinas será elaborada no contexto do planejamento semestral e aprovada pelo respectivo Colegiado, sendo ofertada no prazo previsto no Calendário Acadêmico.

CAPÍTULO VIII

DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

Art. 17 - Os casos omissos neste Regimento serão resolvidos pelo Colegiado de Curso, salvo competências específicas de outros órgãos da administração superior.

Art. 18 - Este Regimento entra em vigor na data de sua aprovação pelo Colegiado de Curso.

ANEXO B – MANUAL DE ESTÁGIO

CAPÍTULO I

Da Identificação

Art. 1 O presente regimento trata da normatização das atividades de estágio obrigatório e não-obrigatório do curso de Licenciatura em Educação Física do *câmpus* de Tocantinópolis.

§1 - Os estágios supervisionados obrigatórios estão relacionados às disciplinas de: Estágio Supervisionado I (Educação Infantil); Estágio Supervisionado II (Ensino Fundamental I); Estágio Supervisionado III (Ensino Fundamental II); Estágio Supervisionado IV (Ensino Médio).

§2 - Os estágios não-obrigatórios são aqueles desenvolvidos como atividade opcional para o acadêmico, acrescidos à carga horária regular e obrigatória, como Atividades Complementares, do Curso de Educação Física.

§3 - As normatizações ora dispostas apresentam consonância com o regimento e o Projeto Pedagógico do Curso (PPC) de Educação Física e com a Resolução nº 26, de 11 de agosto de 2021 – CONSEPE/UFT.

CAPÍTULO II

Dos Objetivos

Art. 2 O Estágio Supervisionado do Curso de Educação Física, modalidade Licenciatura, constitui-se pelo conjunto de atividades teórico-práticas relacionadas com a área de estudo e pesquisa capaz de construir e reconstruir experiências em torno da dinâmica própria da atividade educacional.

Parágrafo único. Constitui-se num momento de articulação entre as teorias e práticas abordadas durante os cursos de graduação, visando o aprendizado de competências próprias da atividade profissional e à contextualização curricular.

Art. 3 O objetivo geral do Estágio Supervisionado Obrigatório é proporcionar a reflexão significativa dos conteúdos da formação docente do profissional de Educação Física por meio da observação vinculada à prática pedagógica, num processo que inclui a tríade

"problematização, teorização e intervenção", proporcionando o desenvolvimento do educando para a vida cidadã e para a sua futura atuação profissional.

Art. 4º - Os objetivos específicos do Estágio Supervisionado Obrigatório são:

I – Propiciar espaços de observação ao acadêmico de modo que possa refletir sobre a prática pedagógica com intuito de compreender e intervir em situações do cotidiano;

II – Promover ações que possibilitem ao acadêmico à construção de competências nas relações humanas e pedagógicas a partir dos estudos dos referenciais teórico-metodológicos que norteiam a prática docente;

III – Organizar para os discentes, nos espaços acadêmicos, a possibilidade de dialogar e trocar experiências a partir do Estágio Curricular de modo que problematize e reflita suas atividades pedagógicas realizadas no decorrer do estágio.

Art. 5º. O Estágio não-obrigatório é aquele desenvolvido como atividade opcional, objetivando a ampliação da formação do educando por meio de experiências profissionais em instituições públicas, empresas privadas, órgãos públicos e organizações não-governamentais.

CAPÍTULO III

Das Competências

Art. 6º - O Estágio Supervisionado será desenvolvido sob a coordenação, orientação, supervisão e avaliação dos seguintes profissionais:

I – Coordenador de Estágio - docente responsável pela coordenação, administração e supervisão de forma global dos estágios das licenciaturas, por Câmpus, vinculado ao Setor de Assistência Técnica ao Ensino da Pró-Reitoria de Graduação.

II – Orientador de Estágio - docentes das disciplinas de Estágio Supervisionado designados pelo colegiado do curso, com experiência e identificação com a área da docência, cujas ações incluem: planejamento, orientação, acompanhamento e avaliação do estágio e do estagiário.

III – Supervisor de Estágio - profissional na área da docência indicado pela Unidade Concedente do Estágio, que acompanhará, orientará e supervisionará o estagiário no desenvolvimento de suas atividades de estágio na Unidade Concedente.

Parágrafo único. Nos campi onde haja mais de uma licenciatura, a Coordenação de Estágio será exercida por um único profissional.

Art. 7º - O Coordenador de Estágio das Licenciaturas será eleito, pelos professores de estágio, dentre os professores da(s) licenciatura(s) do respectivo câmpus, por um período de 2 (dois) anos, podendo ser reconduzido por igual período.

Parágrafo Único. O Coordenador de Estágio das Licenciaturas poderá ser substituído por sugestão da maioria dos professores de estágio, ou por solicitação própria, antes do período definido no caput deste artigo.

Art. 8º - A alocação da carga horária para o Professor de Estágio terá como referência a seguinte orientação: a) o número de horas/aula semanais do professor para os períodos em que o aluno não estiver em exercício de regência e/ou demais atividades de ensino, corresponderá ao número de horas/aula semanais da respectiva disciplina de Estágio. Nesses períodos, os alunos, no limite permitido para a disciplina, deverão ser mantidos em uma única turma; b) o número de horas/aula semanais do professor para os períodos em que o aluno estiver em exercício de regência e/ou demais atividades de ensino, corresponderá ao número de horas/aula semanais da respectiva disciplina de Estágio. Nesses períodos, as turmas poderão ser divididas em até 22 (vinte e dois) alunos por turma.

Art. 9º - Caberá ao Coordenador de Estágio das Licenciaturas, no âmbito do Estágio Curricular Obrigatório:

I - Articular e coordenar o intercâmbio entre entidades e escolas de educação básica para ampliação de campos e oportunidades para o desenvolvimento de projetos integrados de Estágio Curricular Obrigatório das Licenciaturas;

II - Coordenar e supervisionar, de forma global, a execução do Estágio Curricular Obrigatório, intermediando o contato entre as Unidades Concedentes, o curso, o câmpus e as demais instâncias da Universidade;

III - organizar reuniões periódicas com os professores de estágio para avaliação das atividades e socialização das experiências;

IV - Emitir parecer a partir da análise do relatório de campo de estágio dos professores de estágio e encaminhá-lo ao Colegiado de Curso e à PROGRAD.

V - Cumprir as normas do presente regulamento.

Art. 10º - Compete ao Professor orientador de Estágio:

I - Decidir sobre a viabilidade estrutural e técnica para a realização dos estágios nas unidades concedentes, de forma que os estudantes sejam devidamente alocados, conforme a Lei de Estágios e o Projeto Pedagógico do Curso vigente;

II - Articular novos campos de estágio com outras organizações para os discentes do curso realizarem o estágio curricular obrigatório e não obrigatório;

III - Orientar os discentes e supervisores quanto ao preenchimento do TCE e do plano de atividades de estágio, bem como sobre a elaboração dos relatórios avaliativos parciais e/ou finais;

IV - Assinar o Termo de Compromisso de Estágio, enquanto docente indicado pela coordenação do curso para orientar o estágio e encaminhar à Divisão de Estágio do campus;

V - Avaliar as atividades previstas nos planos de atividades de estágio, de forma a garantir a compatibilidade com a formação do aluno e o cumprimento da lei de estágio;

VI - Realizar visitas aos locais de estágio para verificação das atividades efetivamente desempenhadas pelo estagiário;

VII - Estabelecer, frequentemente, contato com a Divisão de Estágios do respectivo campus, informando sobre a situação dos campos de estágio e sua adequação;

VIII - Orientar os discentes no âmbito das atividades práticas propostas no estágio obrigatório e não obrigatório;

IX - Informar à Divisão de Estágios do campus quando do encerramento das atividades de estágio, providenciando a entrega dos relatórios avaliativos parciais/finais e do termo de realização do estágio, preenchidos pelo supervisor e pelo estagiário.

Art. 11º - Compete ao Supervisor de Estágio na Unidade Concedente:

- I - Realizar cadastro no Sistema de Acompanhamento e Gestão de Estágios (Sage) da UFT;
- II – Propor, conjuntamente com o professor orientador, plano de atividades compatível com a área de formação do estagiário;
- III – Assinar o Termo de Compromisso de Estágio, enquanto supervisor na Unidade Concedente;
- IV – Atuar diretamente no acompanhamento, supervisão e controle das atividades incumbidas ao discente durante o estágio;
- V – Controlar a frequência, recesso e o cronograma de desempenho das atividades de estágio;
- VI - Avaliar o desempenho do discente, no cumprimento das atividades propostas no plano de atividades de estágio;
- VII - Enviar à Instituição de Ensino, em prazo não superior a 6 (seis) meses, relatórios avaliativos parciais/finais das atividades, com vista obrigatória do estagiário e do professor orientador;
- VIII – Informar à Instituição de Ensino, com antecedência, em caso de desligamento de estagiário;
- IX - Preencher e enviar à Divisão de Estágios, o relatório avaliativo final e o termo de realização do estágio, com vista obrigatória do estagiário e do professor orientador.

Art. 12º - Compete ao estagiário:

- I - Assinar o Termo de Compromisso de Estágio e o Plano de Atividades;
- II - Cumprir o Termo de Compromisso de Estágio e o Plano e Atividades, observando horários, prazos e cronogramas;
- III - Seguir normas e procedimentos instituídos pela Unidade Concedente do Estágio e pela UFT;
- IV - Comparecer e participar de encontros de orientação e cumprir todas as atividades previamente planejadas no respectivo plano e/ou projeto de Estágio Curricular Obrigatório;
- V – Preencher e assinar a folha de frequência de estágio;
- VI – Enviar à Divisão de Estágios, em prazo não superior a 6 (seis) meses, os relatórios avaliativos das atividades de estágio, os quais deverão ser obrigatoriamente vistos pelo supervisor da Unidade Concedente e pelo Professor Orientador da UFT;

VII - Informar, com antecedência, em caso de desligamento de estágio antecipado;

VIII - Informar à Instituição de Ensino qualquer irregularidade ocorrida durante a realização do estágio.

Art. 13º. A Supervisão do Estágio Curricular Obrigatório é constituída por um ou mais supervisores, sendo até dois professores da área de Educação Física da Instituição de Ensino Superior e um da instituição concedente.

Art. 14º. A Supervisão do Estágio Curricular Não-Obrigatório é constituída por um supervisor: o supervisor do local de estágio que tenha formação superior ou experiência na área da Educação Física.

CAPÍTULO IV

Das Áreas de Estágio

Art. 15º. As atividades relativas ao estágio obrigatório poderão ser desenvolvidas em instituições previstas no Projeto Pedagógico do Curso. Em Espaços Formais de Ensino como escolas de Educação Básica da rede pública e particular de ensino em projetos de pesquisa e extensão, desde que estejam vinculadas à Educação Básica e o aluno esteja matriculado na disciplina de estágio com supervisão do professor de estágio. Ressaltando que as atividades de pesquisa e extensão podem ser articuladas, mas, não podem ser computadas concomitantemente como atividades complementares e estágio.

CAPÍTULO V

Da Organização e Duração do Estágio

Art. 16º. O Estágio Supervisionado Obrigatório está organizado em quatro disciplinas denominadas:

Período	Disciplina	CHT	CHP	CHE*	CHT

5º	Estágio Supervisionado I (Educação Infantil)	15	75	30	120 h
6º	Estágio Supervisionado II (Ensino Fundamental I)	15	75	30	120 h
7º	Estágio Supervisionado III (Ensino Fundamental II)	30	90	90	210 h
8º	Estágio Supervisionado IV (Ensino Médio)	30	90	90	210 h

* A carga horária correspondente à extensão, enquanto componente curricular, que compõem parte dos Estágios Supervisionados, serão cumpridas nos Projetos Integradores I, II, III e IV.

Art. 17º. A duração dos estágios obrigatórios totaliza 660 horas, correspondendo ao mínimo de 20% da carga horária total do curso, conforme preconiza a Resolução CNE/CES 6/2018 correlata à área de Educação Física.

Parágrafo único: A jornada das atividades do estágio obrigatório não deve ultrapassar 6 (seis) horas diárias e 30 (trinta) horas semanais nas unidades concedentes.

Art. 18º. A área e programação de cada estágio serão de responsabilidade do docente-orientador e do estagiário.

§1 - A responsabilidade pela realização de todas as atividades curriculares será assumida pelo estagiário, de comum acordo com docente-orientador.

§2 - Todas as atividades planejadas pelo estagiário, antes de implementadas, deverão ser aprovadas pelo docente da disciplina de Estágio, assegurada a participação de ambas as partes nas decisões.

Art. 19º. O Plano de Atividades de Estágio Obrigatório deve ser elaborado de acordo com as três partes envolvidas (acadêmico, professor do estágio na UFT e Unidade Concedente), incorporado ao Termo de Compromisso por meio de aditivos à medida que for avaliado, progressivamente, o desempenho do estudante.

Art. 20º. Os acadêmicos poderão ter redução de carga horária em até no máximo 200 horas de estágio, desde que comprovem através de documentos a sua experiência na área relacionada ao estágio, através de requerimento padrão e demais documentos que provem esta experiência e o tempo de duração, que deverá ser entregue após ter cumprido todas estas exigências à Central de Estágio.

Parágrafo Único. A Central de Estágio e o professor da disciplina deliberarão sobre a carga horária a ser computada para o acadêmico.

CAPÍTULO VI

Dos Locais de Realização do Estágio

Art. 21º. A escolha da instituição para a realização do estágio pode ser feita pelo estagiário e pelo docente orientador considerando a autorização prévia dos responsáveis, e o aceite da instituição concedente, seguindo as especificações descritas no Artigo 5º deste regulamento.

Art. 22º. Os estágios poderão ser realizados no município de Tocantinópolis em instituições que atendam as condições previstas em lei, ficando a cargo do Colegiado do Curso deliberar se o estágio também pode ser realizado em municípios circunvizinhos.

Art. 23º. O estágio obrigatório deve ser desenvolvido em unidades concedentes que possuam convênio vigente firmado com a UFT e que atendam aos seguintes pré-requisitos:

I - Pessoas jurídicas de direito privado;

II - Órgãos da administração pública direta, autárquica e fundacional de qualquer dos poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios.

III – Profissionais liberais de nível superior registrados em seus respectivos conselhos de fiscalização profissional;

IV – Associações, cooperativas, consórcios, Organizações Não Governamentais, desde que legalmente constituídos;

V – Instituições de ensino ou centros de pesquisa no exterior.

Art. 24º. A UFT estabelece o cumprimento dos seguintes critérios por partes das instituições/empresas/profissionais:

I - Cadastro da Unidade Concedente e de seus respectivos supervisores de estágio no Sistema de Acompanhamento e Gestão de Estágios (Sage) da UFT;

II – Planejamento e execução conjunta das atividades de estágios;

III – Existência de infraestrutura material e de recursos humanos para receber o estagiário;

IV – Existência, no quadro de pessoal, de profissional com formação ou experiência na área de conhecimento do curso do estagiário, que atuará como supervisor do mesmo durante o período integral de realização das atividades;

V – Avaliação e aprofundamento dos conhecimentos teórico-práticos específicos da área de conhecimento trabalhada pelo estagiário no seu curso de graduação;

VI – Aceitação das condições de orientação, acompanhamento e avaliação por parte da UFT, conforme legislação vigente;

VII – Anuência e acatamento às normas disciplinares dos estágios da UFT

Art. 25º. São requisitos obrigatórios para a formalização do estágio curricular obrigatório e não obrigatório:

I - Termo de Compromisso de Estágio (TCE) celebrado entre o estagiário, a parte concedente e a instituição de ensino;

II - Plano de Atividades, pactuado conjuntamente entre o estagiário, o supervisor na unidade concedente e o professor orientador de estágio na UFT.

CAPÍTULO VII

Da Avaliação

Art. 26º. Como critério de avaliação final, o estagiário deverá preencher um relatório final de estágio no Sage da UFT, bem como outras possibilidades avaliativas definidas pelo

professor orientador, como por exemplo, o planejamento e a execução dos planos de ensino, de aula e relatos da prática de estágio nas escolas.

Art. 27º. O Supervisor da Unidade Concedente deve avaliar o estagiário a partir do preenchimento do relatório avaliativo e do termo de realização, disponíveis no Sage da UFT.

O ESTÁGIO CURRICULAR NÃO-OBIGATORIO

CAPÍTULO VIII

Da Organização

Art. 28º. O Estágio Curricular Não-Obrigatório é desenvolvido de forma complementar pelo acadêmico, além de sua carga horária regular de curso para obtenção de diploma.

Art. 29º. O Estágio Curricular Não-Obrigatório pode ser desenvolvido em instituições conveniadas com a UFT que atendam os pré-requisitos:

I - Pessoas jurídicas de direito privado;

II - Órgãos da administração pública direta, autárquica e fundacional de qualquer dos poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios.

Parágrafo único. De acordo com orientações do Setor de Convênios (Vice-Reitoria) é facultada a celebração e assinatura do Termo de Convênio de Estágio quando a Unidade Concedente tiver quadro de pessoal composto de 01 (um) a 05 (cinco) empregados; e quando a Unidade Concedente for profissionais liberais de nível superior registrados em seus respectivos conselhos de fiscalização profissional.

Art. 30º. O Termo de Compromisso é condição imprescindível para o estudante iniciar o Estágio Curricular Não-obrigatório.

Art. 31º. O tempo de duração do Estágio Curricular Não-Obrigatório não pode ultrapassar 02 (dois) anos na mesma instituição, 06 (seis) horas diárias e 30 (trinta) horas semanais.

Art. 32º. O Estágio Curricular Não-Obrigatório não estabelece vínculo empregatício entre acadêmico e a Unidade Concedente.

Art. 33º. As atividades de extensão, monitorias, iniciação científica e participação em organização de eventos não são considerados estágios não-obrigatórios.

Parágrafo único. Desde que atendam todos os dispositivos da Lei do Estágio.

CAPÍTULO IX

Do Aproveitamento nas Disciplinas de Estágio

Art. 34º. O discente que estiver em exercício regular de atividade profissional poderá solicitar aproveitamento integral ou parcial do estágio curricular obrigatório, desde que:

I - Esteja previsto no Projeto Pedagógico do Curso, que possua estreita relação com a área de atuação profissional, e que seja respeitado as normativas e legislação que determina a carga horária máxima de aproveitamento da disciplina de estágio;

II – O discente esteja matriculado na disciplina de estágio obrigatório supervisionado concomitantemente à realização da atividade profissional;

III – Obedeça aos critérios previstos na legislação específica da atividade profissional desenvolvida;

IV – Esteja atendida por Políticas, Programa e Projetos estabelecidos a partir de diretrizes e orientações de Notas Técnicas e Instruções Normativas da Universidade Federal do Tocantins.

Parágrafo único. O aproveitamento de atividades profissionais, não dispensará a entrega de relatórios e demais atividades definidas no programa da disciplina curricular de estágio.

Art. 35º. O estágio curricular não obrigatório poderá ser aproveitado como estágio obrigatório, desde que:

I- Esteja sendo realizado concomitantemente à matrícula na disciplina de estágio obrigatório;

II – Esteja previsto no Projeto Pedagógico do Curso e obedecendo aos critérios legais e pedagógicos;

§ 1º O aproveitamento das atividades de estágio não obrigatório deverá respeitar as normas estabelecidas nos regulamentos dos Projetos Pedagógicos dos Cursos de Graduação da UFT e nas demais legislações pertinentes.

§ 2º Atividades de extensão, de monitorias e de iniciação científica na educação superior, desenvolvidas pelo estudante, somente poderão ser equiparadas ao estágio em caso de previsão no projeto pedagógico do curso.

§ 3º O colegiado do curso e os professores orientadores de estágio, deverão informar às Centrais de Estágio sobre os alunos que realizaram aproveitamento das disciplinas de estágio obrigatório a cada semestre, para fins de controle administrativo das documentações de estágio.

CAPÍTULO X

Das Disposições Gerais

Art. 36º. Os casos omissos neste regimento serão resolvidos pelos responsáveis pelo colegiado do curso e, conforme a necessidade, serão tratados pela PROGRAD, com apoio das Centrais de Estágio e da PROGEDEP.

Art. 37º. Este regimento entra em vigor na data de sua aprovação no Colegiado de Curso.

ANEXO C – REGULAMENTO DA ELABORAÇÃO DO TRABALHO DE CONCLUSÃO DO CURSO – TCC

TÍTULO I DA DEFINIÇÃO E OBJETIVOS

Art. 1º O Trabalho de Conclusão de Curso (TCC) é uma atividade curricular do curso de Licenciatura em Educação Física, vinculada à dimensão da Matriz curricular “**Produção do conhecimento científico e tecnológico**” que envolve as disciplinas obrigatórias de Metodologia do Trabalho Científico e Pesquisa em Educação Física I e II, cuja integralização pelo acadêmico totaliza 150 horas (10 créditos). O discente também poderá optar, como formação complementar, as disciplinas de Estatística aplicada à Educação Física e Pesquisa Qualitativa em Educação Física, num total de 120 horas (8 créditos).

§ 1º O TCC do curso de Licenciatura em Educação Física será no formato de **Artigo Científico**, e consiste na sistematização do conhecimento sobre um objeto de estudo, gerado a partir de uma pesquisa científica de natureza teórica ou teórica-empírica, atividades de extensão e atividades de estágio, todos associados às áreas de concentração de estudo do curso de Licenciatura em Educação Física e às linhas de pesquisas dos docentes do curso.

§ 2º São objetivos do Trabalho de Conclusão de Curso:

- I. contribuir para o desenvolvimento da capacidade de investigação científica, crítica, reflexiva e criativa do aluno;
- II. promover a coerência do processo de formação do profissional e integrar os conhecimentos das disciplinas da matriz curricular à pesquisa, à extensão e às atividades complementares;
- III. possibilitar experiências na produção de conhecimentos relevantes à comunidade acadêmica e à sociedade.

TÍTULO II DAS ÁREAS DE ESTUDO EM EDUCAÇÃO FÍSICA

Art. 2º Os temas de orientação de Trabalhos de Conclusão de Curso serão regidas pelas áreas de concentração de estudo do Curso de Licenciatura em Educação Física e as linhas de pesquisa do corpo docente:

I - *Estudos Biodinâmicos do Desempenho, Saúde e Movimento Humano:* estudos do movimento humano em suas diferentes manifestações, abrangendo seus aspectos biodinâmicos e relacionados à saúde;

II – *Estudos Socioculturais e Comportamentais do Movimento Humano:* estudos do movimento humano em suas diferentes manifestações, abrangendo seus aspectos socioculturais e comportamentais;

III – *Estudos em Educação e Movimento Humano:* estudos do movimento humano em suas diferentes manifestações, abrangendo seus aspectos educacionais.

TÍTULO III

DAS COMPETÊNCIAS DA COORDENAÇÃO DE TCC E DO COLEGIADO DE CURSO

Art. 3º Compete ao coordenador dos Trabalhos de Conclusão de Curso:

- a) indicar em conjunto com o Colegiado de curso os respectivos orientadores do TCC;
- b) disponibilizar o Regimento de TCC e os formulários para execução do TCC;
- c) registrar a frequência e as avaliações de TCC no diário eletrônico da UFT;
- d) analisar os recursos das avaliações dos professores orientadores e bancas examinadoras;
- e) tomar, em primeira instância, todas as demais decisões e medidas necessárias ao efetivo cumprimento deste Regulamento.

§ 1º A coordenação dos Trabalhos de Conclusão de Curso ficará sob a responsabilidade do professor da disciplina de TCC II.

Art. 4º Compete ao Colegiado do Curso de Licenciatura em Educação Física:

- a) analisar e aprovar alterações neste Regulamento;
- b) resolver os casos omissos neste Regulamento e interpretar seus dispositivos;

c) analisar, em grau de recurso, as decisões da Coordenação de TCC e professores, em matéria alusiva ao Trabalho de Conclusão de Curso em Educação Física.

Art. 5º A Coordenação dos Trabalhos de Conclusão de Curso pode convocar, se necessário, reuniões com os professores orientadores e discentes, buscando cumprir e fazer cumprir este regulamento.

TÍTULO IV

DAS COMPETÊNCIAS DO PROFESSOR ORIENTADOR

Art. 6º O Trabalho de Conclusão de Curso será desenvolvido, prioritariamente, sob a orientação de um professor do curso de Licenciatura em Educação Física do Câmpus de Tocantinópolis. Não havendo orientador, o discente poderá requisitar professores de outros cursos do Câmpus de Tocantinópolis e demais Câmpus da UFT, sejam efetivos ou substitutos, desde que a linha de pesquisa deles estejam relacionadas às áreas de concentração de estudo do curso de Licenciatura em Educação Física.

Parágrafo único. O TCC é atividade de natureza acadêmica e pressupõe a alocação de parte do tempo de ensino dos professores à atividade de orientação, na forma prevista no Regimento da UFT.

Art. 7º O professor orientador será escolhido, livremente, pelo aluno na disciplina de TCC I, o qual continuará as orientações até a defesa do Artigo Científico em TCC II.

§ 1º O professor escolhido estará aceitando a sua orientação ao assinar os documentos de aceite de orientação de TCC, disponibilizados pela Coordenação de TCC.

§ 2º A colaboração de profissional estranho ao corpo docente do curso de Licenciatura em Educação Física da UFT/Tocantinópolis é condicionada à aprovação do professor orientador e deve constar nos documentos e relatórios entregues pelo aluno.

Art. 08º. Cada professor pode orientar, no máximo, cinco alunos por semestre, matriculados tanto em TCC I quanto em TCC II.

Parágrafo único. A carga horária semanal, por aluno, destinada à orientação do TCC, para fins do cômputo da carga didática do docente será de uma (01) hora semanal.

Art. 09º. A troca de orientador só é permitida quando outro docente assumir formalmente a orientação, após anuência expressa do professor substituído.

Art. 10º Compete ao professor orientador:

- I. respeitar este regimento;
- II. orientar com qualidade, nos limites da respectiva área de formação e experiência profissional, atendendo aos alunos, semanalmente, no dia e horário combinado;
- III. indicar ao orientando leituras de fundamentação teórica e de exemplos de trabalhos científicos;
- IV. supervisionar o trabalho de acordo com as normas previstas neste regimento e na Normalização de Trabalhos Acadêmicos previstos pela Associação Brasileira de Normas Técnicas – ABNT.
- V. fazer o devido registro das orientações no formulário de frequência às orientações e preencher as fichas de avaliação a ser disponibilizado pela Coordenação de TCC e entregar, semestralmente.
- VI. esclarecer ao aluno que o plágio é crime de violação de direito autoral, segundo as prescrições do Capítulo II da Lei dos Direitos Autorais n.º 9.610/98 e do art. 184, caput, do Código Penal, que preceitua detenção de três meses a quatro anos, ou multa para esses casos;
- VII. presidir a Banca examinadora do Trabalho de Conclusão de Curso;
- VIII. cuidar para que o aluno faça a revisão da linguagem metodológica e da formatação de trabalhos acadêmicos, segundo as Normas da ABNT, e da linguagem textual, segundo as normas da língua padrão;
- IX. apresentar, sempre que solicitado, informações a respeito do processo de orientação à Coordenação de TCC.

Art. 11º O professor se baseará nas seguintes normas técnicas da ABNT para orientações ao TCC:

1. NBR 6023:2002 – Referências;

2. NBR 10520:2002 – Citações em documentos;
3. NBR 6022:2003 – Artigo Científico.
4. NBR 14724:2011 – Trabalhos Acadêmicos;
5. NBR 15287:2011 – Projeto de pesquisa;
6. NBR 6024:2012 – Numeração progressiva das seções de um documento;
7. NBR 6027:2012 – Sumário;

TÍTULO V

DAS COMPETÊNCIAS DOS ORIENTANDOS

Art. 11º Compete ao aluno orientando:

- I. cumprir os créditos das disciplinas Metodologia do Trabalho Científico, Pesquisa em Educação Física I e II, lembrando que a primeira é condição para as demais disciplinas e a segunda para a terceira;
- II. definir a área de concentração e a linha de pesquisa nas quais se desenvolverá o trabalho de pesquisa, bem como a definição de um orientador;
- III. escolher e delimitar o tema em uma das linhas de pesquisa do curso em consenso com o orientador;
- IV. encaminhar recurso com documentos de procedência à Coordenação de curso, em qualquer momento do Processo de Orientação, se julgar necessário.

TÍTULO VI

DA ORIENTAÇÃO

Art. 12º O Colegiado de Educação Física deverá garantir, por meio de seu corpo docente, a orientação a todos os TCCs.

Art. 13º A descontinuidade da orientação poderá ocorrer por solicitação de uma das partes, mediante justificativa por escrito, havendo ciência de todos os envolvidos. A descontinuidade do processo de orientação, por qualquer uma das partes, deverá ser registrado através da assinatura de ambos no formulário de orientação e comunicada, por escrito, ao Coordenador de TCC.

§ 1º Tanto o orientador quanto o orientando que tiver três faltas consecutivas, sem justificativas, configurará abandono.

§ 2º Se a descontinuidade da orientação ocorrer por iniciativa do discente orientando, caberá a este procurar outro docente para orientá-lo.

§ 3º Caso a descontinuidade ocorrer por iniciativa do orientador, caberá à coordenação de TCC mediar, indicando outro orientador.

TÍTULO VII

DA DISCIPLINA DE TCC I – PROJETO DE PESQUISA

Art. 14º O Trabalho de Conclusão de Curso (Artigo Científico) será construído a partir de uma pesquisa científica de natureza teórica ou teórica-empírica, atividades de extensão e atividades de estágio, todos associados às áreas de concentração de estudo do curso de Licenciatura em Educação Física e às linhas de pesquisas dos docentes do curso.

Art. 15º O TCC inicia sua construção na disciplina de Metodologia do Trabalho Científico com introdução à Pesquisa Científica; continua na disciplina de TCC I com a construção de um Projeto de Pesquisa e culminará na execução da pesquisa, escrita e defesa do artigo científico em TCC II.

Art. 16º Na disciplina de Pesquisa em Educação Física I, o discente deverá construir um Projeto de Pesquisa sob a supervisão do professor da disciplina e do seu orientador de TCC.

§ 1º Cabe ao professor da disciplina de TCC I, além das funções de Coordenador de TCC previstas no Art. 3º, orientar, coletivamente, os discentes sobre o Regimento de TCC, sobre a elaboração do Projeto de Pesquisa, promover discussões teóricas sobre pesquisa em Educação Física e participar das avaliações dos projetos de pesquisa.

§ 2º Paralelamente às orientações coletivas, o discente, matriculado em TCC I, receberá orientações individuais, semanais, com o professor orientador escolhido, que norteará o

orientando sobre a metodologia de pesquisa que melhor responda o problema de pesquisa escolhido.

Art.17º O projeto de pesquisa deverá conter os seguintes elementos, baseados nas normas técnicas da ABNT NBR 15287/2011:

1. Capa;
2. Folha de rosto;
3. Sumário;
4. Introdução com tema, problema de pesquisa, justificativas, objetivos e hipóteses (se houver);
5. Fundamentação Teórica;
6. Método da pesquisa (tipo de pesquisa, objeto de estudo, local de pesquisa; população/amostra; instrumentos/técnicas de coleta dos dados; procedimentos de coleta dos dados e procedimentos de análise dos dados);
7. Orçamento;
8. Cronograma;
9. Referências;
10. Apêndices e/ou Anexos.

Art. 18º As pesquisas empíricas que envolvam Seres Humanos deverão seguir os preceitos éticos da Resolução do Conselho Nacional de Saúde CNS 466/2012, sendo os projetos submetidos ao Comitê de Ética em Pesquisa com Seres Humanos cadastrados no CONEP – Conselho Nacional de Ética em Pesquisa.

Art. 19º Para fins de avaliação na disciplina de TCC I serão considerados a assiduidade nas orientações coletivas e individuais, apresentação escrita e oral do projeto de pesquisa, dentre outras avaliações propostas pelo professor da disciplina.

§ 1º Será aprovado o discente que obtiver a avaliação mínima de 70% do total de 10,0 pontos, em cumprimento ao Art. 91 do Regimento Geral da UFT.

TÍTULO VIII

DA DISCIPLINA DE TCC II – ARTIGO CIENTÍFICO

Art. 20º O discente matriculado em TCC II executará o Projeto de Pesquisa elaborado em TCC I, fará a redação do Artigo Científico, bem como sua defesa, sob orientações individuais, semanais, com o professor orientador escolhido em TCC I.

Art. 21º O Trabalho de Conclusão de Curso conterà os seguintes elementos:

1. Capa;
2. Folha de rosto;
3. Folha de aprovação;
4. Ficha catalográfica;
5. Dedicatória (opcional);
6. Agradecimentos;
7. Epígrafe (opcional);
8. Artigo Científico.

Art. 22º O Artigo Científico deverá conter entre 10 a 30 páginas e seguir as normas técnicas da ABNT, NBR 6022:2003, contendo:

1. Título: parte superior da página, em caixa alta, negrito e centralizado. Quando houver subtítulo, este deve vir separado do título por dois pontos (:), em minúsculo e negrito.

2. Autoria: os nomes dos autores devem ser completos, seguindo a ordem de autoria (autor e coautores), colocados um espaço abaixo do título, centralizados, com a primeira letra de cada palavra em caixa alta, seguidos dos respectivos números-índice (sobrescrito) que irão identificar os autores. Em caso de mais de um autor, seus nomes serão separados por vírgula.

3. Identificações: abaixo do(s) nome(s) do(s) autor(es) deverão ser colocadas as identificações, qualificação profissional, Instituição por extenso, nome da Cidade/UF e o e-mail do autor principal.

4. CONTEÚDO:

a. **Resumo simples:** objetivos, metodologia, resultados e considerações finais. Escrito em espaçamento simples, sem parágrafo, justificado. Contendo de 130 a 150 palavras.

b. **Palavras-chaves:** vir abaixo do conteúdo do resumo simples. O termo Palavras-chaves deve vir em negrito, seguida por dois pontos, deverão ser acrescentadas três palavras-chaves, separadas por ponto, com a primeira letra de cada palavra em caixa alta.

c. **Introdução:** termo em caixa alta, alinhado à esquerda. Texto justificado, espaçamento entre linhas 1,5. Deve conter a apresentação do tema, problema, justificativa teórica e social, objetivos e hipóteses (se houver).

d. **Metodologia:** termo em caixa alta, alinhado à esquerda. Texto justificado, espaçamento entre linhas 1,5. Deve contemplar tipo de estudo, objeto de estudo, população/amostra, local, instrumentos ou técnicas de coleta dos dados, procedimentos de coleta dos dados/procedimentos éticos e procedimento de análise dos dados.

e. **Resultados e Discussão:** termo em caixa alta, alinhado à esquerda. Texto justificado, espaçamento entre linhas 1,5. Contemplar os principais resultados e a discussão com a literatura.

f. **Considerações finais:** termo em caixa alta, alinhado à esquerda. Texto justificado, espaçamento entre linhas 1,5. Descrever se os objetivos foram respondidos, se as hipóteses foram confirmadas, principais contribuições do trabalho, sugestão de uma agenda futura de pesquisa.

g. **Referências:** seguir normas da ABNT NBR 6023/2002.

TÍTULO XIX DA DEFESA PÚBLICA E DA AVALIAÇÃO DO TCC

Art. 23º Compete ao professor examinador avaliar o TCC (Artigo Científico) conforme os procedimentos operacionais e éticos e sugerir contribuições que visem à melhoria da qualidade do trabalho.

Art. 24º O TCC (Artigo Científico) deverá atingir, para aprovação, a avaliação mínima de 70% do total de 10,0 pontos, em cumprimento ao Art. 91 do Regimento Geral da UFT.

I. o conteúdo do TCC encaminhado para apresentação oral pública à banca examinadora, será de responsabilidade do estudante e do professor orientador;

II. a banca será composta pelo professor orientador que será o presidente, e por mais dois membros, professores da UFT ou de outras instituições de Ensino Superior, indicados pelo professor orientador em consonância com o orientando;

III. a data da defesa será marcada pelo professor orientador, em consonância com o orientando e os demais membros da banca examinadora, em regime de fluxo contínuo, desde que, em dia letivo;

IV. o TCC (Artigo Científico), em sua versão final, deverá ser entregue três vias ao Coordenador de TCC com, no mínimo, trinta dias de antecedência, o qual encaminhará à Banca Examinadora;

V. na defesa pública, o aluno terá de 20 minutos para a exposição do trabalho; cada membro da banca terá 15 minutos para seus comentários e o aluno igual tempo para respostas;

VI. Cada membro da banca atribuirá uma nota de zero a dez ao trabalho e a nota final atribuída ao aluno pela banca examinadora será a média aritmética das notas atribuídas por cada membro.

VII. O resultado será expresso pelos conceitos “Aprovado” ou “Reprovado”.

VIII. Após as alterações sugeridas pela banca examinadora e verificadas pelo orientador, o TCC será entregue na Secretaria Acadêmica, no prazo de trinta dias, sendo a versão final entregue em cópias impressa e digital, em formato Pdf, em data estipulada pelo calendário do TCC.

XIX. O trabalho do aluno que obtiver “Reprovado” deverá matricular-se novamente na disciplina de **TCC II** e, poderá a critério do professor orientador, ter o vínculo de orientação suspenso, a partir de um documento entregue à Secretaria da Coordenação de Curso justificando sua desistência da orientação.

TÍTULO X

DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

Art. 25º O aluno que se julgar prejudicado diante da não qualificação do trabalho pelo professor orientador para a banca examinadora final, poderá requerer revisão, por escrito, à Coordenação de TCC, desde que fundamentado por meio de cópias anexas de documentos de legítima procedência, que serão submetidos à apreciação do Colegiado do curso.

Art. 26º A fraude na elaboração do trabalho, na forma de plágio ou outra de igual relevância, será considerada falta grave, estando o aluno sujeito às penalidades, que incluem a possibilidade de desligamento do curso. Caso o professor orientador, algum membro da banca examinadora, o parecerista ou a coordenação do curso tenha fortes

razões para supor que houve plágio, deverá informar a coordenação acadêmica que encaminhará um pedido para abertura de comissão de sindicância para o julgamento do caso.

Art. 27º. O acadêmico que durante o processo de construção do TCC, porventura apresentar quebra de conduta da ética (plágio, comércio, abandono de orientação sem aviso formal à Coordenação de TCC, entre outros), terá o seu trabalho considerado reprovado.

Art. 28º. Casos omissos a este Regulamento serão discutidos com a Coordenação de TCC e deliberados pelo Colegiado.

Art. 29º. A aprovação deste Regulamento revoga as disposições em contrário.

ANEXO D – TERMO DE COMPROMISSO DE ORIENTAÇÃO DO TCC

TERMO DE COMPROMISSO DE ORIENTAÇÃO DO TCC

Eu, _____,
 matrícula Siape nº _____ docente do Curso
 de _____ da Universidade Federal do Tocantins,
 Câmpus _____, declaro estar de acordo em assumir a
 orientação do Trabalho de Conclusão de Curso do (a)
 acadêmico _____
 _____ com o tema:

_____, conforme o
 Regimento sobre o Trabalho de Conclusão de Curso.

Tocantinópolis, _____ de _____ de _____.

 Orientando (a)

 Professor (a) Orientador (a)

ANEXO 3.2 – Termo de compromisso e responsabilidade do orientando

ANEXO E – TERMO DE COMPROMISSO E RESPONSABILIDADE**TERMO DE COMPROMISSO E RESPONSABILIDADE DO ORIENTANDO**

Pelo presente TERMO DE COMPROMISSO E RESPONSABILIDADE, eu, _____, sob o número de matrícula _____, acadêmico (a) do Curso _____ da Universidade Federal do Tocantins, Câmpus de Tocantinópolis, comprometo-me a participar dos encontros presenciais e virtuais, pertinentes às orientações para elaboração do Trabalho de Conclusão de Curso previamente agendados e acordados com o meu/minha orientador(a), Professor(a) _____, como também responsabilizo-me pela autenticidade e originalidade do trabalho a ser depositado para apresentação ou defesa. Declaro ter conhecimento do Regimento do Trabalho de Conclusão do curso de Licenciatura em Educação Física e as sanções relativas a quebra da conduta ética, tal qual reza no Art. 27.

Fico ciente, desde já, desse compromisso e responsabilizo-me em cumpri-lo.

Tocantinópolis, ____ de _____ de _____.

Orientando (a)

ANEXO F – FORMULÁRIO DE ACOMPANHAMENTO DE ORIENTAÇÃO DO TCC**CONTROLE DE ORIENTAÇÕES – CURSO DE LICENCIATURA EM EDUCAÇÃO
FÍSICA****Nome do Aluno:****Nome do Professor Orientador:****Horário da Orientação:**

Data	Atividades	EDD¹	EDFD²	Duração	Assinatura Orientando	Assinatura Orientados

¹Entrega de documentos na data marcada**²Entregade documentos fora da data marcada**

ANEXO G – FICHA DE AVALIAÇÃO PARA OS MEMBROS DA BANCA DE DEFESA DE TCC II

**FICHA DE AVALIAÇÃO
TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO II**

Nome do(a) aluno(a): _____

Critérios de avaliação da apresentação escrita e ORAL		
Formatação, organização e redação do artigo: (2,0 pontos)		NOTA
Os critérios básicos de formatação de trabalhos acadêmicos (ABNT) foram seguidos?	0,5	
A redação é clara e organizada, inclusive as citações?	0,5	
As referências são adequadas e atuais?	0,5	
O trabalho apresenta plágio? Caso o trabalho configure plágio, todo ele será zerado.	0,5	
Conteúdo do artigo: (5,0 pontos)		NOTA
O Resumo contempla o tema, os objetivos, procedimentos metodológicos, resultados e considerações finais?	1,0	
A Introdução apresenta claramente os elementos básicos: tema, problema, justificativas, objetivos, hipóteses (se houver), fundamentos teórico-metodológicos?	1,0	
Os procedimentos metodológicos respondem os objetivos e hipóteses? Está bem explicitado e organizado quanto ao tipo de pesquisa, objeto de estudo e suas variáveis, local, população/amostra, instrumentos de coleta dos dados, procedimentos de coleta e análise dos dados? Se utilizou seres humanos seguiu os preceitos éticos do CONEP?	1,0	
Os resultados da pesquisa, sejam qualitativos e /ou quantitativos, estão claros e organizados? Houve discussão dos dados com os fundamentos teórico- metodológicos utilizados?	1,0	
As considerações finais argumentam se os objetivos da pesquisa foram alcançados ou não, apresenta uma futura agenda de pesquisa?	1,0	
Apresentação e defesa oral (3,0 pontos)		
A apresentação apresenta os elementos principais da pesquisa: tema, problema, objetivos, justificativas, procedimentos metodológicos, resultados e discussões, considerações finais?	1,5	
A apresentação foi clara e concisa? O(A) discente dialogou e apresentou argumentos diante das indagações da banca avaliadora?	1,5	
Nota final	10,0	

Tocantinópolis, data, mês, ano.

Professor(a): colocar assinatura.

ANEXO H – MANUAL DE BIOSSEGURANÇA

MANUAL DE BIOSSEGURANÇA

Laboratórios são setores da universidade que podem expor discentes, técnicos-administrativos e docentes que nele trabalham ou circulam a riscos de diversas origens e diferentes consequências. A manipulação de produtos químicos e biológicos é bastante variada, sobretudo nos laboratórios de ensino na área de saúde. A Biossegurança, por ser um conjunto de procedimentos, ações, técnicas, metodologias, equipamentos e dispositivos capazes de eliminar ou minimizar riscos inerentes às atividades de pesquisa, ensino e desenvolvimento tecnológico é de fundamental importância em laboratórios de ensino e pesquisa. Portanto, neste manual de biossegurança serão demonstrados cuidados que devem ser tomados e medidas que reduzem ao máximo a exposição aos riscos que afetam a saúde de profissionais e estudantes, que estão em contato com equipamentos, substâncias químicas e espécimes biológicos em laboratórios.

A conscientização e formação dos servidores são essenciais para a prevenção de acidentes de trabalho a vista disso, a necessidade de aplicação das medidas de segurança coletivas e individuais às atividades desenvolvidas. Assim, será interessante definir alguns conceitos, antes de se estabelecer às regras de segurança.

Definições

- **Segurança do trabalho:** É o conjunto de medidas técnicas, administrativas, educacionais, médicas e psicológicas que são empregadas para prevenir acidentes, quer eliminando condições inseguras do ambiente, quer instruindo ou convencendo pessoas na implantação de práticas preventivas;
- **Risco:** É o perigo a que determinado indivíduo está exposto ao entrar em contato com um agente tóxico ou certa situação perigosa;
- **Toxicidade:** Qualquer efeito nocivo que advém da interação de uma substância química com o organismo;
- **Acidentes:** São todas as ocorrências não programadas, estranha ao andamento normal do trabalho, das quais poderão resultar danos físicos ou funcionais e danos materiais e econômicos à instituição;
- **Prevenção de acidentes:** É o ato de se pôr em prática as regras e medidas de segurança, de maneira a se evitar a ocorrência de acidentes;
- **Equipamentos de segurança individual (EPI):** Considera-se Equipamento de Proteção Individual - EPI, todo dispositivo ou produto, de uso individual utilizado pelo trabalhador, destinados à proteção de riscos suscetíveis de ameaçar a segurança e saúde no trabalho;

- **Equipamento de segurança coletivo (EPC):** Considera-se Equipamento de Proteção Coletiva - EPC, todo dispositivo ou sistema de âmbito coletivo, destinado à prevenção da integridade física e da saúde dos trabalhadores assim como a de terceiros.

Princípios Da Biossegurança

O fundamento básico da biossegurança é assegurar o avanço dos processos tecnológicos e de pesquisa criando um ambiente de trabalho onde se promova a contenção do risco de exposição a agentes potencialmente nocivos às pessoas que trabalham no laboratório como discentes, técnicos e docentes, e também para o meio ambiente, de modo que este risco seja minimizado ou eliminado.

A contenção é utilizada para descrever os métodos de segurança usados na manipulação de materiais infecciosos e em qual local estão sendo manejados ou mantidos. O objetivo da contenção é reduzir ou eliminar a exposição da equipe de um laboratório, de outras pessoas e do meio ambiente em geral aos agentes potencialmente perigosos. As contenções de riscos podem ser primárias ou secundárias.

A contenção primária, ou seja, a proteção do trabalhador e do ambiente de trabalho contra a exposição a agentes infecciosos, é obtida através das práticas microbiológicas seguras e pelo uso adequado dos equipamentos de segurança.

A contenção secundária compreende a proteção do ambiente externo contra a contaminação proveniente do laboratório e/ou setores que manipulam agentes nocivos. Esta forma de contenção é alcançada tanto pela adequada estrutura física do local como também pelas rotinas de trabalho, tais como descarte de resíduos sólidos, limpeza e desinfecção de artigos e áreas.

Tipos De Riscos

As normas e metodologia em biossegurança engloba medidas que têm como objetivo evitar riscos físicos, químicos, biológicos e ergonômicos.

Riscos físicos

Consideram-se agentes de riscos físicos as diversas formas de energia, originadas dos equipamentos e são dependentes dos equipamentos, do manuseio do operador ou do ambiente em que se encontra no laboratório. Pode-se citar alguns exemplos: ruídos,

vibrações, pressões anormais, temperaturas extremas, radiações ionizantes, radiações não ionizantes, ultra som, etc.

Estufas, muflas, banhos de água, bicos de gás, lâmpadas infravermelhas, mantas aquecedoras, agitadores magnéticos com aquecimento, incubadoras elétricas, fornos de microondas e autoclaves são os principais equipamentos geradores de calor. Suas instalações devem ser feitas em local ventilado e longe de materiais inflamáveis, voláteis e de equipamentos termossensíveis.

Riscos Biológicos

Os materiais biológicos abrangem amostras provenientes de seres vivos como animais, e seres humanos (sangue, urina, peças cirúrgicas, entre outras). Todos os setores que manuseiam materiais com risco biológico devem ter sinalização (vide figura abaixo) nas portas, e sacolas de descarte.

Riscos de Acidentes

Consideram-se riscos de acidentes qualquer fator que coloque os discentes, técnicos e docentes em perigo e possa denegrir sua integridade e bem-estar físico. São exemplos de riscos de acidentes: equipamentos sem proteção, probabilidade de incêndio e explosão, arranjo físico e armazenamento inadequados, etc.

Riscos Químicos

Os agentes de riscos químicos são aqueles que podem penetrar no organismo pela via respiratória nas formas de poeiras, fumos, névoas, neblinas, gases ou vapores, ou que possam ter contato ou ser absorvido pelo organismo através da pele ou por ingestão.

A classificação das substâncias químicas, gases, líquidos ou sólidos devem ser conhecidas por seus manipuladores. Nesse aspecto, têm-se solventes orgânicos, explosivos, irritantes, voláteis, cáusticos, corrosivos e tóxicos. Eles devem ser manipulados de forma adequada em locais que permitam ao operador a segurança pessoal e do meio-ambiente, além dos cuidados com o descarte dessas substâncias.

Riscos Ergonômicos

Os riscos ergonômicos são aqueles que podem interferir nas características psicofisiológicas do trabalhador causando desconforto ou afetando sua saúde. Tais riscos referem-se às condições dos projetos dos laboratórios como a distância em relação à altura dos balcões, ergonomia das cadeiras, prateleiras, gaveteiros, capelas, circulação e obstrução de áreas de trabalho.

Os espaços devem ser adequados para a execução das análises e demais trabalhos, limpeza e manutenção garantindo o menor risco possível de choques acidentais.

Símbolos de Segurança

Uma das formas mais imediatas de identificar um risco é através da simbologia. Os servidores e discentes devem estar familiarizados com a simbologia. O laboratório e suas divisões deve adotar o padrão de símbolos de segurança para que sejam usados nos recipientes dos reagentes, nos balcões, bancadas, armários, etc.

DESCARTE DE RESÍDUOS E MEIO AMBIENTE

Nas últimas décadas, o aumento da população e seus hábitos de consumo resultaram na elevação da produção industrial e, por consequência na maior produção de resíduos. O problema é quando descartados sem nenhum tratamento afetam o meio ambiente - o solo, a água e/ou o ar - e a saúde humana.

A poluição do Solo, por exemplo, pode alterar suas características físico-químicas, representando grave ameaça à saúde pública, tornando o ambiente propício ao desenvolvimento de transmissores de doenças. Essa deposição de resíduos perigosos no solo e nos vegetais prejudica a flora e fauna, além de ser responsável por reduzir a produção agrícola.

O descarte de resíduo será realizado de acordo com as normas estabelecidas pela Resolução CONAMA nº 358, de 29 de abril de 2005. Nesse sentido, a cidade de Tocantinópolis conta com um aterro sanitário do Município no qual já são realizados os descartes de material médico hospitalar.

Métodos de Controle de Agentes de Riscos

Boas Práticas de Laboratório (BPL)

Regras básicas de segurança no laboratório:

- Estar sempre concentrado em seu trabalho no Laboratório e ciente que sua atividade pode apresentar sérios riscos potenciais, para si e para outros;
- Limitar ou restringir o acesso ao laboratório, de acordo com a definição do Coordenador do Curso e do Técnico responsável, mantendo sempre a porta fechada;
- Não entrar em locais de risco desconhecido;
- **Sempre** trabalhe **acompanhado** no laboratório e com a presença dos responsáveis: **docente e técnico**;
- Não brincar ou se desconcentrar durante o trabalho que esteja executando;
- Não fumar no laboratório;
- Não se alimentar, ingerir líquidos no laboratório;
- Usar roupas adequadas para o trabalho a ser executado, com avental(geralmente de algodão) para atividades que envolva produtos químicos e biológicos;
- **Sempre** esteja paramentado corretamente para a investigação que envolva produtos químicos e biológicos, usando **equipamentos de proteção individual** (EPIs) adequado ao procedimento em Curso como óculos de proteção e luvas;
- Conservar os cabelos presos durante o trabalho ao realizar qualquer experimento ou manipulação de material;
- Não armazenar substâncias incompatíveis no mesmo local;
- Não abrir qualquer recipiente antes de reconhecer seu conteúdo pelo rótulo. Informar-se sobre os símbolos que nele aparecer;
- Não executar reações desconhecidas em grande escala e sem proteção;
- Não mover a abertura de frascos na sua direção ou na de outros;
- Não abandonar o experimento, principalmente à noite, sem identificá-lo e encarregar alguém qualificado pelo seu acompanhamento;
- Não conversar, jogar ou ouvir música alta, principalmente com fones de ouvido;
- Usar calçados fechados e antiderrapantes;
- **Sempre** use pipetadores mecânicos ou anatômicos;
- **Nunca** retornar reagentes aos frascos de origem;
- Adicionar sempre ácidos à água e nunca a água à ácidos;
- Apagar sempre os bicos de gás que não estiver usando;
- Descartar seringas e agulhas em local apropriado. **Nunca reencepe agulhas**;
- Lubrificar tubos de vidros ou termômetros antes de inseri-los em rolhas;

- Nunca testar um produto químico pelo odor ou sabor;
- **Sempre** usar a capela de exaustão **ao** trabalhar com produtos que possam liberar vapores venenosos ou irritantes;
- Antes de trabalhar com um reagente novo informa-se sobre suas características e as precauções exigidas **ao** seu manuseio;
- Relatar, por escrito, qualquer acidente, por menor que possa parecer, ao responsável pelo laboratório;
- Solicitar permissão e orientação para deixar uma experiência ocorrendo durante à noite ou fim de semana;
- Avisar aos porteiros quando for trabalhar além do expediente ou nos finais de semana para que o laboratório seja monitorado periodicamente;
- Verificar, ao encerrar as atividades, se não foram esquecidos aparelhos ligados (bombas, motores, mantas, chapas, gases, etc.) e reagentes ou resíduos em condições de risco;
- Conhecer o funcionamento dos equipamentos antes de operá-los;
- Certificar-se da correta aparelhagem antes de iniciar um experimento;
- Usar obrigatoriamente os **EPIs** disponíveis;
- Verificar **sempre** se ligações e conexões estão seguras **antes** de iniciar uma atividade ou experimento no laboratório;
- Manter as bancadas limpas de objetos pessoais e de material estranho ao trabalho que está executando;
- Participar de treinamentos oferecidos no setor, frente à situação de emergência para assegurar-se de estar preparado;
- Saber o local dos telefones de emergência, os tipos de extintores disponíveis e outros equipamentos de segurança;
- Seguir sempre as instruções para o descarte de resíduos;
- Atentar a qualquer alteração no quadro de saúde de todos que estão no laboratório durante a execução de uma atividade tais como: gripes, alergias, diarreias, dores de cabeça, enxaquecas, tonturas, mal estar em geral, etc. E notificar imediatamente o técnico e o docente responsável pela execução da atividade;
- Abster-se de trabalhar com patógenos quando apresentar corte recente, com lesão na pele ou com ferida aberta (mesmo uma extração de dente);
- Lavar as mãos antes de iniciar o trabalho e após a manipulação de agentes químicos, material infeccioso, mesmo que **tenha** usado luvas de proteção, bem como antes de deixar o laboratório;

- É proibido o uso de jalecos ou outro tipo de uniforme protetor, fora de laboratório. Salvo quando o funcionário estiver em procedimento;
- Manter preso em local seguro todos os cilindros de gás, fora da área do laboratório e longe do fogo;
- Zelar pela limpeza e manutenção do laboratório, cumprindo o programa de limpeza e manutenção estabelecido para cada área, equipamento e superfície;
- Observar a vida útil e a especificação dos EPIs e substituí-los sempre que necessário;
- Manter desbloqueadas as saídas e os acessos aos equipamentos de emergências
- Não acumular material durante a execução de um trabalho;
- Não utilizar aparelhos e instrumentos com algum defeito ou que estejam contaminados;
- Identificar os equipamentos inoperantes ou fora de uso ou manutenção.
- Conhecer os riscos biológicos, químicos, radioativos, tóxicos e ergonômicos com os quais se tem contato no laboratório;
- Ser protegido por imunização apropriada quando disponível e necessário;
- Limitar o acesso aos laboratórios.
- Não permitir crianças no laboratório.
- Esclarecer mulheres grávidas ou indivíduos imunocomprometidos que trabalham ou entram no laboratório quanto aos riscos biológicos;
- Manter a porta do laboratório fechada;
- Usar roupas protetoras de laboratório (uniformes, aventais, jalecos, máscaras), que devem estar disponíveis e serem usadas inclusive por visitantes;
- Usar luvas sempre que manusear material biológico. As luvas devem ser usadas em todos os procedimentos que envolverem o contato direto da pele com toxinas, sangue, materiais infecciosos ou animais infectados. Anéis ou outros adereços de mão que interferem o uso da luva devem ser retirados. As luvas devem ser removidas com cuidado para evitar a formação de aerossóis e descontaminadas antes de serem descartadas. Trocar de luvas ao trocar de material. Não tocar o rosto com as luvas de trabalho. Não tocar com as luvas de trabalho em nada que possa ser manipulado sem proteção, tais como maçanetas, interruptores, etc. Não descartar luvas em lixeiras de áreas administrativas, banheiros, etc.;
- Usar óculos de segurança, visores ou outros equipamentos de proteção facial sempre que houver risco de espirrar material infectante ou de contusão com algum objeto;
- Não aplicar cosméticos;

- Não retirar canetas ou qualquer outro instrumento do laboratório sem descontaminar antes;
- Evitar o uso de lentes de contato. Se houver necessidade de usá-las, proteja os olhos com óculos de segurança. Lentes de contato não devem ser manuseadas nas áreas de trabalho. Em caso indispensável do ajuste das mesmas, isto deverá ser feito após lavagem das mãos, fora do ambiente de atividade prática;
- Lavar as mãos sempre após manipulação com materiais sabidamente ou com suspeita de contaminação. Lavar as mãos sempre após remoção das luvas, do avental ou jaleco e antes de sair do laboratório;
- Nunca pipetar com a boca. Usar pêra ou pipetador automático;
- Restringir o uso de agulhas, seringas e outros objetos perfurocortantes;
- Extremo cuidado deve ser tomado quando da manipulação de agulhas para evitar a auto inoculação e a produção de aerossóis durante o uso e descarte. Nunca tente recapar agulhas. As agulhas ou qualquer outro instrumento perfurante e/ou cortante devem ser desprezados em recipiente resistente, inquebrável, de abertura larga. O uso de seringas e agulhas deve ser restrito à coleta de sangue. Não usar para aspirar fluido de frascos. Pipetas devem estar disponíveis para tal fim;
- Não transitar nos corredores com material patogênico a não ser que esteja acondicionado conforme normas de biossegurança;
- Não fumar, não comer, não beber no local de trabalho onde há qualquer agente patogênico. Não estocar comida ou bebida no laboratório;
- Nunca usar vidraria quebrada ou trincada. Vidraria quebrada e pipetas descartáveis, após descontaminação, devem ser colocadas em caixa com paredes rígidas rotuladas “vidro quebrado” e descartada adequadamente;
- Descontaminar a superfície de trabalho sempre que houver contaminação com material infectante e no final do dia, de acordo com as rotinas estabelecidas no manual de limpeza e desinfecção;
- Descontaminar todo material líquido ou sólido antes de reusar ou descartar;
- Não levar as mãos à boca ou aos olhos quando estiver manuseando produtos químicos;
- Todos os procedimentos técnicos devem ser realizados com o mínimo de produção de aerossóis;
- Não manter plantas, bolsas, roupas ou qualquer outro objeto não relacionado com o trabalho dentro do laboratório.
- As unhas devem ser curtas;

- Usar cabine de segurança biológica para manusear material infeccioso ou materiais que necessitem de proteção contra contaminação. Colocar as cabines de segurança biológica em áreas de pouco trânsito no laboratório, minimizar as atividades que provoquem turbulência de ar dentro ou nas proximidades da cabine;
- Colocar todo o material com contaminação biológica em recipientes com tampa e a prova de vazamento, antes de removê-los de uma seção para outra do laboratório;
- Descontaminar por autoclavagem ou por desinfecção química, todo o material com contaminação biológica;
- Descontaminar todo equipamento antes de qualquer serviço de manutenção;
- Saber a localização do mais próxima lava-olhos, chuveiro de segurança e extintor de incêndio. Saber como usá-los;
- Ao sair do laboratório, verificar se tudo está em ordem. Caso for o último ao sair, desligar os equipamentos e as luzes, exceto quando indicado pelas normas do Laboratório.
- Estabelecer normas de PROCEDIMENTO OPERACIONAL PADRAO (POP), para todas as seções. Este POP tem por finalidade estabelecer regras para a melhoria da qualidade de trabalho dentro de um laboratório. Trata-se de um protocolo que descreve cada atividade realizada dentro do laboratório, desde a utilização dos materiais até normas de biossegurança. Faz-se necessário ressaltar que dentro das responsabilidades do POP estão também descritos os resíduos gerados e qual a procedência de seu descarte
- Todo novo funcionário ou estagiário deve ter treinamento e orientação específicos sobre

BOAS PRÁTICAS LABORATORIAIS e PRINCÍPIOS DE BIOSSEGURANÇA

Equipamentos De Segurança De Proteção Individual – EPI

Equipamento de Proteção Individual – EPI

Considera-se EPI todo dispositivo de uso individual, destinado a proteger a saúde e a integridade física do trabalhador, não sendo adequado o uso coletivo por questões de segurança e higiene. Sua função é prevenir ou limitar o contato entre o operador e o material infectante. A maioria dos EPIs, se usados adequadamente promovem também uma contenção da dispersão de agentes infecciosos no ambiente, facilitando a preservação da limpeza do laboratório. A utilização dos EPIs encontra-se regulamentada pelo MTE através da NR-6, em que estão definidas as obrigações do empregador e do empregado.

Luvas

Devem ser usadas em todos os procedimentos com exposição a sangue, hemoderivados e fluidos orgânicos. Luvas apropriadas para manipulação de objetos em temperaturas altas ou baixas devem estar disponíveis nos locais onde tais procedimentos são realizados. Em casos de acidente, luvas grossas de borracha devem ser usadas nos procedimentos de limpeza e na retirada de fragmentos cortantes do chão ou de equipamentos, com auxílio de pá e escova. Luvas de material adequado devem ser utilizadas na manipulação de substâncias químicas perigosas. NÃO usar luvas fora da área de trabalho. O uso de luvas não substitui a necessidade da LAVAGEM DAS MÃOS porque elas podem ter pequenos orifícios inaparentes ou danificar-se durante o uso, podendo contaminar as mãos quando removidas

Técnica de Lavagem das Mãos

O uso das luvas não substitui o processo de lavagem das mãos, pois, este equipamento de proteção individual pode estar perfurado ou com pequenos orifícios inaparentes que causam contaminação.

Avental ou Jaleco

O uso de aventais e jalecos deve ser obrigatório e restrito aos laboratórios. Os aventais de tecido devem ser SEMPRE de mangas compridas, comprimento pelo menos até a altura dos joelhos e devem ser usados abotoados. Os tecidos dos aventais e jalecos devem ser de fibra natural (100% algodão). Desaconselha-se o uso de tecidos sintéticos, pois são altamente inflamáveis. Quando retirado do laboratório para ser lavado, o avental deverá ser acondicionado em saco plástico. Os aventais descartáveis também devem ter as mangas compridas com punhos e serem fechados dorsalmente.

Outros Equipamentos

Visores ou óculos de proteção e protetor facial (protege contra salpicos, borrifos, gotas e impacto).

- Máscaras e respiradores (tecido, fibra sintética descartável, filtros para gases, pó dependendo da necessidade).
- Dispositivos de pipetagem (pêras, pipetadores automáticos).

Equipamento de Proteção Coletiva – EPC

São todos os equipamentos que possibilitam a proteção coletivas dos usuários do laboratório. Além disso, protegem o meio-ambiente e a pesquisa em andamento.

Chuveiro de Emergência

É imprescindível para eliminação ou minimização dos danos causados por acidentes em qualquer parte do corpo. Chuveiro de aproximadamente 30cm de diâmetro, acionado por alavancas de mão, cotovelos ou joelhos. Deve estar localizado em local de fácil acesso. É necessário realização de testes semanais quanto ao funcionamento de EPC, e manter registro deste.

Lava Olhos

Serve para minimizar danos causados por acidentes nos olhos e/ou face. É um dispositivo formado por dois pequenos chuveiros de média pressão, acoplados a uma bacia metálica, cujo ângulo permite direcionamento correto do jato de água. Pode fazer parte do chuveiro de emergência ou ser do tipo frasco de lavagem ocular. É necessário realização de testes semanais quanto ao funcionamento de EPC, e manter registro deste.

Extintor de Incêndio

Os extintores são utilizados para acidentes envolvendo fogo. Podem ser de vários tipos, dependendo do material envolvido no incêndio.

Extintor de água: São próprios para incêndios da Classe A (Sólidos de fácil combustão) e podem ser de dois tipos: água pressurizada ou água a pressurizar.

Extintor de espuma pressurizado: São indicados para incêndios Classe B (líquidos inflamáveis), mas podem ser usados para Classe A, devido a sua ação de resfriamento e abafamento.

Para usá-lo, deve-se levar o extintor até as proximidades das chamas, retirar a trava do gatilho, segurar o mangotinho e apertar o gatilho, dirigindo o jato à base do fogo, para que a espuma cubra a superfície do líquido em combustão.

Extintor de gás carbônico: É o extintor que deve ser utilizado para incêndios da Classe C (materiais elétricos energizados), podendo ser utilizado para as Classes B e A.

Para utilizá-lo, deve-se transportar o extintor até a proximidade do fogo, retirar o pino de segurança, pressionar o gatilho, segura o magote pela manopla, e dirigir o jato à base do fogo.

Extintor químico: É o mais indicado para Classe B (líquidos inflamáveis), podendo ser utilizado na Classe A. O seu uso em incêndios da Classe C pode ser eficiente como forma de combate ao fogo, mas apresenta o inconveniente de causar danos nos componentes eletrônicos dos equipamentos.

Vacinas

Todo o corpo discente, técnico-administrativo e docente da Universidade Federal do Tocantins, Câmpus Tocantinópolis deve participar das campanhas de vacinação promovidas na instituição. São recomendadas as imunizações contra tétano, difteria, febre amarela e hepatite e cada indivíduo deve manter a carteira de vacinação em dia.

Cada aluno deve apresentar sua carteira de vacinação antes do início das atividades clínicas.

Conduta para os Casos de Acidente Biológico

Todo e qualquer acidente biológico ocorrido nas dependências do curso de Licenciatura em Educação Física da Universidade Federal do Tocantins, Câmpus de Tocantinópolis ou em atividades ligadas ao mesmo (unidade hospitalar) devem ser comunicados ao professor responsável e notificados para o Colegiado do curso, preenchendo Formulário de Notificação de Acidente Biológico (Apêndice 1). O aluno acidentado e, se possível, os pacientes devem ser encaminhados para a emergência do Hospital Municipal José Sabóia, na cidade de Tocantinópolis, para as providências necessárias (coleta de sangue, sorologia para HIV, medicamentos antirretrovirais profiláticos).

Estrutura Física Do Laboratório

- O laboratório deve ter espaço amplo de modo a permitir a execução das análises e demais trabalhos com segurança, e facilidade na limpeza e manutenção;
- Paredes, tetos e chão devem ser fáceis de limpar, impermeável a líquidos e resistentes aos agentes químicos propostos para sua limpeza e desinfecção;

- Cada laboratório deverá conter uma pia para lavagem das mãos que funcionem automaticamente ou que sejam acionadas com o pé ou com o joelho;
- É recomendável que a superfície das bancadas seja impermeável à água e resistente ao calor moderado e aos solventes orgânicos, ácidos, álcalis e substâncias químicas usadas para a descontaminação da superfície de trabalho;
- Os móveis do laboratório deverão ser capazes de suportar cargas e usos previstos. As cadeiras e outros móveis utilizados devem ser cobertos com material que não seja tecido e que possa ser facilmente descontaminados;
- Os móveis para armazenamento de reagentes devem ser, necessariamente de madeira, e não devem estar em contato direto com o chão;
- Os espaços entre as bancadas, cabines e equipamentos deverão ser suficientes de modo a permitir fácil acesso para limpeza;
- Se o laboratório possuir janelas que se abram para o exterior, estas deverão conter telas de proteção contra insetos;
- Iluminação deve ser adequada para todas as atividades;
- Os materiais de uso diário podem ficar em estoque pequeno dentro do laboratório, porém nunca sobre as bancadas. O restante do material de consumo deve ser estocado em área própria, fora das dependências do laboratório;
- Autoclave deve estar disponível no mesmo prédio dos laboratórios e em local resistente a altas temperaturas;
- A área destinada à guarda de objetos pessoais e ao armazenamento de alimentos para consumo diário, deve estar fora do laboratório, em armários de madeira ou outro material;
- Em caso de falta de energia elétrica, setores que dispõem de freezer, câmaras frias e fluxos laminares que necessitam ficar continuamente ligados, devem ter geradores que se ligam automaticamente;
- As áreas do ambiente de laboratório devem ser adequadamente sinalizadas de forma a facilitar a orientação dos usuários, advertir quanto aos riscos existentes e restringir o acesso de pessoas não autorizadas.

Segurança Química em Laboratórios

Para evitar ou minimizar os riscos de acidentes com reagentes químicos é necessário adotar, além das normas básicas de segurança para laboratório, as precauções específicas descritas a seguir:

- Antes de manusear um produto químico é necessário conhecer suas propriedades e o grau de risco a que se está exposto;
- Ler o rótulo no recipiente ou na embalagem é a primeira providência a ser tomada, observando a classificação quanto ao tipo de risco que o reagente oferece;
- Nunca deixar frascos contendo solventes orgânicos próximos à chama, por exemplo álcool, acetona, éter, etc;
- Evitar contato de qualquer substância com a pele;
- Ser cuidadoso ao manusear substâncias corrosivas, como ácidos e bases;
- Manter seu local de trabalho limpo e não colocar materiais nas extremidades da bancada;
- Não jogar nas pias, materiais sólidos ou líquidos que possam contaminar o meio ambiente. Usar o sistema de gerenciamento de resíduos químicos;
- O manuseio e o transporte de vidrarias e de outros materiais devem ser realizados de forma segura. O transporte deve ser firme, evitando-se quedas e derramamentos. Frascos de vidros com produtos químicos têm de ser transportados em recipientes de plástico ou de borracha que os protejam de vazamento e, quando quebrados, contenha o derramamento;
- O manuseio de produtos químicos voláteis, metais, ácidos e bases fortes e outros, têm de ser realizados em capela de segurança química. As substâncias inflamáveis precisam ser manipuladas com extremo cuidado, evitando-se proximidade de equipamentos e fontes geradoras de calor. O uso de equipamentos de proteção individual, como óculos de proteção, máscara facial, luvas, aventais e outros durante o manuseio de produtos químicos, é obrigatório.
- Conservar os frascos de produtos químicos devidamente fechados e não colocar as tampas descuidadamente sobre as bancadas. Elas devem ser depositadas com o encaixe para cima;
- Nunca cheirar diretamente nem provar qualquer substância utilizada ou produzida nos ensaios;
- Não usar frascos de laboratório para beber água ou outros líquidos;
- Não misturar substâncias químicas fora da capela sem ter conhecimento do tipo de reação que ocorrerá;
- Os produtos químicos armazenados devem ser vistoriados periodicamente, pelo menos uma vez a cada 6 meses, e aqueles que tenham validade expirada, apresentem sinais de deterioração, estejam com rótulos ilegíveis ou apresentem sinais de vazamento, devem ser retirados com segurança para tratamento ou descarte seguros.

Todos os produtos químicos e frascos com soluções e reagentes devem ser adequadamente identificados, com a indicação do produto, condições de armazenamento, prazo de validade, toxicidade do produto e outros. Os resíduos de produtos químicos devem ser acondicionados em recipientes adequados, em condições seguras, e encaminhados ao Serviço de Descarte de Resíduos da Instituição para o destino final (na UFT tem esse serviço?)

Todos os laboratórios devem possuir uma Ficha de Informações de Segurança de Produto Químico – FISPQ para cada reagente utilizado nos seus ensaios. De acordo com a NBR 14725 da ABNT (anexo 4), o fornecedor deve tornar disponível ao receptor/usuário uma FISPQ (apêndice 2) completa para cada substância ou preparo, na qual estão relatadas informações relevantes quanto à segurança, saúde e meio ambiente. O fornecedor tem o dever de manter a FISPQ sempre atualizada e tornar disponível ao usuário/receptor a edição mais recente.

A FISPQ deverá informar, no mínimo:

- a) as características do produto: usos, propriedades físicas e químicas, formas de estocagem;
- b) os riscos: toxicologia, incêndio e/ou explosão;
- c) as medidas de proteção: coletiva, individual;
- d) as informações para o descarte seguro.

É recomendável que essa ficha seja disponibilizada em uma pasta de fácil acesso a todos os que manipulam tais substâncias. A partir das informações constantes na FISPQ, pode-se saber como manipular, estocar, transportar adequadamente o reagente, assim como descartar corretamente os resíduos do produto.

Central de Esterilização

A central deve realizar a esterilização de artigos utilizando-se para este fim, das autoclaves. A esterilização pelas autoclaves usa calor sob pressão, transferindo o calor com maior eficiência em tempo menor, sob temperatura de 121° C e pressão de 15 psi.

Os artigos a serem esterilizados em autoclaves devem passar previamente por degermação, embalagem e identificação com fita adesiva para identificação do processo.

O processo de esterilização deve ser validado para indicar a efetividade da esterilização. Os indicadores do processo de esterilização são fitas adesivas para autoclaves que após passagem pelo calor úmido mudam de cor, indicando que houve exposição a temperatura da autoclave. Este sistema pode ser utilizado semanalmente, assim como os indicadores biológicos, que correspondem a tiras de papel impregnadas com esporos bacterianos, que devem ser colocadas dentro de alguns artigos a serem esterilizados e após o processamento em autoclave são retirados para semeadura em meio de cultura. Tiras controle devem ser utilizadas para comparação. Se houver crescimento em meio de cultura com o indicador biológico, deve-se repetir a esterilização do artigo e fazer nova validação do processo.

Incêndios no Laboratório

Antes da utilização de qualquer reagente químico, os usuários do laboratório devem familiarizar-se com os riscos potenciais de incêndio associados a esse reagente. Estas informações podem ser encontradas nas especificações do reagente. As informações devem incluir produtos de decomposição, temperaturas críticas e o tipo de equipamento mais indicado para conter o incêndio se porventura o reagente pegar fogo.

Classes de Incêndios

Classe A – combustíveis comuns como madeira, papel, tecidos, plásticos.

Classe B – líquidos combustíveis e inflamáveis;

Classe C – fogo em equipamentos elétricos;

Os laboratórios devem estar equipados com um número suficiente de extintores de incêndio do tipo correto para ser usado nos materiais que estão sendo manipulados.

PROGRAMA DE PREVENÇÃO E COMBATE A INCÊNDIO

Os objetivos da Prevenção de Combate a Incêndio é garantir a segurança à vida das pessoas que se encontram no interior do prédio, quando da ocorrência de um princípio de incêndio; a prevenção da conflagração e propagação do incêndio, envolvendo todo o

edifício; a proteção do conteúdo, a estrutura do edifício e minimizar os danos materiais e patrimoniais.

Esses objetivos são alcançados pelo:

- Controle da natureza e da quantidade de materiais combustíveis constituintes e contidos no edifício;
- Dimensionamento de sistemas de combate a incêndio (extintores e/ ou hidrantes);
- Treinamento de pessoal habilitado a combater um princípio de incêndio e coordenar a evacuação da área;
- Gerenciamento e manutenção dos sistemas de proteção contra incêndio instalado;
- Acesso para os equipamentos de combate a incêndio.

ANEXO I – QUADRO DE ATIVIDADES COMPLEMENTARES

MODALIDADE	TIPO	CRÉDITOS
ENSINO	I - Disciplinas complementares não previstas no currículo dos Cursos e cursadas na UFT e em outra IES (por Disciplina);	05
	II - Atividades de monitoria (por semestre);	05
	III - Organizar e ministrar mini-cursos (por mini-curso);	05
	IV – Participação como ouvinte em mini-cursos (por mini-curso);	03
	V - Cursos nas áreas de informática ou língua estrangeira (por curso);	02
PESQUISA (exceto o t.c. c)	I – Livro Publicado;	50
	II – Capítulo de Livro;	20
	III – Projetos de Iniciação Científica;	15
	IV – Projetos de Pesquisa Institucionais;	10
	VI – Artigo publicado como autor (periódico com conselho editorial);	10
	VII - Artigo publicado como co-autor (periódico com conselho editorial);	05
	VIII – Artigo completo publicado em anais como autor;	05
	IX - Artigo completo publicado em anais como autor;	03
	X – Resumo em anais;	03
	XI – Participação em grupos institucionais de trabalhos e estudos.	03
EXTENSÃO	I – Autoria e execução de projetos;	15

	II – Participação na organização de eventos (congressos, seminários, workshop, etc.).	10
	III - Participação como conferencista em (conferências, palestras, mesas-redondas, etc.)	10
	IV - Participação como ouvinte em eventos (congressos, seminários, workshop, etc.)	05
	V - Apresentação oral de trabalhos em (congressos, seminários, workshop, etc.)	05
	VI – Participação como ouvinte em (conferências, palestras, mesas-redondas, etc.)	03
	VII - Apresentação de trabalhos em painéis e congêneres em (congressos, seminários, workshop, etc.)	03
	VIII – Participação em oficinas;	03
	IX – Visitas técnicas;	03
	X – Estágios extracurriculares (cada 80 horas);	03
	XII – Representação discente em órgãos colegiados (CONSUNI, CONSEPE, etc. por semestre);	03
	XIII - Representação discente (UNE, UEE, DCE, CAs etc. por semestre)	02

Fonte: RESOLUÇÃO DO CONSELHO DE ENSINO, PESQUISA E EXTENSÃO-CONSEPE N° 009/2005.

ANEXO J – INSTRUÇÃO NORMATIVA UFT – NÚCLEO DOCENTE ESTRUTURANTE**INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 010/2021
CDRG/DPEE/PROGRAD
NÚCLEO DOCENTE ESTRUTURANTE DOS CURSOS DE
GRADUAÇÃO DA UNIVERSIDADE FEDERAL DO TOCANTINS**

Estabelece orientações sobre o Núcleo Docente Estruturante dos cursos de graduação da Universidade Federal do Tocantins.

A Pró-Reitoria de Graduação, no uso de suas atribuições e em conformidade com a legislação vigente, e,

CONSIDERANDO a Resolução da Comissão Nacional de Avaliação de Ensino Superior nº 01, de 17 de junho de 2010, que normatiza o Núcleo Docente Estruturante e dá outras providências;

CONSIDERANDO o Parecer CONAES n.04, de 17 de junho de 2010 - Sobre o NDE.

CONSIDERANDO o Instrumento de Avaliação de cursos de graduação Presencial e a distância – Reconhecimento e Renovação de reconhecimento de 2017 da Diretoria de Avaliação da Educação Superior DAES – INEP/MEC.

CONSIDERANDO o Instrumento de Avaliação de cursos de graduação Presencial e a distância - Autorização de 2017 da Diretoria de Avaliação da Educação Superior DAES – INEP/MEC.

Emite a presente Instrução Normativa com objetivo de uniformizar o entendimento acerca das atribuições dos Núcleos Docente Estruturante dos cursos de graduação da Universidade Federal do Tocantins e dá outras providências.

DAS CONSIDERAÇÕES PRELIMINARES

Art. 1º A presente Instrução Normativa versa sobre as atribuições, a constituição e o funcionamento do Núcleo Docente Estruturante – NDE – dos Cursos de Graduação – Bacharelado, Licenciatura e Cursos Superiores de Tecnologia – da Universidade Federal do Tocantins.

Art. 2º O Núcleo Docente Estruturante – NDE – é o órgão de caráter consultivo, propositivo

e de acompanhamento, responsável pela formulação, implementação, desenvolvimento, atualização e consolidação do Projeto Pedagógico do curso.

DAS ATRIBUIÇÕES DO NÚCLEO DOCENTE ESTRUTURANTE

Art. 3º São atribuições do Núcleo Docente Estruturante:

- I – Elaborar, implementar e corrigir quando necessário o Projeto Pedagógico de Curso (PPC);
- II – Prezar pela atualização do Projeto Pedagógico do Curso de acordo com os fundamentos legais e pedagógicos presentes nas diretrizes do curso e legislação correlata;
- III – Encaminhar, ao Colegiado do curso, os registros das reuniões realizadas juntamente com as recomendações expostas e discutidas durante as reuniões dos membros do NDE, para aprovação;
- IV – Zelar pela consolidação do perfil profissional do egresso, propor as reestruturações necessárias, contribuindo para a adequação do mesmo às diretrizes e objetivos do curso;
- V – Colaborar com zelo pela integração curricular interdisciplinar entre as diferentes atividades de ensino constantes do currículo;
- VI – Incentivar e contribuir para o desenvolvimento de linhas de pesquisa e extensão, de acordo com as necessidades da graduação, as exigências do mercado de trabalho e em consonância com as políticas públicas relativas à área de conhecimento do curso;
- VII – Indicar a aquisição de títulos bibliográficos e outros materiais necessários para o pleno funcionamento do Curso;
- VIII – Propor encaminhamentos de ordem pedagógica, didática e administrativa que sejam profícuas ao desenvolvimento das atividades do Curso;
- IX – Prezar pelo cumprimento das Diretrizes Curriculares Nacionais para os Cursos de Graduação;
- X – Realizar estudos e atualização periódica, verificando o impacto do sistema de avaliação de aprendizagem na formação do estudante e analisar a adequação do perfil do egresso, considerando as Diretrizes Curriculares Nacionais e as novas demandas do mundo do trabalho; e manter parte de seus membros desde o último ato regulatório.

DA CONSTITUIÇÃO

Art. 4º O Núcleo Docente Estruturante (NDE) de um curso de graduação constitui-se de um grupo de docentes com atribuições acadêmicas de acompanhamento, atuantes no processo de concepção, consolidação e contínua atualização do projeto pedagógico, e será constituído:

- I – Por, no mínimo, 5 docentes incluído o coordenador do curso, e, no máximo 45% de docentes do colegiado do curso.
- II – Por, ao menos, 60% de membros com titulação acadêmica de pós-graduação stricto sensu.
- III – Por, ao menos, 20% de membros com dedicação exclusiva.

Art. 5º A indicação dos representantes docentes deverá ser apresentada, avaliada e aprovada pelo corpo docente do curso em reunião colegiada.

Art. 6º A composição do NDE deve ter renovação periódica parcial de seus membros, para garantir a continuidade no processo de desenvolvimento e acompanhamento do curso.

Art. 7º O mandato dos membros do NDE será de 3 (três) anos, sendo prorrogável por igual período devendo para isso o presidente do NDE informar no sistema NDE+ os nomes dos membros da gestão, ou caso o sistema esteja inativo enviando os nomes, com os dados a PROGRAD.

I - O mandato poderá ser interrompido a qualquer momento, por decisão pessoal, sendo tal interrupção devidamente justificada, documentada e encaminhada à Pró-reitoria de Graduação

– PROGRAD pelo Presidente do NDE ou pelo Coordenador do Curso.

II – Caso não haja inscritos para compor o NDE cabe ao coordenador do colegiado indicar os professores membros para a composição do grupo, respeitando o artigo 4 desta Nota Técnica.

DA NOMEAÇÃO E FLUXO PARA EMISSÃO DE PORTARIA

Art. 8º A nomeação dos membros deve ser aprovada pelo Colegiado do Curso e inserida no Sistema NDE+ pelo presidente do NDE ou coordenador do curso, caso o Núcleo esteja sem presidente. A Pró-reitoria de Graduação – PROGRAD tramitará os dados para a emissão da portaria. Depois da emissão da portaria, ela será inserida no sistema e poderá ser visualizada pelo colegiado do curso, pelos membros do NDE e pela PROGRAD.

Art. 9º Os nomes inseridos no Sistema NDE+ devem ser os que estão na ata de reunião do colegiado, na qual a decisão sobre esta composição foi homologada, sendo de responsabilidade do presidente do NDE e/ou do coordenador do curso, caso esteja sem presidente, atestar a integridade dos dados inseridos no sistema.

DAS ATRIBUIÇÕES DO PRESIDENTE

Art. 10º O Presidente do Núcleo Docente Estruturante será eleito pelos membros do Núcleo Docente Estruturante. Compete a ele:

1. – Convocar os membros para reuniões regulares e extraordinárias;

2. – Presidir reuniões informando a pertinência e as pautas a serem discutidas; III – Votar, sendo que o seu voto terá o mesmo peso dos demais membros;

IV – Representar o NDE institucionalmente quando solicitado;

V – Redigir as atas de todas as reuniões, para que seja arquivadas na coordenação de curso; VI – Encaminhar as recomendações, debatidas em reunião, para o colegiado do curso;

VII – Identificar as demandas existentes no âmbito acadêmico quanto ao projeto pedagógico de curso;

VIII – Inserir no sistema NDE+ todos os dados referentes aos membros do Núcleo Docente Estruturante como matrícula, e-mail institucional, e os nomes dos membros do

NDE e demais dados solicitados pelo sistema;

IX – Acompanhar o trâmite e emissão das portarias, assim como verificar os nomes dos membros presentes no sistema.

X – É recomendável que o presidente do NDE não seja o coordenador do curso, mas em caso de vacância da presidência do Núcleo, o coordenador do curso pode exercer a presidência do NDE ou o coordenador substituto.

DAS REUNIÕES

Art. 11º A convocação dos membros do NDE, pelo presidente, será feita com pelo menos 48 (quarenta e oito) horas antes do início da reunião e com informação da pauta, salvo circunstâncias de urgência.

Art. 12º Quanto à periodicidade:

I - As reuniões regulares deverão se realizar com o intervalo máximo de 2 meses.

II - As reuniões extraordinárias podem ser realizadas a qualquer momento de acordo com a urgência e necessidade.

Art. 13º A reunião do NDE deve contar com a presença mínima de metade mais um, dos membros, para fins de votação.

Art. 14º A ausência em 3 (três) reuniões, sem justificativa, implica em exclusão do membro das atividades do NDE e cabe ao Presidente excluí-lo do sistema NDE+ e providenciar a substituição.

Parágrafo único: No caso de ausência do Presidente, os membros devem informar ao coordenador do curso para promover a substituição.

DAS DECISÕES E VOTAÇÕES

Art. 15º As decisões, realizadas em reunião, relativas ao encaminhamento das recomendações ao colegiado, serão tomadas por meio de votação, de acordo com o número de presentes.

Art. 16º A votação é, impreterivelmente, aberta.

Art. 17º Os membros não devem votar ou deliberar em assuntos de interesse pessoal.

PARÁGRAFO ÚNICO: Caso o NDE possua número par de votantes, ou esteja com a configuração de pares no ato de votação, em caso de empate na votação, a matéria em questão deve ser deliberada em reunião colegiada do curso.

DAS ATAS

Art. 19º Todas as reuniões, sem exceções, devem ser documentadas em atas, as quais devem ficar à disposição do Colegiado do curso e dos órgãos institucionais superiores para serem publicadas e amplamente divulgadas para a comunidade, cabendo a responsabilidade das atas ao Presidente do NDE.

Art. 20º Os casos omissos serão resolvidos pela Pró-reitoria de Graduação com o suporte da Coordenação de Desenvolvimento e Regulação da Graduação.

Art. 21º Esta Instrução Normativa entra em vigor na data de sua publicação e revoga-se todas as disposições em contrário e anteriores.

Palmas -TO, 21 de junho de 2021.

Eduardo José Cezari
Pró-Reitor
PROGRAD/UFT